

Universidade de São Paulo
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica

MIRIAM DEBIEUX ROSA

PSICANÁLISE, POLÍTICA E CULTURA:
A CLÍNICA EM FACE DA DIMENSÃO SÓCIO-POLÍTICA DO
SOFRIMENTO

São Paulo
2015

MIRIAM DEBIEUX ROSA

**PSICANÁLISE, POLÍTICA E CULTURA:
A CLÍNICA EM FACE DA DIMENSÃO SÓCIO-POLÍTICA DO
SOFRIMENTO**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia -
Universidade de São Paulo, como requisito
parcial para obtenção do título de Livre
Docente, junto ao Departamento de
Psicologia Clínica

São Paulo

2015

**AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL
DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU
ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE
CITADA A FONTE.**

Catologação na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Rosa, Miriam Debieux.

Psicanálise, política e cultura: a clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento / Miriam Debieux Rosa. -- São Paulo, 2015.

151 f.

Tese (Livre-Docência – Departamento de Psicologia Clínica.) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicanálise 2. Trauma 3. Violência 4. Laço social 5. Política 5. Cultura I.
Título.

RC504

RESUMO

ROSA, M. D. Psicanálise, política e cultura: a clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento. 151 f. Tese (Livre Docência) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Este trabalho debate a prática psicanalítica em articulação entre psicanálise, política e cultura. É fruto da investigação de modalidades de intervenção especialmente junto a migrantes forçados/refugiados e a adolescentes, expostos a violências em suas diversas formas: exclusão social, pobreza, racismo, indiferença, humilhação, imigração forçada, exílio. Tais intervenções nos remetem ao cenário social, político e cultural. Autores como Walter Benjamim, Hannah Arendt, Giorgio Agamben, Michel Foucault, Norbert Elias, Slavoj Žižek, Zygmunt Bauman, entre outros, auxiliam-nos a tomar a política para explicitar a presença, nos laços sociais, do gozo, do desejo, do saber e da verdade. O objetivo geral deste trabalho será de fundamentar modos de escuta psicanalítica fora dos enquadres tradicionais em populações vulneráveis socialmente seja por condições socioeconômicas, nacionalidade, sexo, idade ou etnia. Ressalta modalidades de violência e as respostas dos sujeitos a elas. A problematização da articulação entre sujeito e enlaçamento social lança-nos na perspectiva da *psicanálise implicada*, que escuta o sujeito e os modos como desejo e gozo são enredados na máquina do poder, de modo ao sujeito ter suspenso seu lugar discursivo. Nomeamos tais práticas de intervenções psicanalíticas clínico-políticas no campo da clínica do traumático. Debateremos as direções possíveis de tratamento, sua ética e política nos contextos de conflito político e cultural. As questões aqui apontadas serão abordadas nos seguintes capítulos, baseados em artigos já publicados, vários em parceria com outros psicanalistas: 1. Clínica psicanalítica frente ao desamparo social e discursivo: impasses e direções do tratamento; 2. Cena social: gozo e experiência; 3. Conceitos articuladores da psicanálise com o campo social; 4. Trauma e violência: a clínica do traumático na imigração forçada; 5. Vitimização, implicação e responsabilização do sujeito e do campo social.

Palavras chave: psicanálise, trauma, violência, laço social, política, cultura.

ABSTRACT

ROSA, M. D. **Psychoanalysis, politics and culture: the clinic vis-à-vis the social and political dimension of suffering** . 2015. 151 f. Tese (Livre Docência) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This paper addresses the practice of psychoanalytic therapy at the interfaces between psychoanalysis, politics, and culture. It is the fruit of a research into modes of intervention particularly focused on forced migrants/refugees and adolescents exposed to violence in its various forms: social exclusion, poverty, racism, indifference, humiliation, forced migration, exile. Such interventions refer us to social, political and cultural scenes. Authors such as Walter Benjamin, Hannah Arendt, Giorgio Agamben, Michel Foucault, Norbert Elias, Slavoj Žižek and Zygmunt Bauman help us take politics to explain the presence of jouissance, desire, knowledge and truth in the social bonds. The aim of this study is to support psychoanalytic listening modes outside the traditional framings in socially vulnerable populations, be they the product of socioeconomic status, nationality, origin, sex, age or ethnicity. It highlights forms of violence and the subjects' responses to them. The questioning of the relationship between subject and social bonding puts us under the perspective of *implied psychoanalysis*, which listens to the subject and the ways in which desire and enjoyment are entangled in the power machine, so that the subject has its discursive place suspended. Here is a methodology of clinical and political psychoanalytic interventions in the field of the clinic of the traumatic. Possible directions of treatment are debated, along with its ethics and politics within the context of political and cultural conflict. Drawing on previously published articles, many in partnership with other psychoanalysts, the issues raised here will be discussed in the following chapters: 1. The psychoanalytic clinic vis-à-vis social and discursive helplessness: impasses and directions for treatment; 2. Social Scene: jouissance and experience; 3. Concepts interlacing psychoanalysis and the social field; 4. Trauma and violence: the clinic of the traumatic in forced migration; 5. Victimization, implication and accountability of the subject and the social field.

Keywords: psychoanalysis, trauma, violence, social ties, politics, culture.

SUMÁRIO

Apresentação	7
INTRODUÇÃO: Laço social e clínica psicanalítica: considerações sobre a política	5
1 Clínica psicanalítica frente ao desamparo social e discursivo: impasses e direções do tratamento	16
1.1 Não dito como operador na clínica com crianças e adolescentes	19
1.2 Uma escuta psicanalítica das vidas secas.....	24
1.3 Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clínico-políticas e a clínica do traumático	29
2 Cena social: gozo e experiência.....	38
2.1 Os impasses da subjetivação dadas as configurações familiares da “pós-modernidade”	40
2.2 Gozo e política na psicanálise: a toxicomania como emblemática dos impasses do sujeito contemporâneo.....	45
2.3 Ética e Política: a psicanálise diante da realidade, dos ideais e das violências contemporâneas	49
2.4 Experiência e linguagem como estratégias de resistência	52
2.5 Viver em tempos sombrios: A experiência e os laços com os contemporâneos.....	55
3 Conceitos articuladores da psicanálise com o campo social.....	59
3.1 A psicanálise frente à questão da identidade	59
3.2 A História e a historicização do desejo: elementos de articulação entre sujeito e laço social	62
3.3 A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica.....	68
3.4 O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação	72
3.5 Traumas, heróis e resistências e psicanalistas.....	76
3.5.1 Resistências	79
3.5.2 Resistência em psicanálise	82
4 Trauma e violências: a clínica do traumático na imigração forçada	89
4.1 Metáforas do deslocamento: Imigrantes, migrantes e refugiados e a condição errante do desejo	93

4.2 Imigração forçada: a dimensão sócio-política do sofrimento e a transmissão da história	98
4.2.1 A imigrante, a estranha e seu silêncio	100
4.3 Imigração forçada: do imaginário traumático às intervenções clínico-políticas	104
5 Vitimização, implicação e responsabilização do sujeito e do campo social	112
5.1 Em busca de novas abordagens para a violência de gênero: a desconstrução da vítima.....	114
5.2 Da rivalidade à responsabilidade: reflexões sobre a justiça restaurativa a partir da psicanálise .	119
5.3 Responsabilização: uma compreensão psicanalítica sobre a responsabilidade e sua interface com o dever jurídico	127
5.3.1 Responsabilidade e culpa: construindo disjunções	130
5.3.2 Responsabilidade e assentimento subjetivo	131
5.3.3 Responsabilidade e a adolescência em conflito com a lei.....	136
5.3.4 Uma teoria da responsabilidade a partir da teoria do tempo lógico de J.Lacan.....	137
5.4 Clínica e política interrogadas pelo ato infracional: a construção do caso	140

Apresentação

Apresento, dentro das possibilidades previstas para uma tese de livre docência, um texto que visa reunir sob um eixo condutor – as práticas psicanalíticas em contextos sociais violentos em articulação entre clínica, cultura e política - artigos publicados ou em vias de publicação ou apresentações de trabalhos realizados nos últimos anos. Esses artigos foram desenvolvidos e depreendidos de pesquisas, projetos de extensão, experiências na clínica psicanalítica, supervisões clínicas, supervisão de projetos sociais, debates no campo psicanalítico, interlocuções com outras áreas de pesquisa e intervenção psicossocial. O conjunto dos trabalhos que geraram os artigos está apresentado, contendo seus objetivos e desenvolvimento, no Memorial que acompanha esta apresentação de tese de livre docência.

Pretendo destacar, na produção que se seguiu à tese de doutorado intitulada *O não dito na psicanálise de crianças e adolescentes*, de 1995, as teses que daí se desdobraram e sua sustentação, a fim de elucidar e articular seus diversos aspectos, evidenciar as direções de trabalho desenvolvidas e poder detectar os pontos relevantes a serem desenvolvidos em trabalhos futuros. Adianto que tenho planejado desenvolver um trabalho de pós-doutorado com o psicanalista Fethi Benslama em Paris VII, sobre *Vicissitudes do endereçamento em situações de violência: as figuras do Outro e do outro*, no final do ano de 2015.

Encontrar os eixos centrais de minha produção, destacar alguns e cortar outros, não é tarefa fácil. A dinâmica da vida acadêmica, as experiências nos projetos e na clínica, os tempos sombrios que vivemos na política, as parcerias, convites, rompimentos, tensões, as posições éticas e políticas tomadas no decorrer destes tempos não são pré-agendadas. Elas dão e deram as direções dos trabalhos, muitos dos quais se transformam em artigos ou capítulos de livros. É no tempo a posteriori que, no diálogo com meus interlocutores, posso retomá-los e procurar explicitar o caminho da temática, da fundamentação teórica, da ética e da política que me orientou.

Os critérios de escolha dos textos e sua ordenação poderiam ser pelas pesquisas, pelas temáticas — criança, família, sociedade, exclusão, adolescência, imigração — ou pela ordenação cronológica da produção.

Arrisquei tomar como eixo condutor a intervenção psicanalítica e seus impasses nos contextos marcados por conflitos políticos e culturais. Nessa vertente, separei os temas por capítulos, destacando os principais artigos que tratam desses temas. Um risco, pois são textos escritos em períodos diferentes e sob inflexões diversas, para públicos diversos, o que pode gerar irregularidade e estranhamento na leitura.

Para amenizar essas dificuldades, faço, em cada capítulo, uma apresentação dos artigos e do contexto em que foram escritos e, em cada artigo escolhido, elenco os elementos de contribuição para o capítulo e suas principais ideias.

Outro aspecto que vale ressaltar nesta apresentação é sobre a escrita individual e coletiva dos textos. Há um momento claro, por volta de 2002, em que inicio a produção de textos em parceria. Dois fatores têm peso nessa decisão: um se refere à forma como a experiência clínica foi sendo construída, por projetos de extensão e grupos de pesquisa, sempre em equipe.

Outro fator é um efeito do próprio trabalho fazendo repensar o modo de produção. Pensar a produção das exclusões e violências sem individualizar, patologizar ou criminalizar, pensar com Lacan e outros autores a noção de laço social como laço discursivo e o discurso como produtor e indutor de subjetividades, a questão da autoria do ato, incluído o ato de escrever e produzir discursividades, pensar que um texto tem desdobramentos no campo científico e responsabilidades na produção do imaginário social e na condução das políticas públicas, foram questões que me fizeram criar alianças sobre o próprio modo de produção dos textos, pensados como posições coletivas frente às questões que debate e produz.

De outro lado, o sistema CAPES indicava e incentivava a criação de grupos de pesquisa e a produção com pares e alunos. Criava-se uma pressão para que os alunos incluíssem o nome do orientador em seus trabalhos, como já se fazia em outras áreas de conhecimento.

Decidi começar uma experiência de escrita coletiva ao inverso do proposto pela

CAPES. Apresentei textos escritos por mim para orientandos e colegas discutirem e nele intervirem, acrescentando, modificando pontos problemáticos. Houve inicialmente um incômodo da minha parte nessa intervenção no texto, alterando em parte o estilo, e mesmo em ver ideias que havia traduzido e pesquisas que havia desenvolvido terem outros colegas como coautores. Imagino que isso haja ocorrido de lado a lado.

Houve percalços, mas, com a adesão de alguns parceiros em especial, passei a ver muitos ganhos de consistência no trabalho e a oportunidade de reconhecimento mútuo da interlocução. Adotei o critério em que o primeiro autor é aquele que constrói a ideia central e o campo argumentativo e outros são colaboradores em vários níveis, alguns mais ativos, outros mais retóricos. Também passei a assinar textos de alguns dos meus orientandos, quando estes me propõem e eu tenha contribuído, seja na direção do trabalho ou na produção do texto. Recentemente retomei a única autoria em alguns dos meus artigos citando os colaboradores no texto.

Grande parte dos artigos desta tese é fruto dessas e outras parcerias de trabalho que serão apresentadas no decorrer do texto. Dois dos artigos incluídos têm como autoria principal Marta Cerruti e Sergio Prudente, a quem agradeço em especial a disponibilização do texto. Nos outros conto com a colaboração de: Aline Sousa Martins, Ana Paula Mussatti Braga, Maria Cristina Vicentin, Maria Cristina Poli, Eliane Domingues, Isabel Tatit, Marcio Gagliato, Marta Cerruti, Sandra Alencar, Sandra Berta, Sergio Prudente, Taeco Toma Carignato e Viviani Catroli.

Agradeço aos que fizeram uma leitura prévia deste texto, particularmente Ana Maria Medeiros da Costa, Ana Paula Mussati Braga, Diego Penha, Sergio Prudente, Isaias Ferreira e Sandra Alencar. Os membros do Laboratório Psicanálise e Sociedade e do Núcleo Psicanálise e Política têm trabalhado junto comigo esses temas e realizado seus mestrados, doutorados ou pós-doutorados. Agradeço sua coautoria informal, assim como aos alunos da disciplina de pós-graduação, que aceitaram ler o trabalho ainda antes de sua finalização, cujas questões auxiliaram a indicar os pontos de amarração que faltavam. Agradeço de antemão à banca examinadora pela leitura e pelas considerações que me ajudem a avançar.

Agradeço, enfim, aos muitos parceiros desta trajetória sem os quais ela, decididamente, não seria a mesma.

Vamos à Tese.

INTRODUÇÃO: LAÇO SOCIAL E CLÍNICA PSICANALÍTICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA

Este trabalho debate a prática psicanalítica e seu campo epistemológico teórico-clínico de articulação entre psicanálise, política e cultura. É fruto da investigação de modalidades de intervenção junto a sujeitos submetidos a violências em suas diversas formas: exclusão social, pobreza, racismo, indiferença, humilhação, imigração forçada, exílio. Tais intervenções nos remetem ao cenário social, político e cultural em que os sujeitos se constituem e dos quais sofrem as incidências, tanto na sua constituição como sujeito como diante das estratégias políticas de sua destituição deste lugar.

Nosso trabalho tem-se desenvolvido especialmente junto a migrantes forçados/refugiados e a adolescentes, particularmente aqueles em conflito com a lei, assim como com populações que enfrentam miséria e exclusão. Uns e outros se deparam com estar entre duas culturas, dois grupos de pertinência, duas modalidades de laço social.

Na perspectiva psicanalítica os laços sociais remetem à condição constitutiva do homem e da civilização, condição esta que inaugura a entrada do homem na linguagem e na cultura e que o insere simultaneamente no jogo relacional, afetivo, libidinal e também no jogo político. Os laços sociais têm seu fundamento na linguagem, mas, a partir desse ponto são laços discursivos, ou seja, materializam-se nos modos de relação em um dado tempo e lugar, pautando a construção da história de cada um, inserida no campo discursivo de seu tempo.

No decorrer do trabalho vamos demonstrar que os discursos que circulam num dado tempo indicam os modos de pertencimento possíveis para cada sujeito, atribuindo a cada um valores, lugares e posições no laço. Esses discursos procuram equiparar-se ao campo simbólico da cultura e da linguagem, naturalizando essas atribuições e evitando dar visibilidade aos embates sociais e políticos presentes na sua base. A invisibilidade dos conflitos gerados no e pelo laço social, vamos demonstrar, recai sobre o sujeito, individualizando seus impasses, patologizando ou criminalizando suas saídas.

A problemática no laço social, portanto, diz respeito ao campo da política, e pode gerar impasses na relação com o outro e sua posição desejante. Uma produção subjetiva que articula elementos reais, simbólicos e imaginários se processa concomitantemente com o problemático encontro com o campo social. Este é caracterizado por instâncias políticas, tais como o uso e abuso do poder nos planos econômico, social e cultural, como também pelo fazer das diferenças marcas que justificam não só governar, mas oprimir ou explorar, modalidades de violências. As diferenças e a desigualdade de forças e de posição no campo social produzem enlaces que muitas vezes condicionam a pertença social à submissão sistemática aos parâmetros dominantes.

Nessa medida em que a naturalização do desamparo social apaga a força discursiva dos que estão submetidos, aliado ao desamparo social deparamo-nos com o desamparo discursivo que lança o sujeito ao silenciamento que, muitas vezes, acomete alguns segmentos da população e que pode ser orientador na análise de vários fenômenos. Desse modo, faz-se necessário abordar os fenômenos socioculturais e políticos da contemporaneidade e a problematização de sua incidência no sujeito. Destacamos a lógica dos discursos no capitalismo e na globalização e seus efeitos de alienação do sujeito e seu phatos.

Psicanálise e política são termos que, a princípio, foram constituídos em diferentes campos. No entanto, na construção de seu objeto de estudo os textos freudianos falam de guerra, morte e poder, do laço libidinal que une os humanos, da origem da lei, dos pactos sociais. Buscam substituir a questão filosófica sobre uma política racional pela análise das origens da dominação e leis de submissão. Freud¹ indica sua posição política, quando diz que três modalidades de laço social — analisar, educar e governar — têm tarefas impossíveis de serem realizadas por inteiro, ou seja, há em sua concepção de sociedade e de sujeito uma dimensão de incompletude que limita a possibilidade de dominar, de escravizar ou de normatizar e adaptar plenamente a ideais ou a modelos sociais. Esta é a radicalidade com que a dimensão inconsciente subverte o laço social e sua política ao incluir a dimensão ética.

¹ FREUD, Sigmund. (1937). Análise terminável e interminável. In: EDIÇÃO Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Ed. Imago, vol. XXIII 1980.

Consideramos ao pé da letra o que Lacan postula ao dizer que o inconsciente é a política e que a Outra cena das questões clínicas que analisamos traduz-se pela cena política e, por isso, insere na sua lógica a trajetória do sujeito situada na história libidinal, familiar, social. Tomamos o inconsciente como “*l’insu que sait [...]*”, o saber que não se sabe, o insabido que sabe, o saber que o sujeito veicula, mas ignora.²

Nas cenas relatadas como traumáticas há uma construção fantasmática do sujeito na qual o campo do Outro fica obscurecido pelo personagem da cena imaginária. Detectar a política, que engendra gozo e desejo na cena, situa o sujeito e permite que ressignifique o seu desejo em sua função de causa. Dito de outro modo, o trabalho analítico vai permitir ao sujeito deparar-se com o desejo que o causa, desejo esse inserido e significado no campo do jogo relacional e suas determinantes históricas, culturais e políticas. O sujeito não é o indivíduo justamente no ponto em que o singular de seu desejo escapa de uma conjuntura que busca determiná-lo e exercer seu poder no escuro das relações. Nesse ponto do laço social comparece a política da psicanálise.

Autores como Walter Benjamim, Karl Marx, Hannah Arendt, Giorgio Agamben, Michel Foucault, Norbert Elias, Slavoj Žižek, Zygmunt Bauman, entre outros, auxiliam-nos a tomar a política não apenas como poder e domínio mas como a ação no espaço *entre* as relações, articulando-a diretamente com o horizonte de produção do *mundo comum*. A condição do *comum* é sustentar a dimensão do vazio³ como um espaço que possibilita a criação — o comum, a comunidade, são inscrições de tentativas de fazer algo com esse vazio. As trajetórias dos sujeitos testemunham modos de lidar com o mundo comum ou o modo como se induz a hierarquizar ou homogeneizar as experiências e culturas a partir da imposição de um único modo de viver.

Desenha-se uma compreensão de política calcada na experiência com o outro, produzida na transmissão que supõe a priori a diferença e a pluralidade. A ênfase de Arendt⁴, a saber, de retomar a experiência da *pólis* como fundadora da política no

² LACAN, Jacques. *O Seminário 24: l’insu que sait de l’une bévue s’aile a mourre*. Aula de 16 de novembro de 1976. Inédito. Ornicar? No. 12/13, p. 7, dez. 1977.

³ ALEMÁN, Jorge. Sujeto, política: Común. In: _____. *Conjeturas sobre una izquierda lacaniana*. Buenos Aires: Grama ediciones, 2013. p.13-41.

⁴ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p.31-88.

ocidente não ignora as vertentes do funcionamento atual da política, mas apresenta um recuo que permite elaborar uma resistência aos modos modernos de fazer política, dando ênfase ao lugar fundante da experiência compartilhada. Psicanálise e política explicitam a articulação do sujeito com o gozo, o desejo, o saber e a verdade, nos laços sociais.

Entendemos que o discurso social atual e ocidental visa impor-se como um discurso hegemônico, referido à lei do mercado, aparentando consistência e a-historicidade que obscurecem seus interesses na manutenção sócio-política. Em nova articulação sobre o desamparo discursivo, destacamos o modo como o discurso social e político, carregado de interesses e visando manter ou expandir seu poder, mascara-se de discurso do Outro (campo da linguagem) para enredar o sujeito em suas malhas — seja na constituição subjetiva, ou nas circunstâncias de destituição subjetiva. Visa confundir o impossível (relação com a morte e com o desejo como falta) com o proibido (relação com as leis sociais), para governar o sujeito e sua trajetória na cena familiar, social e política e para incidir sobre seu luto, seu enlace em novos grupos, sua reorganização subjetiva, seu embate com as leis.

A face mais visível do conflito político-cultural são as cenas de violência. Visíveis pelo impacto do horror e pregnância imaginária e pelo modo como induzem e administram as paixões e promovem equívocos ao obscurecer as tramas políticas, sociais e subjetivas que as produz. Os excessos em jogo esvaziam a reflexão e o debate político de modo a turvar a lógica dos discursos alienantes. O pano de fundo de tais cenas e o eixo das pesquisas que desenvolvemos está no mal-estar na transmissão de valores e da história e no laço social (constituição e destituição) na contemporaneidade, assim como nas estratégias do poder para enredar o sujeito nas suas malhas e melhor explorá-lo para o bom funcionamento do sistema.

O cerne da subversão psicanalítica está em não desenraizar o sujeito de seu tempo. Nesse sentido, abordamos a violência a partir dos discursos a que são expostos os sujeitos do capitalismo avançado que indicam um modo de laço em que o sujeito vê-

se convocado violentamente ao gozo⁵, seja sob a forma de consumo e lucro, seja na de sofrimento. Apresentamos uma chave de análise dos fenômenos sociais: a recusa da independência dos discursos, ou seja, a verdade de um sujeito pode vir a se elucidar não necessariamente entre quatro paredes, mas em outra cena, em outro discurso. Lacan⁶ elucida que é Sade que aponta a verdade do discurso de Kant — pode-se dizer, do mesmo modo, que os discursos jurídicos, médicos, políticos, policiais compõem uma montagem e produzem uma série de figuras que se atualizam na cena social – o delinquente, o louco, o pobre -, modo utilizado para impor uma verdade sobre eles.

Estas são outras modalidades de violências que ficam mascaradas em inúmeras questões sociais como nas situações de miséria, sempre acompanhadas de um processo histórico de exploração e de humilhação, ou nas catástrofes ditas naturais que, embora aparentemente atinjam a todos, certamente incidem sobre aqueles mais frágeis na organização social e sem recursos para minorar os efeitos da natureza. A exclusão social e econômica não é usualmente considerada como violação de direitos, mas, neste trabalho, realçamos a dimensão sócio-política do sofrimento diante das guerras e desta guerra sem nome que vivemos, ou seja, os embates violentos entre classes sociais que ficam invisibilizados. O sofrimento assim como seus efeitos são administrados politicamente com incidência sobre o narcisismo, as identificações, o luto e os afetos tais como o amor, o ódio, a ignorância e a culpa.

Este texto alinha-se aos de grupos de psicanalistas que têm formulado e privilegiado as articulações dos fenômenos sociais, políticos e subjetivos em suas pesquisas e estudos. Seus fundamentos teóricos, metodológicos e éticos pretendem ultrapassar a dicotomia indivíduo-sociedade e as hipóteses de influência mútua. Como eles, consideramos necessário que esse percurso inclua visitar outros campos de leitura dos fenômenos, tais como a história, a ciência política, a sociologia, a antropologia e a filosofia. Tal interlocução junto a parceiros vindos desses campos pode nos ajudar a precisar conceitos e levar em conta as concepções de quem está

⁵ O termo gozo, introduzido por J. Lacan, passou por sucessivas modificações e atualizações enriquecendo a conceituação lacaniana do que está mais além do princípio do prazer freudiano e abrange, em sua relação com desejo, sexualidade ou Outro, vários sentidos. Neste trabalho abordamos especificamente o gozo enquanto dimensão mortífera para o desejo.

⁶ LACAN, Jacques [1963] Kant com Sade In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 796.

posicionado em outro campo de articulações. As imprecisões decorrentes desses empréstimos nos parecem menos nocivas do que centrar na psicanálise toda a possibilidade da análise de estender-se e dispensar outros campos. A circulação entre os campos pode fazer avançar uns e outros, além de dar testemunho da dimensão não-toda de uma verdade sobre o sujeito ou sobre o campo sócio-político.

Para indicar nossa posição metodológica, citamos nosso artigo⁷ onde afirmamos que:

No caso da contribuição da psicanálise ao estudo do campo social e político, não lhe cabe à pretensão de esgotar, por si só, o fenômeno: cabe-lhe esclarecer uma parcela dos seus aspectos, ainda que uma parcela fundamental. Sem pretensão de substituir a análise sociológica, cabe à psicanálise incidir sobre o que escapa a essa análise, isto é, sobre a dimensão inconsciente presente nas práticas sociais.

Frente aos conflitos sociais e culturais de nossa época o psicanalista egípcio-francês Hassoun⁸ destaca a importância da transmissão de uma cultura, uma crença, uma filiação, uma história, que durante muito tempo pareceu funcionar por si mesma. A necessidade de transmitir está inscrita na história, diz ele, mas torna-se uma questão quando um grupo ou civilização está acometido de comoções profundas. Destaca, entre outros momentos históricos, a passagem das sociedades tradicionais para a moderna e as transformações que se operam nas sociedades multiculturais, questões ou efeito da globalização.

A globalização, usualmente pensada na diretriz da circulação da mercadoria, produz também uma circulação de pessoas, culturas, tradições, crenças. Definir o grupo de pertença e outros modos de ordenação simbólicos tensiona as diferenças que facilmente se tornam signos de ameaça ou perigo à ordem posta, imposta.

A premência de inventar novos laços para tornar o mundo habitável é atravessada por respostas violentas, muitas vezes invisibilizadas sob ideologias de

⁷ ROSA, Miriam Debieux; DOMINGUES, Eliane. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia e Sociedade*, 22(1), 180-188, 2010. p.188. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822010000100021>>. Acesso em: 01 maio 2014.

⁸ HASSOUN, Jacques. *Los contrabandistas de la memoria*. Col. Inconsciente Y Cultura. Buenos Aires: Ediciones de la Flor S. R. L. , 1996.

cuidado ou pela patologização ou criminalização dos sujeitos que, de um modo ou outro, abalam a ilusão de uma unidade social e mesmo global.

Compartilhamos com Zizek⁹ que, conceder a sociedade como corpo constituído por partes enlaçadas de modo orgânico e complementar, é a fantasia ideológica fundamental que rege as exclusões ou exceções. Essa lógica recai sobre os diferentes nem tão diferentes assim, já que a diferença sempre é mínima, mas suficiente para desencadear processos de opressão — não como exceção, mas como regra —, pois, como afirma Benjamin¹⁰ “a tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” (Ausnahmezustand) em que vivemos é a regra”.

Nesse trabalho, analisamos os laços no contemporâneo compartilhando a concepção de Agamben de que *contemporâneo* é justamente aquele que não se deixa cegar pelas luzes do século e consegue entrever nestas a parte da sombra, a sua íntima obscuridade; aquele que percebe o escuro do seu tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpelá-lo, que recebe em pleno rosto o facho das trevas que provém do seu tempo.

Temos a pretensão de, com os instrumentos teóricos e clínicos da psicanálise, ver a obscuridade nas luzes do presente. A problematização da articulação entre sujeito e enlaçamento social lança-nos na perspectiva da *psicanálise implicada*, aquela em que as teorizações sobre os modos como desejo e gozo são capturados e enredados na máquina do poder, de modo ao sujeito ter suspenso seu lugar discursivo, são desenvolvidas a partir da clínica, particularmente, da escuta dos sujeitos situados precariamente no campo social. Essa articulação visa evidenciar a estratégia do discurso social e político, carregado de interesses, para capturar o sujeito em suas malhas — seja na constituição subjetiva, seja nas circunstâncias de destituição subjetiva, tese que pretendemos elucidar: trata-se de provocar um equívoco ao apresentar o discurso social como se fosse o discurso do Outro, como se fosse a dimensão simbólica que referencia a pertença do sujeito.

Todos nós estamos inseridos nesta problemática e neste discurso, mas é sobre uma parcela da população que sua verdade dá a ver de modo mais evidente a face

⁹ ZIZEK, Slavoj. *Eles não sabem o que fazem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

¹⁰ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2012. p 245.

mortífera desse laço – é fundamental destacar o modo parcial e desigual de incidência das violências que envolve as diferenças de classe, jogos de interesse e estranhamento das diferenças éticas e culturais.

Tanto as incidências da imigração e refúgio como a problemática adolescente lançam os sujeitos no cerne destas questões e os obriga a forjar respostas que abrem sendas a todos que lhes vêm depois. Esse trabalho não é específico para adolescentes ou imigrantes excluídos, mas diz através da experiência deles de um modo de laço social que usa as violências como estratégias de poder seja para dominar, seja para angariar adesão, pois acena com a possibilidade de salvar-se individualmente do laço perverso e perversor.

A experiência da psicanálise facilita ou opera nos obstáculos para construir essa travessia de tornar-se sujeito desejante à revelia dos discursos alienantes. Essas travessias podem nos fornecer pistas importantes para as problemáticas das próximas gerações. Também podem contribuir para atualizar a psicanálise a partir da clínica

A direção de nossa escuta visa a que o sujeito não se equivoque nos artifícios do poder e tome um discurso como um campo simbólico que recobre por inteiro o real, sem espaço para o enigma. É fundamental escutar e incidir na separação entre o enredamento da alienação estrutural ao discurso como linguagem e as artimanhas do poder. Esse enredamento nos processos de constituição e de destituição do sujeito pode ser elucidado pela via da historicização dos laços sociais em dados grupos sociais, o que se dá pelo resgate da memória na e pela experiência compartilhada, com o que a psicanálise contribui.

Vamos desenvolver a perspectiva de que as intervenções nesses casos visam criar condições de alterações do campo simbólico/imaginário — subjetivo, social e político. É nessa medida que a psicanálise pode comparecer com elementos para favorecer modos de resistência à instrumentalização social do gozo e à manipulação da vida e da morte no campo social — um terrorismo do ponto de vista do poder soberano. Diz Lacan em *A ciência e a verdade*: “Por nossa posição de sujeito sempre somos responsáveis. Que chamem a isto como quiserem, terrorismo.”¹¹. Tais práticas

¹¹ LACAN, J. [1966] A ciência e a verdade. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998. p. 18.

levantam questões metodológicas (individuais e/ou coletivas), armadilhas (intervir em nome do bem do outro) e impasses quanto ao desejo do analista.

Com Žižek e Daly¹², referindo-se à ética da psicanálise, vemos que: “Em Lacan, a ética despolitizada é uma traição ética, porque significa confiança em alguma imagem do grande Outro. Mas o ato lacaniano é, precisamente, o ato em que se presume que não existe grande Outro”, ou seja, um campo estável e consolidado de normas e valores. Nesse sentido, o fundamento supremo da ética é político. Aqui se subverte a relação que empalidece a política em face da ética, ou seja, é a política que dá fundamento à ética.

Em suma, tendo em vista a articulação entre a constituição do sujeito e o enlaçamento social; destacando que essa articulação instiga o encontro problemático da clínica com a constatação dos efeitos da presença do Outro nas relações; e trabalhando a partir da ideia de que o discurso do Outro, relevante para constituição do sujeito, mostra-se impregnado da produção imaginária do grupo social, o objetivo geral deste trabalho será de fundamentar modos de escuta psicanalítica fora dos enquadres tradicionais em populações vulneráveis socialmente seja por condições socioeconômicas, nacionalidade, sexo, idade ou etnia. Ressalta a lógica dos discursos alienantes, as modalidades de violência e as respostas dos sujeitos a elas. Visamos também incidir e debater a ressonância desse novo campo na concepção clínica convencional.

Apresentamos uma metodologia de trabalho clínico nomeada de intervenções psicanalíticas clínico-políticas. Trata-se de campo epistemológico ético e político que leva em conta as especificidades dos sujeitos e as vicissitudes de suas demandas em contextos de exclusão e violência e que abre inúmeras questões. É a prática psicanalítica possível junto àquelas pessoas que passam por experiências de trauma e luto — muitas vezes luto impedido ou negado — provocadas por situações sócio-políticas ou econômicas insustentáveis. O ponto de partida do atendimento é o sujeito em sofrimento que nos faz interrogar sobre as condições necessárias para atendê-lo do modo que ele pode se apresentar naquele momento. Ou seja, a construção do caso

¹² ŽIZEK, Slavoj; DALY, Glyn. *Arriscar o impossível: conversas com Žižek*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.201.

com as peculiaridades do enquadre e as modalidades de intervenção partem do modo que é possível construir um laço com o sujeito, laço na modalidade do laço analítico.

Debateremos as direções possíveis de tratamento, sua ética e política nos contextos de conflito político e cultural. Formularemos as seguintes bases para a intervenção clínica: restituir um campo mínimo de significantes referidos ao campo do Outro; trabalhar na direção de articular o singular do sujeito no laço social; romper com o discurso violento que se apresenta como simbólico e marcar a supressão de qualquer participação nesse gozo. A questão da implicação no sintoma será debatida ladeada com a conceituação de responsabilidade e responsabilização individual ou coletiva e seus impasses nas intervenções clínicas.

As questões aqui apontadas serão abordadas em vários tópicos. Cada capítulo terá uma breve apresentação dos artigos e contexto em que foram escritos, seguida de um condensado das questões que abordam. Os artigos estão em anexo.

A leitura da súmula não substitui o artigo por duas razões. Os fundamentos da articulação não estão contemplados e os artigos foram desmontados para ressaltar o tema que ora tratamos. Como os artigos foram publicados em meios diversos, cada um retoma questões abordadas em artigos anteriores para dar seguimento às questões que pretende debater. Assim o leitor encontrará repetições do artigo anterior para apresentar as articulações seguintes.

Apresentaremos os seguintes capítulos:

1. Clínica psicanalítica frente ao desamparo social e discursivo: impasses e direções do tratamento.
2. Cena social: gozo e experiência.
3. Conceitos articuladores da Psicanálise com o campo social.
4. Trauma e violência: a clínica do traumático na imigração forçada.
5. Vitimização, implicação e responsabilização do sujeito e do campo social.

1 CLÍNICA PSICANALÍTICA FRENTE AO DESAMPARO SOCIAL E DISCURSIVO: IMPASSES E DIREÇÕES DO TRATAMENTO

Este capítulo compõe-se de textos em que retomamos a clínica psicanalítica a partir dos impasses que se apresentam quando se opera em contextos de desamparo social e discursivo. A criança que não aprende, o adolescente agressivo, o imigrante errante e as pessoas que passam por vários tipos de violências levantam questão sobre as modalidades de intervenção psicanalítica dada a articulação do sujeito com a cena social e política e nos convoca a retomar as concepções de direção no tratamento. Destacamos três artigos que apontam o nosso percurso na construção da clínica psicanalítica em contextos de exclusão e violências. Fomos formulando a clínica do traumático e a noção de prática clínico-política como aquelas que, para além de um modelo posto de intervenção, levam em conta e incluem na intervenção os contextos e os discursos sobre o sujeito e o modo como ele apela, demanda ou evita o laço com o outro.

O artigo que abre este capítulo, *O Não dito como operador na clínica com crianças e adolescentes*, de 2002 (item 1.1), refere-se às questões desenvolvidas no doutorado e no livro *Histórias que não se contam*¹³, bem como alguns desdobramentos referidos à questão do gozo ainda não contemplados na tese, assim como a articulação com o discurso do Outro, centralizado no discurso da família.

O segundo artigo escolhido, *Uma escuta psicanalítica das vidas secas*, foi publicado no mesmo ano na Revista Textura (São Paulo), editada por Alejandro Viviani em 2002 e teve grande repercussão, tendo sido utilizado em alguns concursos públicos para psicólogos em São Paulo e Rio de Janeiro. Nele, a cena política aparece mais clara na interface com a clínica e já se delineia a clínica do traumático. Importantes posições sobre a resistência do analista são ponderadas.

Por fim, o texto *Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clínico-políticas*, publicado em 2013, foi fruto de palestra a convite da II Jornada do instituto APPOA,

¹³ ROSA, Miriam Debieux. *Histórias que não se contam: o não dito na clínica com crianças e adolescentes*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. Vol. 1, 162 p.

Psicanálise e intervenções sociais, em setembro de 2011, onde apresentamos as questões da direção da clínica do traumático, assim como o lugar do analista nessas condições e tem como foco imigração e refúgio. Pretende demonstrar que as intervenções psicanalíticas podem propor novos enquadramentos com o mesmo rigor do tratamento clássico. Contesta que se caracterizam como clínica aplicada, em extensão ou preliminar e opta por nomear a instância política presente na clínica. Procura circunscrever a prática psicanalítica clínico-política e a clínica do traumático, tema a ser retomado no Capítulo 4 deste trabalho.

Os textos percorrem alguns conceitos que permeiam nosso argumento, Trabalhamos as implicações da perspectiva lacaniana do inconsciente como *discurso do Outro*¹⁴ e de seus desdobramentos — o inconsciente é a história, o inconsciente é o político. Vamos articular esta dimensão de inconsciente assim como desejo e gozo nos laços discursivos. Nossa leitura será de que o discurso social e político se traveste de discurso do Outro (campo da linguagem) para capturar o sujeito em suas malhas — na constituição ou na destituição subjetiva. Esta artimanha de poder abre outra perspectiva da clínica que chamaremos de clínica do traumático, diferente da clínica do sintoma.

Retomemos brevemente alguns dos conceitos que utilizaremos. Na psicanálise lacaniana, a relação com o outro como semelhante é desdobrada pela dimensão do campo do Outro, lugar que congrega o tesouro dos significantes. Ao falar, o sujeito se dirige aos seus semelhantes, ou seja, àqueles que refletem a própria imagem – fala-se, portanto, com quem se identifica. Ou seja, procura-se, mas ao mesmo tempo esquiva-se da alteridade, da diferença do outro: falamos para acessar a diferença, mas queremos reconhecimento, concordância, encontrar os iguais. No entanto, a fala só se sustenta pela diferença, ou seja, dirigimo-nos a quem não conhecemos, a quem só se tem acesso pela linguagem. Lacan nos coloca um problema no Seminário 2:

Viso sempre aos sujeitos verdadeiros, e tenho de me contentar com as sombras. O sujeito está separado dos Outros, os verdadeiros, pelo muro da linguagem. Se a fala se fundamenta na existência do Outro, o verdadeiro, a linguagem é feita para remeter-nos de volta ao outro objetivado, ao outro, com o qual podemos fazer tudo o que quisermos, inclusive pensar que é um objeto ou

¹⁴ LACAN, Jacques [1963-64]. *Seminário 11*. Os quatro conceitos da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

que não sabe o que diz. Quando fazemos uso da linguagem, nossa relação com o outro funciona o tempo todo nessa ambiguidade. Em outros termos, a linguagem serve tanto para nos fundamentar no Outro como para nos impedir radicalmente de entendê-lo¹⁵.

Esse é o mal-entendido do qual não se escapa: fala-se porque se supõe a alteridade, outro sujeito, ao qual, no entanto, só se pode remeter se essa diferença é anulada e o outro é tratado como igual à própria imagem ou mesmo como objeto da comunicação. A linguagem indica como o sujeito se constitui em relação ao Outro. O campo do Outro é o campo dos significantes, não é alguém, mas uma alteridade presumida, radical que será o nome de um campo ou lugar que se situa na linguagem. Um lugar de onde se espera ou de onde vem algo: da linguagem vêm os significantes, do corpo vem o prazer-desprazer, do inferno vem a maldição, do seio vem o leite. O Outro fala mas de modo peculiar. Quando se diz: “Estou com fome”, é em resposta ao Outro-seio que pergunta: “O que quer?”.

Na constituição do sujeito o campo do Outro é intermediado pelo Outro primordial (função materna) que oferta significantes que, em sua materialidade, marcam como pulsional o corpo e convocam a criança ao campo da linguagem que a insere em uma história. A palavra funda o fato e faz registrar a história. Assim se expressa Lacan¹⁶, em *Função e campo da palavra*:

[...] é o mundo da palavra que cria o mundo das coisas (p.141)... é a fala presente que testemunha a realidade atual e que a funda. Ora, nesta realidade somente a fala dá testemunho desta parte das potências do passado que foi afastada em cada cruzamento onde o acontecimento escolheu."

O significante só é verdadeiramente significante se não trouxer nenhuma mensagem. Não há um sentido revelado por um significante, pois é preciso pelo menos um significante adicional para produzi-lo. O efeito de sentido se faz sempre *a posteriori*, isto é, determinado por outro significante na sequência temporal do discurso. Sem a

¹⁵ LACAN, Jacques[1954-55]. Seminário 2. O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.p.308.

¹⁶ LACAN, Jacques.Função e campo da linguagem em Psicanálise. In:____*Escritos I*, Ed. Perspectiva, Rio de Janeiro, 1978. p.120.

possibilidade da articulação predomina a dimensão imaginária onde podemos situar a trama das relações permeada pelo discurso social e político.

Este é o ponto que abre para nossa discussão sobre o modo como certos discursos sociais se travestem de discurso do Outro (campo da linguagem) para obturar a polissemia do significante e impor sua verdade ao sujeito. Estamos no campo do laço social e da política que incidem sobre o desejo e gozo do sujeito. Determinados discursos totalitários e violentos, ao impor seu enunciado podem desarticular o lugar de fala do sujeito assim como a sua demanda ao Outro e nesse desamparo discursivo fica tomado pela angústia e silenciado. Diferente do paciente que endereça um pedido ao analista a partir do seu sintoma, este sujeito, obturado pelo excesso de sentido e paralisado frente ao Outro que se apresenta como potente e detentor da verdade sobre ele, vê-se paralisado, esvaziado de seus enigmas, silenciado, narcisicamente desestabilizado e defrontado com a angústia e o vazio de sentido. Vamos percorrer sobre os dispositivos e direção de tratamento para estes sujeitos.

Tais inflexões trazem a marca do *Laboratório Psicanálise e Sociedade* do Instituto de Psicologia da USP e do Núcleo de Estudos e Pesquisa *Psicanálise e Política* do Programa de Pós-graduação de Psicologia Social da PUC-SP.

1.1 NÃO DITO COMO OPERADOR NA CLÍNICA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES¹⁷

Nesse artigo de 2002, baseado no doutorado de mesmo nome, a questão clínica refere-se ao atendimento psicanalítico de crianças e adolescentes. Intriga o silêncio dos pais em relação às questões fundamentais da história da criança e da família e, mais do que isso, a clínica indica que os não-ditos dos pais retornam como sintoma na criança.

¹⁷ ROSA, Miriam Debieux. O Não dito como operador na clínica com crianças e adolescentes, In: PACHECO, Raul; ROSA, Miriam; COELHO, Nelson e otrs. *Novas contribuições metapsicológicas à clínica psicanalítica*. Taubaté, São Paulo: Cabral Universitária, 2002.p. 97-114.

Se, em Freud¹⁸, a repetição do que não foi elaborado estava bem delineada, a questão que se punha nesse momento era que a repetição se processava no filho e não no próprio sujeito.

Nossa pergunta centrou-se em como fundamentar e operar com a insólita observação de que o sintoma na criança é atravessado pelo não-dito dos pais. Ou seja, como se dá a *transmissão* quase literal do que não é dito, a ponto de a criança reproduzi-lo em seu sintoma e seus atos. Observação insólita, na medida em que se olha a partir do imaginário social, que afirma o campo do individual. Mas que faz compreender o que significa dizer que o inconsciente é o discurso do Outro – passagem fundamental que se articula com a questão da transmissão.

Elencamos algumas hipóteses quanto à *transmissão do não dito*. O não-dito nos remete a pesquisar sobre o *poder da palavra* e ressaltamos aqui a dimensão de poder que vai tecer também as articulações com silêncio, palavra, alienação, ideologia, história e mal dito (há vários sentidos nesse termo: expresso inadequadamente, maldito, maldição, dizer o mal).

O foco passa da *palavra* ao *significante*. O significante não se reduz ao terreno das palavras, não reconhece a propriedade privada, não é próprio de ninguém; cruza, circula, atravessa gerações, trespassa o individual, o grupal e o social. Chega, portanto, dos pais e faz marca no filho que, usualmente, articula com outros significantes para inaugurar sua singularidade. Os significantes que marcam o sujeito são provenientes da tradição familiar e chegam ao sujeito pela narração de traços que fazem a união que incluem ou excluem certos significantes.

No entanto, alguns significantes podem ser excluídos e apagados do discurso, o que pode levar ao seu retorno sob a forma de repetições, ou seja, atos que encenam os significantes. Constatamos que determinados não-ditos, especialmente os referidos aos enigmas da filiação, sexualidade e morte bloqueiam a articulação do significante e, em seu lugar, preconizam uma única versão como a verdade, que não se apresenta como um significante, mas como um significado que sintetiza o ser da criança. Há efeitos na

¹⁸ FREUD, Sigmund [1914]. Recordar, repetir e elaborar: novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II. In: *EDIÇÃO* standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud [ESB]. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XII 1996. p.163-171.

constituição do sujeito quando há distorção, supressão ou interdição de significantes fundamentais, pois fica impedida a articulação significativa e a produção do sentido e favorecida a inibição e o sintoma.

A tese é que o não-dito dos pais retorna nas fantasias repetidas e/ou nos atos da criança. Ou, melhor dito, *repetir é pôr em ato o mal dito familiar*. Ou seja, na impossibilidade de haver-se com o enigma e articular para produzir respostas, a criança identifica-se e deixa-se capturar pelo significado atribuído ao significante e, desta forma, produz na ação a repetição de algo do desejo não elaborado dos pais, presente como não-dito no seu discurso. Como é significante não articulado, irrompe no filho como repetição literal. Por sua vez o filho, na impossibilidade de articular seus saberes, faz sintoma, seja inibindo a possibilidade de conhecer e aprender, seja transformando em atos os não-ditos.

O não-dito retorna como lei, tornada mandato, e opera, pela repetição e identificação, na problemática da significação e da dissociação entre o ser, o fazer e o dizer, que aí se instala — interrompido o fluxo do dizer, bloqueados o pensamento e as associações, é na dimensão das ações que aparecem as questões.

O artigo propõe-se a analisar dois efeitos do não-dito observados na clínica: a articulação do não-dito da história aos atrasos de desenvolvimento e ao empobrecimento ideativo e, segundo efeito, a repetição, na ação descontextualizada do filho, do não-dito dos pais.

Na articulação do não-dito da história aos atrasos de desenvolvimento e ao empobrecimento ideativo, duas perguntas orientadoras são formuladas: o que leva a criança a acatar o mandato de não-saber dos pais e como o mandato se amplia para outros saberes, afetando o desenvolvimento. Constatamos que a criança não apenas sofre os efeitos do não dito, mas participa dele — pelas vicissitudes de seu processo de subjetivação, a criança não quer saber, quer manter-se ignorante frente ao seu desejo, confirmar o personagem criado pela mãe, aprisionado a ela sob o preço de déficits de desenvolvimento. É preciso compreender essa posição — de não querer saber sobre si. Estamos na questão do gozo, agora da criança. Uma forma de gozo, ou seja, no qual a criança, aderida ao discurso materno, mantém-se alheia à castração.

O segundo efeito do não dito dos pais, observado na clínica psicanalítica, é a repetição da ação no filho, do não-dito dos pais. Observa-se nessas situações que, muitas vezes, a criança ou o jovem não se reconhecem no que fazem. Em vez da pergunta “Quem sou?” ou “O que querem de mim?”, há a resposta: “Faço, logo sou” — em que são produzidos atos para provar a existência.

O fazer, premência humana de marcar presença, fica perturbado quando sua determinação está fora da apreciação do eu. Deparado com o estranho e mesmo o incontrolável no próprio sujeito, constata-se nele seja indiferença, seja estranhamento, seja impotência frente à própria ação, assim como a falta de apropriação da sua ação. Alega, então, inocência em seus atos, ou que foram acidentais, “foi sem querer”, ou simplesmente nega ter agido, atitudes constantes nos chamados distúrbios de comportamento ou atos antissociais.

Problematizamos a relação do sujeito com seus atos, trabalhando a dissociação do ser e do fazer. Exemplifico com o menino Luis, de cinco anos, que olha, surpreso, a sua mão a atirar-me um cinzeiro. “A quem obedece essa mão?” pergunto, procurando palavras para expressar a perplexidade que observo. Na distância entre intenção e gesto aparece a estranheza, o não reconhecer a si mesmo — “não estava em mim”, “eu não sabia”, diria Édipo, na inocência daquele que se vê regido pelo Outro. A quem obedece essa mão? Não ao Eu, ou ao sujeito, ou ao objeto — é puro Outro em mim, Outro que tudo pode, não tem lei, não é castrado e lança no horror de não ser aquele que se julga.

Mesmo assim, o sujeito há, *a posteriori*, de se haver com o ato. É pela identificação ao que é, sem querer, que o reconhecimento se torna possível no discurso que faz surgir o significante que reencadeia, historiza e humaniza o ato. O ato tem uma face de apelo ao Outro, cria uma cena no real que encena o desejo e abre possibilidade de ser falado pelo Outro, rearticulando o sujeito ao laço social.

Se o sujeito goza, deseja também o reconhecimento que, mais do que uma busca de aprovação, significa existir na relação com o outro. Não só pão, não só gozo, também sentido que articula ambos — significante e gozo — na dimensão da linguagem, isto é, na relação com o Outro, do qual precisa reconhecimento para existir.

Não escapa, portanto, de perguntar-se: “O que quer de mim?”. A separação envolve, não o *saber* do Outro, mas o *desejo do Outro*. A constatação sobre o *que sou eu no desejo do Outro* fica enevoadada com a colagem ao desejo materno. Volta-se, então, à questão da estranheza frente ao comportamento.

A cena social está presente na clínica quando o artigo aponta:

Faz-se necessária, portanto, a análise do discurso do Outro que atravessa a criança para compreender seu sintoma. Para isto enfrentaremos a articulação entre a constituição subjetiva e o discurso, enfatizando-se aqui o efeito do discurso, particularmente o não-dito, na produção sintomática do sujeito.¹⁹

A direção do tratamento que se anuncia passa a incluir a presença dos pais no atendimento como um efeito de estrutura, que remete à castração da criança e dos pais: trabalha a possibilidade da separação. E não só com a criança pois quando os sintomas estão ligados a velhos traumas familiares não elaborados, faz-se preciso processar o trabalho de luto também dos pais, para impedir a obsessão de reconstruir o que viveram. Atende-se aos pais para produzir um efeito analítico que permita dar continuidade à análise.

Nesse texto, a cena social firma-se gradualmente, firmemente articulada ao discurso familiar e traz em seu bojo uma interrogação sobre como a prática clínica poderia realizar a sua extensão ao campo social. O trabalho encerra com esta questão — há que se pensar sobre estratégias clínicas que promovam o efeito de separação.

As pistas para direções clínicas estão em uma citação do início do ensino de Lacan, fértil para se pensar as práticas clínico-políticas. Ele indica alguns caminhos para apreender o *não-dito*, assim como para trabalhar na clínica. Afirma que “o inconsciente é esse capítulo da minha história marcado por um branco ou ocupado por uma mentira; é o capítulo censurado.”²⁰ E aponta direções presentes nas elaborações que traremos nesse texto.

¹⁹ ROSA, Miriam Debieux. *Histórias que não se contam: o não dito na clínica com crianças e adolescentes*. 2ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, vol. 1. p.1.

²⁰ LACAN, Jacques. Função e campo da linguagem em psicanálise In: ____ *Escritos*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1978. p.124.

1.2 UMA ESCUTA PSICANALÍTICA DAS VIDAS SECAS²¹

Esse artigo é central na construção da nossa posição sobre a prática clínico-política e traz o germe da clínica do traumático, temas que retornarão sempre nos demais textos e serão desenvolvidos. Ele relaciona desamparo social a desamparo discursivo, noção que se mantém fértil para a articulação da constituição subjetiva e o discurso social. Também introduz a questão do traumático vinculada ao desamparo discursivo e trabalha as especificidades da clínica em contextos marcados pela violência da exclusão.

Nasce das supervisões dos atendimentos clínicos de famílias em situação de miserabilidade e de atendimentos realizados diretamente por mim de adolescentes considerados perigosos, internados na então chamada Febem, foco de inúmeras rebeliões dos adolescentes, assim como de denúncias de torturas e maus-tratos da instituição. As classes médias desconsideram os maus-tratos, incitam mais repressão e temem, angustiadas, os jovens. Os adolescentes, malgrado os acordos que fazia com a instituição, chegavam para os atendimentos na Clínica Psicológica da USP algumas vezes algemados, produzindo deploráveis cenas de humilhação. Nesse contexto decido não envolver alunos, pois eu mesma não estava formada para esses atendimentos.

Escutando essas pessoas, no contraponto do clamor do discurso social, pude constatar a desproteção aliada a um crescente *desamparo discursivo*, no entender de Mário Pujó²² caracterizado pela fragilização das estruturas discursivas que suportam o vínculo social, no que rege a circulação dos valores, ideais, tradições de uma cultura e resguardam o sujeito do real. Esse jogo discursivo expõe o sujeito ao risco de confrontação com o traumático — aquilo que está fora de sentido. A irrupção do *traumático* é tomada aqui como a desorganização subjetiva decorrente da emergência daquilo que está fora do sentido e da significação.

²¹ ROSA, Miriam Debieux. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Textura Revista de Psicanálise*, São Paulo, v. 2, n. 2, 2002. p. 42-47.

²² PUJÓ, Mário (2000) Trauma e desamparo. *Revista Psicoanálisis y el hospital*, vol.17.p.29. (Esse texto se norteia também por outros textos do mesmo volume, inteiramente dedicado à temática em discussão).

A exposição traumática é dupla: por um lado, a constante exposição a situações de violências; por outro lado, os recursos necessários à elaboração do trauma encontram-se diminuídos, promovendo efeitos de desubjetivação. É o caso, por exemplo, do que ocorre com os “meninos de rua”, assim chamados por não possuírem a proteção do discurso familiar. Dentre os diversos aspectos que os caracterizam, esses meninos têm em comum o fato de terem de contar com o próprio discurso para sobreviver no espaço da rua. Ou seja, aliam-se aos inúmeros tipos de desamparo a falta de um lugar no ideal social e a perda de um discurso de pertinência para essas crianças²³.

Mais importante ou tão importante quanto à dimensão de cada sujeito, nossa hipótese forte nesse texto é que há no analista uma resistência de classe na escuta clínica. Abre uma questão fundamental para a clínica psicanalítica – inclui o psicanalista nos interesses de classe que podem ser impeditivos da escuta clínica, introduzindo a resistência do analista como o principal entrave à clínica.

Aqui vai literalmente um trecho extenso do texto:

A escuta do discurso desses sujeitos fica insuportável, não só pela situação em si ou pelos atos que cometeram, mas porque tomar esse outro como um sujeito do desejo, atravessado pelo inconsciente e confrontado com situações de extremo desamparo, dor e humilhação, situações geradas pela ordem social da qual o psicanalista usufrui — *é levantar o recalque que promove a distância social* e permite-nos conviver, alegres, surdos, indiferentes ou paranóicos, com o outro miserável.

Nestas situações, a escuta supõe *romper com o pacto de silêncio do grupo social* a que pertencemos e do qual usufruímos; usufruto que supõe a inocência, a ignorância sobre as determinações da miséria do outro e a reflexão sobre a igualdade entre os homens, quando, de fato, o que fazemos é excluí-los. Excluí-los e usufruir do gozo da posição imaginária de estar do lado do bem, da lei.²⁴

A escuta só torna-se possível se é rompido o pacto do grupo social que os exclui — fora disto não há escuta, mas relação de subordinação entre classes sociais ou

²³ ROSA, Miriam Debieux. O discurso e o laço social nos meninos de rua. *Revista Psicologia USP*, v.10, n.2, 1999.

²⁴ Cf. ROSA, Miriam Debieux. Obra citada, p.44.

grupos hegemônicos. A estratégia de demonstração no artigo radicaliza os termos para destacar o jogo imaginário e simbólico que se interpõe na escuta dessas pessoas, que vivem sob desamparo social e discursivo.

Nessa direção, o artigo destaca as implicações de o psicanalista ficar em uma posição de desconhecimento quanto à incidência das coordenadas que tocam seja a pobreza, a exclusão social ou inclusão perversa, o lugar de exceção como vida nua²⁵ ou o modo como o ideário iluminista igualitário e libertário encobre a predominância das regras e valores do modelo neoliberal, pautado pela lógica do mercado e pelo privilégio do capital.

Isto posto, são elencados dois problemas da clínica: responsabilizar o sujeito pelas misérias e violências, supondo uma decisão ali onde há uma lógica de mercado e a vitimização do sujeito, o que dificulta o seu reconhecimento como desejante, capaz de reconhecer-se em suas determinações inconscientes, em seu lugar no desejo do Outro. Essas questões são desenvolvidas no quinto capítulo deste trabalho, que aborda diretamente vitimização, implicação e responsabilização do sujeito e do campo social.

A escuta psicanalítica é, desde Freud, transgressora em relação aos fundamentos da organização social; para se efetivar, implica um rompimento do laço que evita o confronto entre o conhecimento da situação social e o saber do outro como um sujeito desejante. Dessa escuta, principalmente quando o sujeito se revela enquanto tal, como um dizer, o psicanalista não sai isento — um posicionamento ético e político é necessário.

A dimensão política fica em primeiro plano a partir dessa constatação. São apresentadas as várias formas em que essa resistência se manifesta e algumas consequências da pobreza extrema e da exclusão social nos sujeitos do modelo econômico neoliberal, particularmente nos jovens da periferia de um grande centro urbano como São Paulo.

Constatamos a apatia, a solidão e o emudecimento, assim como a reprodução, na subjetividade, da violência e da pobreza afetiva e intelectual, como encobridoras da

²⁵ AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua* (vol. I). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

possibilidade de elaboração simbólica que poderia dar forma sintomática ao que é vivido como traumático.

A questão do silenciamento que perpassa nessas situações todas é ressaltada nesse artigo desta forma:

Diante do impacto traumatizante de uma consciência clara da impotência frente ao Outro consistente e insistente em barrar qualquer acesso à condição de uma lógica fálica e desejante, o sujeito cala-se. Constrói uma barreira sólida e necessária, que tem sua expressão no que chamo de emudecimento do sujeito e de apatia necessária, rompida, por alguns, por reações violentas. Observo nessa suspensão temporária — às vezes da vida inteira, mas temporária e não estrutural — um modo de resguardo do sujeito ante a posição de resto na estrutura social. Uma proteção necessária para a sobrevivência psíquica, uma espera, uma esperança. Penso assim pela facilidade com que, muitas vezes, algumas situações de escuta fazem surgir ali, onde parecia haver apenas vidas secas, o sujeito desejante, vivo.²⁶

Apontamos o efeito disruptivo descrito por Piera Aulagnier²⁷ como a *quebra do contrato narcísico* promovendo ruptura no contrato que pode ter consequências diretas sobre o destino psíquico da criança, pois as situações de exploração e exclusão reforçam fantasias de rejeição, ódio, despossessão. Nesta direção, a consequência da ruptura dos fundamentos do contrato social é a irrupção do *traumático*, a desestruturante incidência subjetiva daquilo que irrompe por fora de uma trama de saber.

Ressaltamos que há especificidades na escuta clínica desses sujeitos - é preciso levar em conta a atribuição do lugar de resto no discurso social, expresso seja pela exclusão do acesso aos bens ou aos modos de gozo desse momento da cultura.

Assim, antes de pensar em diagnósticos ou estruturas, é preciso escutar o sujeito, esse sujeito que ocupa o lugar de resto na estrutura social, e que está sob condição traumática. Há diferentes formas de evolução frente ao mesmo processo que tende a suprimir sua condição de sujeito, processo de coisificação coletiva que pode, entre outras formas, induzir à submissão cega ou ao fechamento autístico.

²⁶ Cf. ROSA, Miriam Debieux. Obra citada, p.45.

²⁷ AULAGNIER, Piera. *A violência da interpretação*. Rio de Janeiro: Imago, 1979. p. 153.

A escuta que supõe romper barreiras e resgatar a experiência compartilhada com o outro deve ser uma escuta como testemunho e resgate da memória, posição que vai se firmando nos artigos sobre a clínica psicanalítica nos contextos de violência.

Outro ponto fundamental no texto, sobre a escuta, é outro passo no reposicionamento sobre a resistência do analista ao lidar com as violências. A escuta psicanalítica supõe, retomo aqui, a presença do outro desejante, em tudo o que ela implica de resistência do analista, usada agora como um contorno, uma borda organizadora do gozo sem limites.

Nas histórias de meninos infratores, por exemplo, não suporto ouvir o relato cru de crimes que cometeram. O relato tem, na resistência do analista, o seu limite, o limite do fantasma que suporta o analista e que o norteia para detectar quando o dizer pode ser compartilhado em experiência de um sujeito na história ou quando é puro gozo no sofrimento, o seu próprio ou o do outro²⁸.

Em suma, neste trabalho é destacado o jogo imaginário e simbólico que se interpõe, como resistência, na escuta de sujeitos sob desamparo social e discursivo. A pregnância imaginária da miséria e uma suposta distância dos ideais da cultura podem ser um impeditivo para a escuta, para o reconhecimento do desejo do sujeito na transferência, levando à equivocada interpretação de sua forma de se apresentar ou mesmo da negativa de falar como falta de demanda ou de recursos do sujeito.

A especificidade na escuta clínica desse sujeito é levar em consideração o lugar que ocupa no discurso social, mais precisamente na lógica discursiva do mercado, ou seja, atentar para quando esse sujeito ocupa o lugar de *resto* na estrutura social que promove a condição traumática do sujeito. A identificação do sujeito a esse lugar de dejetos é um dos fatores que dificulta o seu posicionamento na trama de saber e que vai caracterizar o seu discurso, marcado, por vezes, pelo silenciamento. Ética e politicamente é fundamental não confundir o lugar de *resto* no discurso social com uma subjetivação da falta, que promove o desejo. A escuta desses sujeitos pode tanto lhes propiciar dar andamento à articulação dos significantes, rompendo com identificações

²⁸ ROSA, Miriam Debieux. O discurso e o laço social nos meninos de rua. *Revista Psicologia USP*, v.10, n.2, 1999. p.46.

imaginárias, como contribuir para elucidar alguns dos efeitos subjetivos do “bom” funcionamento do sistema.

Fica claro que, mesmo nas situações mais adversas, é possível vislumbrar o efeito estruturante e organizador da escuta psicanalítica. No entanto, ressaltamos que, constatar que o sujeito pode resistir nas situações mais adversas — se ele encontra brechas na estrutura social para se manifestar—, não basta. Para além da constatação dos efeitos subjetivos devastadores da exclusão está a ética, e ética implica promoção de modificações nas estruturas sociais e políticas que sustentam essa situação social. Uma estratégia será construir discursos que elucidam e desvelam o preço pago da parte das pessoas para o ‘bom’ funcionamento do laço social regido pelas regras e valores do modelo neoliberal, pautado pela lógica do mercado e pelo privilégio do capital, tema do Capítulo 2, *Cena social: gozo e experiência: operadores para a clínica e a pesquisa psicanalítica*.

1.3 PSICANÁLISE IMPLICADA: VICISSITUDES DAS PRÁTICAS CLÍNICO-POLÍTICAS E A CLÍNICA DO TRAUMÁTICO²⁹

Esse artigo, de 2013, traz a construção e fundamentação da prática que cunhamos de clínico-política — seu campo epistemológico teórico-clínico de articulação entre psicanálise, sociedade e política — e a explicitação do que consideramos a clínica do traumático.

Psicanálise, sociedade e política são termos que relançam e explicitam a articulação do sujeito com o desejo, o gozo e a dimensão dos laços sociais como laços discursivos. A perspectiva do inconsciente como *discurso do Outro* (Lacan, 1963³⁰

²⁹ ROSA, Miriam Debieux. Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clínico-políticas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, v. 41, 2013, p. 29-40.

³⁰ LACAN, Jacques [1963-64]. *Seminário 11*. Os quatro conceitos da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

ganha destaque em seus desdobramentos — o inconsciente é a história, a história da criança na família, da família no campo sócio-político; o inconsciente é o político.³¹

Entendemos que a prática que articula sujeito e enlaçamento sociopolítico lança-nos na *psicanálise implicada*, ou seja, nem psicanálise dita em extensão ou psicanálise aplicada fora da clínica, mas aquela constituída pela escuta dos sujeitos situados precariamente no campo social, que permite teorizações sobre os modos como são capturados e enredados pela maquinaria do poder. Ela leva em conta os efeitos do desamparo discursivo e constrói táticas clínicas que remetem tanto à sua posição desejante no laço com o outro, como às modalidades de resistência aos processos de alienação social.

Será neste texto que construímos a articulação que localiza a produção do desamparo discursivo - destacamos a artimanha de apresentar o discurso social e político, com seus interesses de manter ou estender seu poder, como se fosse o discurso do Outro para confundir e conseguir enredar o sujeito em suas propostas de laço social.

Tais considerações apresentadas na introdução deste capítulo nos exigem construir práticas clínico-políticas, ou seja, dispositivos e estratégias clínicos que possibilitem ao sujeito construir modalidades singulares de resistência aos processos de alienação social. Esse campo epistemológico ético-político leva em conta as especificidades dos sujeitos e as vicissitudes de suas demandas em contextos de exclusão e violências e abre inúmeras questões. Indica que há especificidades nas estratégias clínicas quando o exílio ou exclusão do laço social é imposto pelo “Outro”, que obriga o sujeito a vagar sem pouso, sem poder nem mesmo demandar tratamento ao seu sofrimento.

As vicissitudes da prática psicanalítica nos remetem à formulação de uma direção possível de tratamento que leve em conta, nas situações sociais críticas, o trauma provocado pela intervenção do “Outro” totalitário, que pretende apagar as marcas do sujeito e reduzir os homens a restos.

³¹ LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 14, A lógica do fantasma*. Seminário inédito, aula de 10/05/67, 1967.

Faz-se necessário formular as coordenadas da clínica do traumático e as estratégias e dispositivos clínico-políticos desenvolvidos na abordagem desses sujeitos, destacando as questões da demanda, a posição do psicanalista frente às desordens subjetivas geradas por situações políticas e sociais e a dimensão da elaboração coletiva do trauma.

Pudemos identificar, naqueles sujeitos que se confrontam com a violência, que o excesso de consistência do acontecimento promove um impedimento do esquecimento, do recalque necessário para separar-se do acontecimento. As situações de precariedade e desproteção sócio-política e discursiva e a dimensão traumática induzida nessas situações destacam a temporalidade específica que perpetua o instante traumático, uma temporalidade de ruptura na qual o sujeito não tem nele a mínima parte. É uma temporalidade de instante, mas de um instante que engendra uma perpetuidade³².

Tal processo suspende o tempo necessário para tramitar os processos de luto e promove uma desarticulação da ficção fantasmática. Incide no laço identificatório dos semelhantes para com eles — estes tendem a recuar diante do terror — com o que perdem a sua solidariedade e são lançados em lugar de exceção, aparentemente fora da política. Produz-se um abalo narcísico e a perda de um lugar a partir do qual o sujeito possa se localizar no discurso, dar contorno simbólico ao acontecimento para produzir um sintoma e construir uma demanda — o que se traduz num silenciamento, sob o signo da solidão e da morte.

A posição fica mais clara: nesses casos não é possível um trabalho aos moldes de uma clínica do sintoma, mas podem-se realizar intervenções que podemos chamar de *clínica do traumático* quando o sujeito não construiu ainda uma resposta metafórica, um sintoma através do qual possa falar de seu sofrimento e endereçar uma demanda.

A clínica do traumático opera quando o sujeito encontra-se em um tempo subjetivo no qual o trauma, esse instante perpétuo, toma conta de toda possibilidade de uma questão subjetiva, encontrando como resposta a repetição do silêncio, a perpetuação da angústia ou o impedimento de processos subjetivos.

³² SOLER, Colette. Trauma e fantasia. *Stylus Revista de Psicanálise*. Rio de Janeiro, n.9, outubro 2004. p. 45-59.

A angústia surge justamente quando não há distância entre a demanda inconsciente e a resposta do Outro, quando se perde a distância entre o enunciado e a enunciação. A angústia é o afeto que não engana e diz respeito àquilo que o sujeito não pode articular em significantes; é sinal de um real impossível de ser simbolizado. A angústia, nesses casos, apresenta-se não como manifestação sintomática (caso da angústia neurótica em Freud), tampouco como fuga, mas como um tempo no qual o sujeito custa a se localizar e que, por esta razão, é vinculado ao sentimento de estranheza, o *Unheimlich* freudiano. Na angústia ficam dissolvidos tanto o eu quanto o outro, enquanto suporte identificatório, e o desejo se perde sem poder ser nomeado e articulado em demanda de modo que, no lugar da nomeação do objeto, surge o gozo no fantasma.

A escuta dos significantes advindos e articulados à experiência constitui pressuposto ético que diz respeito ao domínio da política, na medida em que elucida a posição no laço com os outros, e ao domínio da cultura, na medida em que remete à relação ao Outro. A direção possível de dar tratamento ao gozo e ao desejo, sua ética e política, se baseiam em três aspectos concomitantes: restituir um campo mínimo de significantes referidos ao campo do Outro; romper com o discurso violento que se apresenta como simbólico e marcar a supressão de qualquer participação nesse gozo; promover um giro discursivo que restitui o sujeito no laço social e no modo com que este o constrange e aliena, assim como incidir no discurso resgatando um lugar para o sujeito.

A experiência analítica, que não se restringe ao tratamento *stricto sensu*, propicia vias de resgate da dimensão do desejo. Ela demonstra que é no campo intersubjetivo conceituado como *campo transferencial* que se produz o saber do sujeito: sujeito do desejo, engendrado pela cultura, mas que, em sua condição de dividido, pode transcender o lugar em que é colocado e apontar na direção de seu desejo. E é nesse campo compartilhado que o sujeito faz a experiência de inventar-se e inventar o mundo³³.

³³ ROSA, Miriam Debieux; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves; CATROLI, Viviani Sousa do Carmo. Viver em Tempos Sombrios: do gozo à experiência compartilhada. *Psicologia em Revista* (Online), Vol. 2, 2009. p. 51-68

A direção possível de tratamento para trabalhar a relação trauma, luto, experiência e transmissão visa à transformação do trauma em experiência compartilhada e à construção da posição de testemunha, transmissor da cultura, como diz Hassoun³⁴. Desta posição pode recompor um lugar discursivo com a condição necessária de romper com o lugar alienado instituído pelo discurso ideológico para re-construir a história perdida na memória, re-construção que já implica uma deformação, permitindo o luto e uma reinterpretação do passado construindo uma narrativa ficcional que o situe no laço social.

Restituir um campo mínimo de significantes que possam circular, referidos ao campo do Outro, permite ao sujeito localizar-se e poder dar valor e sentido à sua experiência, articulando um apelo que o retira do silenciamento. Está em jogo não somente a reconstituição narcísica de sua imagem, mas também a recomposição do lugar a partir do qual se vê amável para o Outro (ideal do eu), reafirmando uma posição que lhe permita localizar-se no mundo e estabelecer laços sociais, inclusive os analíticos.

O caráter constituinte e antecipatório dessa experiência fundante é demonstrado na psicanálise, quando Lacan³⁵, no estágio do espelho, aborda o movimento que convoca o Outro para que ratifique o valor dessa imagem. Como experiência, comporta os registros do imaginário, do simbólico e do real que a compõem.

A experiência se processa também pela via da repetição. Para isso, Lacan³⁶ se valeu da tradição mítica grega da fortuna, *tiquê*, articulando-a ao *automaton*. Enquanto o *automaton* aponta para a repetição sintomática, como insistência dos signos comandada pelo princípio do prazer, a *tiquê* indica o encontro com o real, que vige sempre por trás do *automaton*, para além do princípio do prazer, e que em sua condição não representacional produz não senso, aquilo que não pode ser pensamento, que é impensável, indizível, e que se presentifica na repetição.

³⁴ HASSOUN, Jacques. *Los contrabandistas de la memoria*. Col. Inconsciente Y Cultura. Buenos Aires: Ediciones de la Flor S. R. L. , 1996.

³⁵ LACAN, Jacques [1962-63]. *O Seminário Livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

³⁶ LACAN, Jacques [1964] *O Seminário livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

A experiência psicanalítica nas suas varias vertentes pode comparecer com elementos para favorecer modos de resistência à instrumentalização social do gozo, à manipulação da vida e da morte no campo social — um terrorismo do ponto de vista do poder soberano. A sua tramitação depara-se com os impasses relativos à angústia, à culpa, à superação das violências, à potência enlouquecedora do trauma e de desorganizações subjetivas e à errância sem fim de alguns desses sujeitos.

Nas guerras, com ou sem nome, trava-se outra guerra entre a resistência do sujeito e a insistência do trauma em enlouquecer o sujeito. É um impasse que implica não a responsabilização do sujeito, mas o rompimento com esse campo simbólico; não o assentimento subjetivo de sua participação, mas a supressão de qualquer participação nesse gozo (ver desenvolvimento no capítulo 5 deste trabalho).

Entramos no campo polêmico das intervenções que visam criar condições de alterações do campo simbólico — subjetivo, social e político. Tais práticas passam pela elaboração possível do luto, através da *elaboração coletiva do trauma*. Trata-se de um trabalho que finca suas bases na reconstituição do laço social norteador do funcionamento do campo social. Fica marcada uma direção clínica no caso das violências.

Esse trabalho potencializa a sua eficácia na articulação significativa que se opera no público, no coletivo, ou, mais precisamente, no laço social, na aposta pública de que é possível, no laço, outro lugar para o sujeito. A publicização pode favorecer a desidentificação do sujeito à vertente imaginária do acontecimento, travestida de simbólica, para que possibilite demarcar a dimensão histórica e cultural dos fatos sociais e políticos.

As dimensões públicas e coletivas dessa prática, que se traduzem de modos diferentes em cada caso, supõem uma elaboração coletiva do trauma, na qual há condições de, através da recuperação da história social e política, explicitar as distorções ou omissões dos interesses e poderes em jogo. Dessa forma processam-se alterações do campo imaginário/simbólico, social e político em que o sujeito se situa em uma história, reconstituindo o campo ficcional.

Recorremos a Lacan para dar o peso da comunidade na elaboração do luto. Ele

aponta que, na falta do significante que possibilite apresentar a ausência do Outro sob um véu, para promover articulações, no seu lugar povoam imagens, ao modo da loucura coletiva, imagens que surpreendem a todos e cada um quando a desapareição de alguém não é acompanhada pelos ritos requeridos.

Discutindo sobre Hamlet, oferece a base teórica da importância da comunidade e dos rituais para dar condições para o processamento do luto. A perda rejeitada do simbólico reaparece no real.

Os ritos são a intervenção maciça de todo jogo simbólico que clama a memória dos mortos. O trabalho de luto realiza-se no coletivo, na comunidade. É uma satisfação dada ao que se produz de desordem em razão da insuficiência dos significantes para fazer face ao buraco criado na existência.³⁷

Lacan destaca a dimensão ritual e coletiva na elaboração individual do luto. Sua supressão é elucidativa da modalidade contemporânea de violência e da degradação social e ética que atinge o conjunto da sociedade e a enlouquece coletivamente.³⁸

Portanto, a *clínica do traumático* lança desafios e exige intervenções que caracterizamos como prática psicanalítica clínico-política para abordar a questão da angústia e do luto em sua face política, ou seja, a produção sócio-política da angústia e do impedimento dos processos subjetivos. Prática que levanta questões metodológicas (individuais e/ou coletivas), armadilhas (intervir em nome do bem do outro) e impasses quanto ao desejo do analista. A prática clínico-política e a clínica do traumático lançam desafios e exigem intervenções não-convencionais.

Os dispositivos clínicos *stricto sensu* encontram seus limites nesses contextos, nos quais pode-se constituir uma experiência, inclusive a analítica. A experiência incide no plano discursivo e na historização dos laços sociais em dados grupos sociais. Práticas coletivas que incluem a experiência podem permitir a produção de um ato que toca dimensões do real, simbólico e imaginário, contornando e significando aquilo que,

³⁷ LACAN, Jacques. [1958-59] O desejo e sua interpretação. Tradução da APPOA, 2002. p.100.

³⁸ Sobre o tema consultar: PINHO, Miriam. *Luto e rituais: a psicanálise no contexto atual*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). PUC-SP, 2015.

por vezes, é negado socialmente. Só então pode ser possível desidentificar o acontecimento, para que trace um futuro para todos e se torne um emblema cultural.

O trabalho analítico nessa direção é baseado na escuta clínica, mas ocorre na diversidade das intervenções: em atividades grupais sobre várias temáticas, em oficinas, em escutas singulares, nas intervenções institucionais, na articulação em redes de assistência ou comunitárias e na publicização dos acontecimentos e conflitos nas instituições e na vida social. Põe à prova o desejo do analista e seus ideais de análise baseados nas estratégias convencionais, o que pode ser fundamental na formação de um analista!

A direção de tratamento proposta em artigo sobre as instituições³⁹ propõe que a prática psicanalítica abranja um duplo movimento: elucidar os discursos e as práticas institucionais e sociais e escutar o sujeito. Dentre os princípios teóricos, metodológicos, éticos e políticos necessários para a prática psicanalítica, destacamos as vicissitudes da sustentação da posição psicanalítica nesses contextos, evidenciando a sua especificidade em lugar das especialidades. O analista trabalha a partir da demanda e do sintoma referidos pelos agentes institucionais. Convoca a instituição para, em um posicionamento implicado, rever a cena institucional onde o que está em jogo são os lugares de cada um, os discursos e a relação entre o instituído e o instituinte. Elucida as trajetórias institucionais dos usuários, técnicos e gestores e seus efeitos, seja de ofertar um lugar simbólico, seja em induzir identidades imaginárias. Estas últimas, em lugar das histórias que podem ser contadas, produzem silêncio e impedimento.

Consideramos que há uma *condição* política e metodológica para um trabalho psicanalítico: sustentar a possibilidade de tomar o discurso do mestre pelo avesso, e uma *posição*: permitir uma transferência de trabalho que focalize projetos comuns, laços, nos quais o pulsar dos sujeitos envolvidos não represente uma ameaça de destruição, mas a sinalização de uma nova direção à instituição.

Há várias vertentes do lugar do psicanalista na instituição: a escuta psicanalítica dos pacientes, levando em conta a especificidade da situação; o modelo do *mais um*

³⁹ ROSA, Miriam Debieux. *A psicanálise e as instituições: um enlace ético-político*. Lepsi IP / FEUSP; São Paulo: scielo, 2006. (www.proceedings.scielo.br).

(oferecido pelo cartel); integrar a equipe formuladora e instauradora do processo institucional. Esses lugares têm por função promover um atravessamento do simbólico e imaginário na instituição para que elaborações possam construir uma história institucional, com seus avanços e fracassos.

A prática clínico-política nesse âmbito relança as demandas institucionais, em geral focadas naqueles indivíduos que desorganizam ou atacam as normas institucionais. Estas são relançadas para diagnosticar, não o indivíduo, mas os laços sociais que atualizam os processos de exclusão em curso e buscar reverter e inverter a direção das práticas de modo a permitir a todos a elaboração de seu lugar na cena social.

A abordagem psicanalítica clínico-política permite detectar, sinalizar e intervir nas formas sutis de preconceitos - de classe, de raça ou de gênero - presentes nos mecanismos institucionais que se efetivam através de práticas ditas científicas que fazem recair sobre indivíduos os acontecimentos, desvinculados da sua história pessoal, familiar, institucional, social e política. Difere de uma abordagem de diagnósticos autoexplicativos, posição que retira artificialmente o sujeito da cena institucional e discursiva, de modo que o sujeito fica abstratamente suspenso da trajetória institucional, do contexto social e histórico, e seu comportamento pode ser imaginarizado como destituído de sentido, e, desde aí, remetido seja ao campo da causalidade orgânica, da evidência de patologias, seja na dimensão da criminalização⁴⁰.

Finalizando esta abertura às nossas questões, posicionamo-nos. Consideramos que articular tais estratégias clínicas e políticas é fundamentar o enfrentamento da dimensão política do sofrimento produzido nas e pelas relações sociais; é também um modo de constatar e denunciar mecanismos de controle e de construir práticas de resistência às manipulações que não excluam ou silenciem a dimensão subjetiva.

⁴⁰ VICENTIN, Maria Cristina G.; GRAMKOW, Gabriela; ROSA, Miriam Debieux. A patologização do jovem autor de ato infracional e a emergência de "novos" manicômios judiciais. *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.*, Vol.20, no.1, Abr 2010, p.61-69. ISSN 0104-1282.

2 CENA SOCIAL: GOZO E EXPERIÊNCIA

No primeiro capítulo abordamos os impasses do sujeito na cena social; neste, abordaremos as coordenadas presentes na cena social e política em que se processa a constituição subjetiva. Pela via dos laços sociais elucidamos modos de enredamento do sujeito nas estratégias de poder e os impasses do sujeito contemporâneo nestes tempos sombrios. Também propomos operadores psicanalíticos para a análise dos fenômenos sociais e políticos

Tomar o campo social como cena é um dispositivo que permite incluir na análise dos laços sociais a fantasia e o gozo. O campo social será tratado aqui como constituído por discursos construídos em torno da fantasia ideológica de que fala Zizek⁴¹, que pretende mascarar a inconsistência e os antagonismos constitutivos de uma sociedade viva e pulsante para impor uma concepção de sociedade fixada em uma identidade sócio-simbólica que tem sua ordem ameaçada por uns poucos estranhos que devem ser cooptados, excluídos, escravizados ou eliminados.

Os textos partem da ênfase na sociedade em transformação e do enredamento do sujeito nesse processo. A dimensão social e suas normativas são enfatizadas e vão sendo acrescidas de uma concepção de controle político para manutenção de um sistema que privilegia um modo específico de circulação dos valores e distribuição dos modos de gozar. Destacamos o peso e homogeneidade do poder sobre o sujeito no capitalismo avançado, que indica um modo de laço em que o sujeito vê-se empurrado violentamente ao gozo, seja sob a forma de consumo e lucro, seja como sofrimento. Abordamos particularmente as estratégias que incidem sobre o sentido da vida e sobre a historicização do sujeito nas quais a diferença e pertença a um lugar social às margens dos ideais dominantes é manipulada como fruto de insuficiência individual, patologizada ou criminalizada.

Para essa análise recorreremos a autores da filosofia e ciências sociais. Nomes como Lyotard, Bauman, Castoriadis, Arendt, Benjamim, Foucault, Zizek e Agamben

⁴¹ Zizek, Slavoj. Eles não sabem o que fazem. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

ganham espaço fundamental para avançar neste debate.

Os artigos procuram não só constatar, mas desmistificar a eficácia dos discursos mortificadores da experiência. Destacamos a figura do “muçulmano” — nome que designava os mortos-vivos nos campos de concentração —, do toxicômano, do adolescente intratável⁴², do imigrante errante, todos transformados em ícones de perigo e foco de hostilidade, assim como figuras necessárias para despertar horror e como exemplos às avessas de como melhor controlar possíveis processos de resistência à modalização da vida. Certamente, não se trata de se conduzir uma análise comparativa dessas figuras, muito menos das narrativas dos sujeitos, e nem mesmo de contestar a especificidade da Shoá ou de cada um destes processos. Estamos aqui nos apoiando na tese de Agamben — tese benjaminiana —, segundo a qual o campo, o estado de exceção que o estabelece, é o paradigma vigente na política moderna. Ou seja, colocando de um modo bem sucinto, a estrutura discursiva que organiza o poder e a ficção jurídica, sustentáculos do estado moderno, é aquela que deu as condições para que os campos de concentração existissem. Por essa razão, há diferentes experiências políticas modernas e contemporâneas que, sem desmerecer o valor de suas especificidades, são expressões da mesma estrutura biopolítica (para usar a palavra cara a Foucault, também retomada por Agamben).

Visamos desmistificar a eficácia desse discurso demonstrando o modo como opera nos sujeitos, a redução e distorção que promove, assim como ressaltamos a resistência do sujeito a essas formas de governo, em alinhamento com a direção ético-política posta por Freud sobre a impossibilidade de governar por inteiro. Indicamos modalidades de resistência que supõem o deslocamento do gozo monitorado politicamente e mortífero para o desejo, para uma práxis caracterizada pelo resgate da experiência compartilhada do mundo, onde os processos coletivos e a reabilitação do espaço público possam tornar possível a construção de projetos comuns.

Os dois primeiros textos são de minha integral autoria. As parcerias teórico

⁴² ROSA, Miriam Debieux.; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. *Revista Psicologia Política* (Impresso), v. 10, 2010. p. 107-124.

clínicas somam-se às ético-políticas, ou seja, àquelas que, de campos teóricos diferentes, se agregam em torno de uma pauta de debate. Ressalto a parceria com Maria Cristina Vicentin, professora da pós-graduação de Psicologia Social da PUC-SP, presente não só nos textos, mas nas pesquisas e nos embates frente às concepções que subsidiam as políticas públicas.

No destaque que darei aos textos apontamos como está caracterizada a cena social, a captura do sujeito nas malhas do poder e da violência e a resistência. Dar visibilidade a esses processos visa melhor responder a eles, longe de vitimizar, uma vez que concordamos com Lacan em *A Ciência e a verdade* “Por nossa posição de sujeito sempre somos responsáveis. Que chamem a isto como quiserem, terrorismo.”⁴³ A psicanálise comparece, não só para detectar e denunciar, mas como modo de resistência à instrumentalização social do gozo.

2.1 OS IMPASSES DA SUBJETIVAÇÃO DADAS AS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES DA “PÓS-MODERNIDADE”⁴⁴.

Esse artigo, de 1999, busca abordar a questão familiar no contexto de uma sociedade em transformação para situar o debate na psicanálise sobre o lugar do pai e sua incidência na constituição subjetiva.

O problema é abordado de modo a fundamentar e justificar a possibilidade de pesquisar na direção de desvendar a relação sujeito e cultura para compreender as mudanças e os impasses do homem na atualidade. Caracterizada a sociedade no final do século XX, levamos em conta o pensamento de Freud sobre a cultura para problematizar a subjetivação nas configurações familiares contemporâneas. A contribuição de Freud inclui uma teoria da cultura que permite compreender como as modificações na sociedade têm interferido na constituição do sujeito e do laço social e quais são as atuais ilusões e formas de expressão do mal estar.

⁴³LACAN, Jacques. [1966-88]. *A Ciência e a verdade*. In: ____ *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1966. p.873.

⁴⁴ ROSA, Miriam Debieux. Os impasses da subjetivação dadas as configurações familiares da “pós-modernidade”. *Revista Psicanálise e Universidade PUC-SP*, No 9, 1999. p.79-104.

No título o termo pós-modernidade entre parênteses indica a dificuldade de situar essas mudanças que vinham com termos como capitalismo, capitalismo avançado, neoliberalismo, globalização ou contemporâneo, atual. Nesse texto acompanhamos Lyotard⁴⁵ e outros autores, para caracterizar as mudanças desse período designado "*pós-moderno*", a fim de debater as implicações na cultura, na produção de conhecimento e na constituição subjetiva. Essa denominação não é unânime, uma vez que não está cumprida a condição fundamental para inaugurar um novo movimento: o corte epistemológico. No entanto, usamos esta terminologia para indicar o período que tem o seu início depois dos anos 50 e se faz presente junto às palavras: tecnologia, ciência, riqueza, capitalismo, globalização; advém no momento pós-industrial caracterizado pela invasão da tecnologia no cotidiano e promove alterações na produção e consumo que, por sua vez, provocam mudanças nas relações humanas.

Os avanços tecnológicos aliados aos processos políticos de globalização, a extensão do capitalismo e do neoliberalismo para todo o globo, eliminando diferenças culturais, trazem impactos e impasses na gestão social, nos laços sociais e na posição de cada um nestes. A tendência universalizante e os efeitos das mudanças têm implicações sociais de desenraizamento cultural. O homem moderno torna-se um imigrado sem memória, um errante sem tradição, a quem a mídia informa de tudo, mas que não se posiciona e tem dificuldade de escolher uma direção para si e para seus filhos. Tais questões convivem junto a todo um conjunto de pessoas que preservam práticas medievais, que vivem no mais absoluto isolamento ou que recorrem a seitas religiosas, algumas fundamentalistas.

As transformações consideradas como progresso social, no entanto, não minoram, mas acentuam os problemas sociais crônicos como a pobreza, a má distribuição de renda, os autoritarismos. A estes se somam outros, como a disseminação da violência; a evidência de grandes grupos, especialmente de crianças, que vivem em situações de exploração e risco, seja por violência, abuso sexual ou abandono; preconceitos; chacinas e terrorismos.

⁴⁵ LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1986.

Nesse contexto operam-se várias mudanças no tecido familiar a partir do questionamento sobre o homem, o pai, a mulher e sobre a forma de ligação dos casais. Por sua vez, as queixas sobre as crianças e adolescentes referem-se à que, sob o imperativo do gozo, em vez de brincar, aparece a agressão aos outros e a si mesmos, assim como a recusa à aprendizagem e a dominar os instrumentos historicamente construídos para inserção social.

Tais mudanças problematizam a organização social, evidenciando a ineficácia dos atuais instrumentos sociais, legais e jurídicos, trazendo crise à família, levando-a a rever e reconsiderar até mesmo os referentes simbólicos e imaginários presentes na maternidade, paternidade, filiação, relações amorosas, pertinência, nacionalidade e valores, e buscar uma ética reguladora.

Lançamos mão de alguns dos dispositivos de análise nas questões que envolvem a família, a criança e o adolescente. Destacamos a análise dos enunciados presentes no imaginário social sobre referentes fundamentais e a importância de quem se encarrega de sua enunciação. Nessa direção se discute sobre o referente que garante que o discurso opere - a função paterna - e como as mudanças no imaginário social, que indicam a queda ou enfraquecimento do pai, têm afetado a constituição subjetiva assim como as implicações no sintoma.

Um referencial importante nessa análise é o conceito de *imaginário social*, que é elucidativo quanto à relação que a cultura estabelece com a formação subjetiva. O imaginário social é um dispositivo que auxilia o diálogo interdisciplinar necessário neste campo de pesquisa. Segundo Castoriadis⁴⁶, é o conjunto de significações, normas e lógicas que determinam o lugar concreto que os indivíduos ocupam na sociedade. Esse conceito permite superar o de ideologia, na medida em que este último, ao definir crenças, também atribui um caráter falso às mesmas, enquanto o imaginário social envolve na própria definição sua índole de criação real e, ao mesmo tempo, de lugar de entrecruzamentos de ideais, cuja substância é tanto histórico-social como político-libidinal.

⁴⁶ CASTORIADIS, Cornelius. *Los dominios del hombre*. Barcelona, España: Gedisa, 1988.

Recorrer ao imaginário social parece-nos útil para refutar a universalidade do discurso, indicando sua especificidade no tempo e na geografia, de modo a elucidar ou mesmo denunciar sua pretensão e o seu interesse em atribuir e naturalizar um lugar e significados específicos para o cidadão. Diferenciamos radicalmente o *imaginário social* do *discurso do Outro*, pois esse último disponibiliza para o sujeito o conjunto de significantes, entre os quais o sujeito se identifica com alguns daqueles que lhe são transmitidos e possibilitam que se situe no laço com o outro e em sua história. Sigo um bom período com esse conceito que se articula ao de desamparo discursivo.

Refletir acerca do *imaginário social* auxilia a incluir na constituição subjetiva o modo como se estruturam os laços sociais, não somente em nossa atualidade, mas também na história de cada um. Faz-se necessário explicitar as fantasias dos grupos sociais, expressas nos enunciados, tomando, ao longo da história, alguns dos lugares ocupados pela criança e pelo jovem, lugares estes que produzem discursos diferenciados que recaem sobre os sujeitos dependendo do extrato social que ocupa a família, e de outras referências, como cor, religião, nacionalidade, ou sexo da criança.

Destaca-se o modo como o imaginário social sobre a criança traduz o ideal dos pais estimulado pelas ilusões contemporâneas, que almeja a eliminação da dimensão do Outro como uma alteridade para o sujeito. A atualização pela criança desse gozo, no entanto, produz um estranhamento nos pais e um recuo em suas funções, inclusive na função paterna. As ilusões da atualidade estão presentes nos distúrbios de crianças e adolescentes, principalmente quanto aos aspectos de obstrução de um mundo imaginário próprio, da predominância da onipotência e do narcisismo, assim como a ilusão de se constituir de modo autônomo.

Também ressaltamos o operador de análise, referente ao porta-voz dos enunciados fundamentais à criança. Segundo Aulagnier⁴⁷, o suporte que, segundo as diferentes culturas, sustenta o papel de representante do discurso, não é indiferente para o destino psíquico do sujeito, como não é indiferente à maior ou menor valorização do modelo pelo grupo, formulação chave para discutir a função paterna e seu suposto natural enfraquecimento.

⁴⁷ AULAGNIER, Piera. *A violência da interpretação*. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

Para pensar como o sujeito tem sido afetado pelas mudanças do imaginário social, a questão da queda ou enfraquecimento do pai e suas implicações estão presentes. A discussão inscreve-se em várias áreas e trata desde a ausência concreta do pai na família, passando por figura, nome, significante. Não é uma discussão nova, já que Freud declara sua preocupação frente ao avanço da modernidade no homem e à constituição de uma subjetividade onde a liderança do pai desaparece.

A questão sobre a queda ou o enfraquecimento do significante, da imago ou da função paterna e de sua substituição pelos saberes sociais do pediatra, do psicólogo, do delegado é das mais interessantes. Aulagnier destaca várias modificações culturais, inclusive na função paterna. Mas esta, para ela, mantém o fundamental: seu nome. Não sugere, portanto, transformações na estrutura subjetiva, embora pondere sobre possíveis efeitos para o sujeito. Ela ainda ressalta dois pontos: para que estes enunciados exerçam essa função é preciso que eles sejam recebidos como palavras de certeza e, se este atributo lhes falta, serão abandonados e substituídos por uma nova série.

Nossa tese aqui é de que o enfraquecimento do significante *pai* e o modo em que se dá sua substituição passam pelo embate sobre quem ou o que vai sustentar o lugar de representante do discurso do Outro. A questão é atravessada pela política, pois o discurso segregador abala a posição fálica das famílias em alguns grupos sociais e tem efeitos na constituição do laço social da criança. A desqualificação dos pais operada pelo imaginário social abala a certeza de sua mensagem e outros discursos — científicos, pedagógicos, legais — tomam seu lugar com efeitos no enfraquecimento da imago paterna⁴⁸. Processa-se um deslizamento significativo no qual o *filho* dessa família torna-se uma entre outras crianças, uma *criança* genérica sobre a qual recaem discursos e práticas segregatórias.

Ressaltamos que é a partir de certa fantasia sobre paternidade, família, sexualidade e domínio que alguns são percebidos como criança ou filho e podem, ou

⁴⁸ Sobre esse tema ver desenvolvimentos no artigo ROSA, M. D. ; LACET, C. . A criança na contemporaneidade: da ingenuidade ao saber e ao gozo. *Estilos da Clínica* (USP. Impresso), v. 16, p. 65-79, 2011, e no artigo ROSA, Miriam Debieux; KAMERS, Michelle. The idealized family and discourses about same-sex parenting. *Annual Review of Critical Psychology*, Vol.. 11, p. 247-262, 2014.

não, ter acesso à escuta, à palavra, ao gozo, à cidadania. Devem-se verificar as fantasias dos grupos sociais que atribuem lugares específicos à criança e ao jovem no imaginário parental, como examinei em trabalhos anteriores sobre meninos de rua e delinquência. Deve-se buscar hipotetizar de que forma tais fantasias interferem produzindo discursos referentes à criança de rua, à criança adotiva, ao adolescente.

Trabalhar, como fizemos, uma dupla entrada, ou seja, o sujeito do inconsciente e o eu da história e do desenvolvimento sobre o qual recai o imaginário social supõe, mais do que eleger a primazia dos aspectos simbólicos ou dos imaginários, trabalhar sua articulação em torno da constituição do desejo e da lei e interroga a posição ética do psicanalista sobre o lugar que ocupa neste jogo.

2.2 GOZO E POLÍTICA NA PSICANÁLISE: A TOXICOMANIA COMO EMBLEMÁTICA DOS IMPASSES DO SUJEITO CONTEMPORÂNEO⁴⁹

Este é o primeiro texto dessa série, iniciada em 2006, que introduz em primeiro plano a política e a produção de verdades, e, mais especificamente, como a produção de verdade sobre um fenômeno social é enunciada em um discurso que parece correr paralelo ao fenômeno. O tema da toxicomania é recurso que visa demonstrar como o discurso social produz uma figura, no caso, o toxicômano, para induzir certo tipo de laço com o outro.

O artigo afirma que a psicanálise e sua prática têm se deparado com impasses frente a um sujeito que pretende o acesso ao objeto de gozo excluindo a intermediação do discurso (laço social) e o embaraço do encontro faltoso. Aparentando uma relação sem embaraço com o seu objeto (sem *pathos*, como diz Lacan⁵⁰, citando Kant), o sujeito toxicômano tematiza uma problemática para a psicanálise e sua prática nestes tempos de capitalismo avançado. Essa problemática diz respeito aos impasses do sujeito que força um acesso a seu objeto de gozo, negando a passagem pelo laço

⁴⁹ ROSA, Miriam Debieux. Gozo e política na psicanálise: a toxicomania como emblemática dos impasses do sujeito contemporâneo. In: RUDGE, Ana Maria. (Org.). *Traumas*. 1 ed. São Paulo: Pulsional, v. , 2006, p. 101-111.

⁵⁰ LACAN, Jacques [1960] *Seminário 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1991. p.102.

social. Esse texto discute a dimensão política do gozo do toxicômano, situando a economia desse gozo pelos termos: gozo e lei; vida e nome ou anonimato; dívida, sacrifício e, acrescentamos, mercado ou, mais especificamente tráfico.

A toxicomania interroga tanto a teoria como a clínica da psicanálise. Interroga a psicanálise e as possibilidades e limites de sua prática quando se refere a comportamentos do sujeito nem sempre acompanhados da explicitação da queixa e presentes em outros tipos de questões das quais a psicanálise se ocupa. Na esteira dessas manifestações vêm outras, tais como a clandestinidade e a delinquência, além de praticas fanáticas, usos da imagem do corpo e muitas outras.

A amplitude do campo — perpassado por outros discursos como o da ciência e o da religião — e a complexidade da questão permitem uma constatação: a psicanálise fracassa constantemente na toxicomania. As intervenções consideradas eficazes privilegiam a ordem do anonimato, como é o caso dos alcoólatras anônimos e suas extensões — narcóticos anônimos, neuróticos anônimos, etc. Apesar das elucidações que permitem um avanço quanto a esse ponto de impasse, constata-se que, mesmo quando o trabalho analítico se efetiva, seus efeitos não se mantêm. Aqui está o ponto de fracasso que sugere a hipótese de que a sustentação da toxicomania esteja no discurso social.

Como não recuar diante da toxicomania? A dimensão política do gozo do toxicômano não pode ser deixada de lado, na medida em que é um fenômeno que abrange o sujeito em um determinado laço social. Este é um ponto de partida para pensar a questão: tecer uma articulação entre a toxicomania e o discurso social, estabelecendo um paralelo com a articulação tecida por Lacan entre Sade e Kant — aqui se desenha um dispositivo fértil de análise dos fenômenos sociais, desenvolvido no artigo.

Apontando a compatibilidade da *Filosofia na alcova* com a *Crítica da razão prática*, Lacan⁵¹ situa a vontade de Kant como vontade de gozo. Fundamentado numa dimensão ética que marcou a história da filosofia, Kant formula os imperativos categóricos e revela sua verdade; mas essa verdade só se elucida quando Sade aponta

⁵¹ LACAN, Jacques [1963] Kant com Sade. In: _____ *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.1998. p.786.

o limite de seu ensino. E Lacan revela o ponto que transforma o sujeito da moral, tal qual formulada por Kant, em instrumento do gozo.

No paralelo que traçamos entre a articulação lacaniana que expusemos brevemente e a toxicomania e outros sintomas há uma chave de análise dos fenômenos sociais: a recusa da independência dos discursos, ou seja, a verdade de um sujeito pode vir a se elucidar não necessariamente entre quatro paredes, mas em outro discurso. E a eficácia da prática psicanalítica pode beneficiar-se dessa constatação⁵² a partir dela que concebemos as práticas clínico-políticas. Assim como é Sade quem elucida Kant, pode-se dizer, do mesmo modo, que os discursos jurídicos, médicos, políticos, policiais compõem uma montagem no fenômeno da toxicomania, em que vários agentes sociais atuam nesse sintoma para impor ver a sua verdade.

Examinar a questão da toxicomania passa, então, necessariamente, por examinar a fantasia e os lugares que têm os agentes no discurso, uma vez que o sentido de um discurso, mesmo que se queira psicanalítico, será dado pelo lugar de onde é proferido.

Neste ponto, cabe trazer a proposta de Octavio de Souza para uma definição de sintoma social⁵³, como aquele que é sustentado por uma fantasia através da qual se denota o modo como os sujeitos controlam os ideais, buscando manter distante a castração. É sintoma social uma vez que, apesar de a fantasia ser a mesma, os sujeitos ocupam vários lugares em sua estruturação.

Esse tema abre uma questão: o sujeito da psicanálise, se é evanescente, singular, não é, por sua vez, um sujeito abstrato, e sim um sujeito atravessado pelo gozo e pelo desejo. Quanto a esse desejo, se é singular, não é individual, mas remetido ao desejo do Outro, regulado por um discurso: o discurso do Outro. Nesse sentido, é um sujeito situado em um discurso que o posiciona no laço social, que o determina. “Uma prática como a psicanálise, que reconhece no desejo a verdade do sujeito, não

⁵² Essa discussão tem sido feita na análise de crianças e adolescentes. Cf. ROSA, Miriam Debieux. *Histórias que não se contam*. São Paulo: Ed. Cabral, 2000.

⁵³ SOUZA, Octavio. Reflexão sobre a extensão dos conceitos e da prática. *Clínica do Social*. S. Paulo: Escuta, 1991, p. 75-92.

pode desconhecer o que virá depois, sem demonstrar aquilo que recalca (a verdade)”, diz Lacan⁵⁴.

Demonstra-se, assim, que o sujeito toxicômano, que aparenta uma relação sem embaraço com o seu objeto, sem *pathos*, tematiza para a psicanálise uma problemática que diz respeito aos impasses do sujeito com seu objeto de gozo.

Lacan afirma que o serviço de bens tem exigências, e a passagem da exigência de felicidade para o plano político tem consequências⁵⁵. Para além das especificidades individuais, como situar a economia do gozo do toxicômano no atual contexto?

Com base em Braunstein⁵⁶, os termos se alinham: gozo e lei; vida e nome ou anonimato; dívida, sacrifício e mercado, no caso, tráfico. No gozo da toxicomania, o objeto droga recalca a submissão ao Outro e promete um acesso privilegiado ao gozo de modo a impugnar a exigência do Outro e da cultura, sem dívida simbólica. Daí o êxito da droga, promessa de paraíso onde o Outro é substituído por um objeto sem desejos nem caprichos, cujo único problema é o de procurá-lo no mercado. O drogado não quer pagar a sua dívida com o pai, como Outro que exige renunciar a parcela do gozo.

A dimensão da dívida se coloca. O desejo diz respeito à articulação própria que nos enraíza em uma história particular e supõe que a dívida seja paga. Todavia, se ao desejo se paga com “uma libra de carne”⁵⁷, como paga o toxicômano? Qual é o valor estipulado? O toxicômano não paga a dívida com uma libra de carne; paga ao modo desmedido do tráfico, focado no lucro sem limites, paga com a vida ou com o sacrifício do nome. Nomeado por seu modo de gozo e submetido ainda ao seu objeto de adoração, eis aí o sacrifício com que o toxicômano se alinha. Pode-se traçar um paralelo com a moral kantiana: esta também impõe sacrifício — não um sacrifício qualquer, mas o do *phatos* ou, melhor dito, do desejo. Isto posto, fica claro que a psicanálise não se alinha a tal “tratamento do gozo”.

⁵⁴ LACAN, Jacques [1963] Kant com Sade In: ____ *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 796.

⁵⁵ LACAN, Jacques. Obra citada, 1988.p.364.

⁵⁶ BRAUNSTEIN, Néstor. *Goce*. México: Siglo Veintiuno. 1990.

⁵⁷ LACAN, Jacques. [1959-60] *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p.386.

Destaca-se nesta articulação uma última volta, que aqui elucida uma montagem em que está em jogo mais do que a economia do gozo do toxicômano: uma das funções de destacar o horror ao toxicômano é construir uma figura que emite o horror — depois vem o adolescente intratável, o imigrante indocumentado, o terrorista ⁵⁸. A função dessa figura é visibilizar o suposto fracasso para fazer calar o contingente enorme, que abrange quase todos nós, que se arrisca com o uso de drogas ou outras modalidades de gozo que interrompem a satisfação com o serviço de bens e busca novos sentidos para a vida. Este pode ser recurso de negativa de satisfação ao outro/mercado; uma invenção que o discurso sobre o toxicômano faz calar. Faz calar também sobre a verdade de que o sujeito que não se satisfaz no serviço de bens e que, nesse laço, fortalece outros discursos: o discurso da ciência e da repressão social ao gozo.

2.3 ÉTICA E POLÍTICA: A PSICANÁLISE DIANTE DA REALIDADE, DOS IDEAIS E DAS VIOLÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS⁵⁹

Esse texto, de 2006, dá continuidade ao anterior no debate sobre o campo social e violências, abordando ética e política na leitura dos fenômenos socioculturais de nossa época e na interrogação do lugar da prática psicanalítica. Demonstra que a característica das manifestações da violência contemporânea está, justamente, em que estas comparecem aparentemente desvinculadas do discurso que a embala, tal como expresso na relação que Lacan desenvolve de Kant com Sade ⁵⁸.

Esta articulação apresenta para a psicanálise um método de análise dos fenômenos sociais e políticos que permite evidenciar a modalidade de enredamento do gozo ao laço social e a dimensão política do gozo que incide no sintoma e na própria

⁵⁸ ROSA, Miriam Debieux; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. *Revista Psicologia Política* (Impresso), v. 10, p. 107-124, 2010.

⁵⁹ ROSA, Miriam Debieux.; CARIGNATO, Taeco Toma; BERTA, Sandra Leticia . Ética e política: A psicanálise diante da realidade, dos ideais e das violências contemporâneas. *Ágora* (Rio de Janeiro), Vol.. IX p. 35-48, 2006.

⁵⁸ LACAN, Jacques [1963] Kant com Sade In: ____ *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 796

construção da realidade. Examinamos exemplos de discursos políticos e recortes do cotidiano para apontar a contribuição da psicanálise para a análise das modalidades de laço social propostas ao sujeito e a dimensão política do gozo.

Como estratégia são utilizados artigos de jornal, no caso sobre o Movimento Sem Terra (MST), invasão de terras e suposta violência do movimento social (no entanto, na época um dirigente do movimento tinha sido assassinado), para demonstrar a astúcia desses discursos: o articulista apresentar a sua leitura como a realidade indiscutível dos fatos, equivalente à própria verdade, desqualificando outras versões como anacrônicas ou fantasiosas. A estratégia dos discursos de poder é propor aos sujeitos uma realidade posta, imposta, que implica a suspensão de um juízo próprio. Propõe uma política que prescinde da ética, que gera, para além do mal-estar, violências. Ressituar a política e a ética como elementos indissociáveis aponta para uma política de resistência à instrumentalização social do gozo.

O texto relaciona realidade, ideologia e fantasia, tornando esta última a categoria central do político. Com Žizek⁶⁰, aponta a aproximação entre lei e gozo, que transforma uma fantasia na alegada realidade ou verdade última desvinculada da história da comunidade. Dessa forma obtura os antagonismos, procurando preencher todos os espaços e desmentir a negatividade do sujeito. Com Lacan⁶¹, o texto abarca as promessas do capitalismo e o discurso capitalista que não se apresenta como laço social regulador, tal como o discurso do Mestre, pois é eminentemente segregador. Nesse sentido, como discurso capitalista, a fantasia intensifica a alienação do sujeito, fragilizando-lhe a aposta no próprio desejo, na própria verdade. Esta, sim, seria ilusão, ingenuidade, anacronismo, alienação. Cria-se, então, o paradoxo em torno do ideal tomado como ilusão, discussão que segue no texto.

Passamos a explicitar os impasses do sujeito e sua trajetória na direção do desejo. O ideal acena, o fantasma encena. O sujeito visa e encontra no Outro as próprias cenas e experiências de satisfação, reatualizando seu gozo na repetição. Mas o encontro pleno não chega, apesar do sacrifício e da submissão às leis da sociedade.

⁶⁰ ŽIŽEK, Slavoj. *Como Marx inventou o sintoma*, In: ____ *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1966.

⁶¹ LACAN, Jacques [1969-1970]. *O Seminário, Livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.

Há um erro, uma culpa ou desculpa para o Deus-pai que sabe sobre o seu bem, mas não o deixa alcançar, que abandona e decepciona, restando o ressentimento e a amargura. O sujeito então se volta para as promessas de gozo, para a realidade oferecida pelo discurso capitalista.

Pensar as especificidades da economia do gozo no atual contexto discursivo é questão para a prática psicanalítica. A psicanálise, em vez de adaptação à realidade, enfatiza o encontro com o real pulsional, traumático, pois constata que o objeto do desejo não existe na realidade. Não há um sentido estabelecido para a vida. Só vazio. Não há como responder ao “*Che vuoi?*” (O que o outro quer?). O sujeito ofuscado pela imagem de si estremece no encontro com o real, pois se depara com a sua condição trágica: no desejo está a verdade do sujeito. Trágico, pois não é óbvio dado que o sujeito é um vazio sem autor e seu desejo é uma falta-a-ser. Sem suporte ou garantia só certeza do limite radical da morte passa a sustentar a vida. Cabe ao sujeito, enunciar a lei que vai tomar como esteio. Desse modo, segundo Julien, “[...] cada um, cada uma, é responsável por seu inconsciente e pela Lei que nele se articula. [...] É esse o móbil de nossa interrogação sobre a Lei: de fato, longe de ser uma simples negação privativa, ela deve ser uma borda que sirva de apoio.”⁶²

Julien avança no tema, apontando que o próximo fica clivado entre o que pode ser rastreado até uma informação proveniente do corpo, que reconhecemos à nossa imagem, e a Coisa, o desconhecido, o irrepresentável. Toca-se aí o lugar do perigo, da maldade, da loucura, da perda do sentido.

Ao ultrapassar o limite de seu sentido, o homem pode fazer a experiência do seu desejo: tocar o real com o significante. Só lhe resta criar, o *gozo criador* que não visa preencher um vazio impossível, mas dar contorno, dar bordas ao que não tem bordas, mantendo o enigma⁶³. Entendemos que “elevar o objeto à dignidade da coisa”, modo como Lacan (1960) aborda a problemática da sublimação, é esvaziá-lo do sentido prévio, de sua condição de objeto do desejo, para colocá-lo a serviço do sujeito que pode inventar o que fazer dele, com ele, sendo aqui o objeto *causa* de desejo.

⁶² JULIEN, Philippe. *O estranho gozo do próximo: Ética e psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1966. p.38.

⁶³ Cf. JULIEN, Philippe. Obra citada. p.111

“Agiste conforme o seu desejo?”⁶⁴ é questão que se opõe à ética tradicional construída sobre a Moral. Destacamos que está aí uma dimensão de ato - a ética é ato que dá um destino ao excesso. Se o ato for ético só se saberá a posteriori - é risco, pois convoca desejo e gozo e faz marca no Outro, inscrição histórica de um desejo.

Com essa inscrição, mudam-se as coordenadas simbólicas e imaginárias e rompe-se o *continuum* da história ao se suspender a estrutura simbólica que dá sentido ao ato, para garantir que ela não se reduza a um tempo morto e sem acontecimentos. Tal ato toca os registros chamados por Lacan de RSI — o real, simbólico e imaginário. O ato, que seja em palavra, não é inocente, é sempre comprometido, um compromisso que deixa sua marca inscrita na cultura. Ato político, porque é modo de resistência à instrumentalização social do gozo.

2.4 EXPERIÊNCIA E LINGUAGEM COMO ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA⁶⁵

Esse argumento foi apresentado em 2008 no Congresso da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Apresenta o estudo que fazíamos *no Laboratório Psicanálise e Sociedade* (USP) e no *Núcleo de Estudos e Pesquisa Psicanálise e Política* (PUC-SP). Foi reapresentado, junto com Maria Cristina Poli, ao grupo trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) denominado *Psicanálise, política, cultura e arte*, em evento da Outrarte, coordenado por Nina Leite. Posteriormente foi publicado na Revista *Psicanálise e Sociedade*.

Nesse artigo visamos apontar, apoiadas em W. Benjamin⁶⁶ e G. Agamben⁶⁷, a fragilização do registro da experiência e sua incidência na lógica do poder/violência. Retomamos as ponderações dos artigos anteriores avançando com a reflexão sobre,

⁶⁴ LACAN, Jacques [1959-60]. *O Seminário. livro 7: a ética da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

⁶⁵ ROSA, Miriam Debieux; POLI, Maria Cristina. Experiência e linguagem como estratégias de resistência. *Psicologia e Sociedade* (Impresso), v. 21, p. 5-12, 2009.

⁶⁶ BENJAMIM, W. Experiência e pobreza. In: ____ *Obras escolhidas*. Vol.I. São. Paulo: Brasiliense, 1987

⁶⁷ AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua* (Vol. I). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

desta vez, a figura do “muçulmano” — nome que designava os mortos-vivos nos campos de concentração, conforme relato de Primo Levi⁶⁸ e outros estudiosos. Pondo à prova a impossibilidade de governar buscamos desmistificar a eficácia dos discursos mortificadores da experiência junto ao “muçulmano” e apontar para a resistência à instrumentalização social do gozo.

O “muçulmano” é figura emblemática do estado limite a que chegaram algumas pessoas e pode expressar o destino de alguns sujeitos na contemporaneidade. Pudemos identificar nessa figura tanto um movimento de perda do laço identificatório com o semelhante, como paradoxalmente, uma forma de resistência à violência perpetrada pelo discurso social.

Consideramos que, nesses casos, a resistência consiste em operar uma mimese ao objeto resto, o que permite ao sujeito a manutenção da estrutura fantasmática. Apesar da aparente falência do sujeito, Agamben indica no “muçulmano” “uma forma de se subjetivar em absoluta dessubjetivação”⁶⁹. Ora, se considerarmos que há aqui uma forma de subjetivação, pode-se supor que o “muçulmano” se identifica com o lugar de resto da estrutura, mas essa identificação pode ser estratégica: estratégia de resistência a certa modalidade de vida e de morte que lhe é imposta.

Essa condição de morto-vivo dos muçumanos aponta para o fenômeno do distanciamento da experiência, que intercepta a possibilidade de o sujeito testemunhar para um outro a sua trajetória. Mas também apostamos que tal condição pode ser uma estratégia de subjetivação em situação extrema de confronto com o obscuro no Outro. Não estratégia para salvar a vida, mas para minimamente preservar um laço com o outro.

Nosso argumento baseia-se em que, depois de “esquecida” a experiência, esta pôde ser lembrada e significada, tal como acontece com os meninos de rua e como se pode deduzir do testemunho daqueles poucos “muçulmanos” que escaparam da morte. Tais testemunhos têm características elucidativas do processo de transformação da vivência em experiência. Uma delas é utilizar expressões que localizam a experiência

⁶⁸ LEVI, Primo. *É isto um Homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 2a edição, 1988.

⁶⁹ AGAMBEN, Giorgio. *Lo que queda de Auschwitz: el archivo y el testigo* – Homo Sacer (Vol. III). Valencia: Pre-textos. 2002. p.111.

no passado — “quando *fui* um muçulmano” —, o que indica que foi realizado o corte necessário com o acontecimento para que se possa testemunhar sobre ele, sobre esse tempo em que os “sentimentos se embotavam e tudo o que rodeava era inteiramente indiferente. Não podia falar de nada, nem sequer rezar, já não cria no céu nem no inferno.”⁷⁰

Quando testemunham, deixam entrever que, apesar da aparência de perda da humanidade havia ali sinais do sujeito. Há sensação, fingimento, expectativa, o que nos parece menos uma total dessubjetivação e mais uma forma de se subjetivar em absoluta dessubjetivação. Assim caminhamos em nossa hipótese de que a figura do muçulmano pode compor uma cena fantasmática que não diz da morte do sujeito, mas de um modo de resistência até se poder recuperar um lugar de enunciação – e aqui a escuta psicanalítica comparece como política e ética.

Do lado do “sobrevivente” — ou seja, daquele que é instado a dar seu testemunho e que o faz movido pela culpa de haver sobrevivido — a condição de “não poder não recordar” faz pensar em um impedimento do esquecimento, do recalque necessário para separar-se do acontecimento. O excesso de consistência do acontecimento lança o sujeito num monótono e desesperante presente no qual ele é inteiramente descartável. Passar por acontecimentos dos quais não se tem a menor possibilidade de reconhecimento, pois passam ao largo do imaginável ou imaginárizável, leva a novo impasse ético. Impasse que implica não a responsabilização do sujeito, mas o rompimento com esse campo simbólico; não o assentimento subjetivo de sua participação, mas a supressão de qualquer participação nesse gozo.

Consideramos, além disso, que incitar horror aos “muçulmanos” e à sua condição faz parte da “guerra de fantasia” a que nos referimos na introdução para convencer, no plano imaginário, de que foi alcançado o irreduzível e que só resta o conformismo.

⁷⁰ AGAMBEN, Giorgio. Obra citada. p.177.

2.5 VIVER EM TEMPOS SOMBRIOS: A EXPERIÊNCIA E OS LAÇOS COM OS CONTEMPORÂNEOS⁷¹

Este artigo, de 2009, foi escrito na época da dissolução do grupo de nosso consultório, com amigos muito importantes na minha formação, tais como Mauro Mendes Dias, Marcio Leite, Oscar Cesarotto e Geraldino Alves Ferreira Netto, entre outros. O texto é dedicado a eles. Abre com um trecho de Galeano livro que ganhei de uma amiga e parceira nesta trajetória, Sandra Alencar:

Galeano ⁷² pergunta

Quem são os meus contemporâneos? — pergunta-se Juan Gelman. Juan diz que às vezes encontra homens que têm cheiro de medo, em Buenos Aires, em Paris ou em qualquer lugar, e sente que esses homens não são seus contemporâneos. Mas existe um chinês que há milhares de anos escreveu um poema, sobre um pastor de cabras que está longe, muito longe da mulher amada, e mesmo assim pode escutar, no meio da noite, no meio da neve, o rumor do pente em seus cabelos; e lendo este poema remoto, Juan comprova que sim, que eles sim: que esse poeta, esse pastor e essa mulher são seus contemporâneos.

Nesse texto prossigo a discussão dos anteriores com o apoio da concepção de Foucault⁷³ e Guattari⁷⁴, trazido por duas outras parceiras nesse debate, Maria Cristina Vicentin e Viviani Catroli.

Nesse trabalho examinamos, apoiadas em convergências ético-políticas de autores de diversas áreas de conhecimento, as estratégias de poder e os impasses do sujeito contemporâneo nestes tempos sombrios em que a felicidade segue o imperativo do gozo, mortífero para o desejo, aproximando vida e morte ou, pior, mais da morte do que da vida. Apontamos algumas das suas consequências para o sujeito no capitalismo avançado, particularmente as que incidem sobre o sentido da vida, a relativização da

⁷¹ ROSA, Miriam Debieux; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves; CATROLI, Viviani. Viver em Tempos Sombrios: a experiência e os laços com os contemporâneos. *Psicologia em Revista – MG (Online)*, vol 2, 2009. p. 51-68.

⁷² GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 9ª. ed., 2002. p.242.

⁷³ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

⁷⁴ GUATTARI, Felix. *Revolução Molecular: pulsações Políticas do Desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

existência compartilhada e a fragilização da experiência que marca a historicização do sujeito.

Indicamos algumas modalidades de resistência que barram essas estratégias, que supõem o deslocamento do gozo monitorado politicamente e mortífero para o desejo, para uma práxis caracterizada pelo resgate da experiência compartilhada do mundo, onde os processos coletivos e a reabilitação do espaço público possam tornar possível a construção de projetos comuns.

Recolocamos ainda a noção de *contemporâneo* pela via da conjugação de diversas temporalidades, afirmando a construção de um modo particular de atribuir sentido ao presente. Entendemos que, resgatando a experiência compartilhada com os contemporâneos, pode-se reinventar a vida e criar mecanismos de pressão contra a submissão ao poder soberano.

As artimanhas do poder visam incidir sobre o sentido da vida. As sociedades contemporâneas redefiniram, em nome da cultura, o significado da vida enquanto assinalam novas formas de poder que advém dessa operação, uma vez que a *vida* e o *humano* não são conceitos politicamente ingênuos. Duas formas do poder no contemporâneo investem sobre o sentido da vida: a discriminação entre o que é considerado civilizado ou monstruoso, ou seja, aquilo que é excluído de seu campo civilizador, e um modo particular de tratar o mundo natural que reduz a vida à sua modalidade orgânica e biológica.

De modos distintos, autores de diversas áreas do conhecimento, como Lacan, Arendt, Foucault, Derrida e Agamben convergem para demonstrar como o poder abala a potência da experiência compartilhada que escreve a história do sujeito e da comunidade⁷⁵. Examinar esse aspecto fundamental permite indicar o caminho para um laço que permita constituir uma vida com o outro

A reflexão crítica de Arendt⁷⁶ e posteriormente de Agamben⁷⁷ toma a distinção grega entre *zoé* e *bios*. O homem grego conhecia duas palavras para designar vida: *zoé*

⁷⁵ Destacamos nesse artigo o ponto de convergência, especialmente ético-político, entre esses autores. Fica registrado que, em outros aspectos relevantes dessas teorias, encontramos divergências expressivas, a começar pela noção de sujeito e subjetividade, entre outras.

⁷⁶ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

e *bios*. A primeira expressava a vida que compartilhamos com outros seres vivos, uma "vida nua", natural, e apenas a segunda poderia indicar a vida civilizada, ou seja, vida humana propriamente dita, âmbito onde a questão política do bem viver poderia ser discutida.

Agamben⁷⁸ apoiado na obra de Walter Benjamin questiona a atual substituição da *experiência* pelo *conhecimento* na contemporaneidade. Ao propor uma articulação da infância com a distância necessária para a experiência e o registro da história, deixa claro que as questões desse debate transcendem o campo ideológico e dizem respeito ao campo da ética e da política.

Retomar a vida como *bios* supõe o deslocamento do gozo monitorado politicamente e mortífero para o desejo, para uma práxis caracterizada pelo resgate da experiência compartilhada do mundo; supõe a presença dos laços de amor e amizade que fazem ruir alegremente as grades opressoras do poder soberano e propiciam o livre pensar.

A psicanálise formula concepções de experiência e a experiência analítica que propicia vias de resgate da dimensão do desejo. Ele demonstra que é no campo conceituado como *campo transferencial* que se produz o saber do sujeito do desejo - nesse campo compartilhado que o sujeito faz a experiência de inventar-se e inventar o mundo. Também o caráter constituinte e antecipatório da experiência é demonstrado na psicanálise pelos registros do imaginário, do simbólico e do real que compõem toda experiência fundante. Outra via, será da articulação com o encontro faltoso com o outro.

Demonstramos como a experiência compartilhada é um dos instrumentos de resistência às estratégias do poder; é ato de transgressão, de superação dos limites, de revelação da impostura. Esse tipo de experiência tem poder, poder de denunciar e mesmo de contornar as identificações imaginárias presentes nas diversas formas de manifestação do ódio ao outro, dos racismos; de transformar a agressão mortífera em chiste e gozar com o riso que propicia barrar a identificação com o agressor e esvaziar,

⁷⁷ AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua* (Vol. I). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

⁷⁸ AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: ensaio sobre a destruição da experiência*. Buenos Aires: AH Adriana Hidalgo, 2004.

em ato, na cena social, o aniquilamento presente no gesto racista⁷⁹ Restaura uma potência irreverente e um desejo de transgressão, ambos presentes no sujeito. Revela seu poder e permite ao sujeito afirmar seu desejo e restaurar direitos.

O ponto em questão — estratégias para a construção de laços que permitam a experiência compartilhada — lança-nos na temática dos laços com os contemporâneos, enunciada por Galeano no início do artigo. Com ele registramos que, ao intensificarmos e mobilizarmos nossas redes de relações, podemos tocar o desejo — vetor da cena lúdica e coletiva — de modo a reinventarmos o sexual, o social, o político. A pergunta de Galeano *Quem são os meus contemporâneos?* recoloca-se e se articula na ideia de que redes sustentadas pelo desejo são orientadas por uma lógica própria que permite o cultivo de uma distância necessária para a reabilitação do espaço público e possibilita, aos moldes da amizade, uma experiência social e cultural plausível para a construção de projetos comuns e de utopias.

Dessa forma, é visibilizando pelo estranhamento a rede de relações de saber-poder que constroem nosso tempo que conseguimos não apenas compreender as condições de possibilidade que lhe dão suporte, mas também abrir o campo de possibilidades de reinvenção dos arranjos de fluxos que constituem nossa atualidade. Eis do que se trata: reinventar a vida, criar mecanismos de pressão contra a submissão ao poder soberano e resgatar a experiência compartilhada com os amigos, enfim, com os contemporâneos.

⁷⁹ BIRMAN, Joel. Frente e verso: o trágico e o cômico na desconstrução do poder. In: SLAVUTZKY & KUPERMANN (Org), *Seria trágico se não fosse cômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

3 CONCEITOS ARTICULADOES DA PSICANÁLISE COM O CAMPO SOCIAL

Os artigos desta sessão apresentam modalidades de diálogo com a Psicologia Social e outras áreas de conexão: identidade, história, vicissitudes da pesquisa psicanalítica nesse campo e resistência.

O conceito de Identidade marca a diferença e a articulação entre os campos da Psicologia Social e da Psicanálise. É apresentado focalizando a constituição do sujeito e do laço social em torno dos conceitos ego ideal e ideal do ego.

A questão da história e da historicização do desejo problematiza o laço social através da consideração da variação histórica e ideológica dos referentes fundamentais para a constituição do sujeito e traz uma polêmica no campo psicanalítico nessa questão. Pondera acerca das consequências dessa articulação para a análise e intervenção nos sintomas e dos fenômenos sociais, tema que merece desdobramentos.

Apresentamos também alguns pontos de dois artigos sobre pesquisa psicanalítica no campo sócio-político. O primeiro demonstra a pertinência e visada da psicanálise nesse campo e o segundo focaliza a construção da questão de pesquisa, bem como as modalidades de observação e análise dos dados que caracterizam a pesquisa psicanalítica.

A seguir vamos trabalhar com a interface que a resistência faz no campo da psicanálise e da política que nos situa em relação à direção da intervenção psicanalítica.

3.1 A PSICANÁLISE FRENTE À QUESTÃO DA IDENTIDADE⁸⁰

Identidade é um termo emblemático da Psicologia Social e, no Brasil, deve muito de seu desenvolvimento a Antonio da Costa Ciampa, professor da pós-graduação de Psicologia Social da PUC-SP. A seu convite, participei em 1997 de uma mesa redonda no 9º Encontro Nacional da Abrapso, em Belo Horizonte, que abordava a identidade

⁸⁰ ROSA, Miriam Debieux. A Psicanálise frente à questão da Identidade, *Psicologia e Sociedade*, ABRAPSO; Vol. 10, No 1, 1998. p.121-128.

sob várias perspectivas teóricas. A apresentação deu-me a oportunidade de incluir as questões que discutia na Psicologia Social, à época bastante hostil com a psicanálise (e vice-versa).

O artigo, publicado em 1998 na revista *Psicologia & Sociedade*, mantém sua atualidade. Busca articular os dois campos, explicitando como a psicanálise aborda o conceito de identidade, referindo-se ao narcisismo, à presença do Outro no si mesmo e à necessidade de o sujeito de assegurar sua pertinência no grupo humano. A idéia é discutida focalizando a constituição do sujeito e do laço social em torno dos conceitos ego ideal e ideal do ego.

Apesar de Freud não ter utilizado o conceito identidade, ele enfrentou as questões trazidas pelo conceito sob outra ótica e com outros conceitos como identificação, ego e outros. E mais, certamente problematizou a articulação que o termo identidade traz implícito, entre indivíduo e sociedade, articulação esta problemática, complexa e polêmica.

A psicanálise entende como identidade a ilusão de ser único, ilusão necessária para sustentar o narcisismo. A identidade aparece também como construção imaginária, uma representação social que mascara a presença do Outro no si mesmo e avaliza sua pertinência no mundo humano a partir da ilusão de que sabe quem é, de que pode ignorar o desconhecimento constitutivo que habita cada um. A identidade pode ser considerada sintoma quando é uma metáfora congelada, em que o sujeito adota para si uma imagem assimilada do imaginário social, com um único sentido, sem modulação. Tem a função de defesa contra a angústia de não poder saber sobre si, a não ser a partir da imagem.

São destacados dois momentos da constituição subjetiva para discutir a articulação com a identidade. O momento da construção do campo imaginário do sujeito, que se traduz pela constituição do ego ideal, através do estágio do espelho, no qual fica evidente a alienação do narcisismo ao desejo do Outro. Este é condição de passagem para o ideal do ego que articula a singularidade do sujeito à sua pertinência ao mundo da cultura. A entrada do homem para a ordem da cultura dá-se através da perda do mito de pertencer a um conjunto que lhe deve o reconhecimento e a

realização. Entrar para cultura supõe não somente acatar, fazer suas as regras de funcionamento da conjuntura. Sua condição de sujeito dividido supõe que carregue a exterioridade na relação com o outro, a insatisfação, e dá-lhe o direito de transcender ao lugar em que é colocado e despontar na direção de seu desejo.

O estádio do espelho⁸¹ é a teorização do que está em jogo no reconhecimento e júbilo da criança diante do espelho. Trata-se de um momento estruturante da constituição da realidade, que mostra a função da imagem. Indica a conquista da imagem do corpo, promovendo a estruturação do eu pela superação através da imagem totalizadora, do corpo esfacelado. Produz-se uma transformação no sujeito quando assume uma imagem. Manifesta-se a matriz simbólica em que o eu se precipita, antes de objetivar-se na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua no universal sua função de sujeito — esta forma, chamada eu ideal, situa a instância do ego na ficção irreduzível da concepção do individual. Ilusão, na medida em que o narcisismo está impregnado pelo desejo do Outro, ou seja, o sujeito reconhece a si mesmo a partir do olhar do Outro, que antecipa nele a imagem total, uma pessoa, um sujeito. Paradoxalmente, no narcisismo, o eu ideal serve ao outro, busca ser o que lhe falta, encarnar os atributos que lhe faltam para completá-lo e construir uma totalidade perfeita — esse é o ponto em que o eu/identidade se liga à alienação — a ilusão de saber o que o outro quer dele e, com isto, garantir sua pertença no campo social.

Falamos até aqui do apego à identidade imaginária. Vamos ao *ideal do ego*, em um salto, já que não podemos traçar aqui todas as operações em que de objeto surge o sujeito do desejo. O ideal de ego é uma constelação de insígnias que assinalam lugares e funções passíveis de serem ocupados. É emblema que marca aqueles que participam dos atributos de uma classe de personagens. A demarcação simbólica do ideal de ego indica um traço, com valor de significante, que não descreve, mas designa, demarca uma posição na relação com os outros. O significante, diferentemente da representação em uma imagem, não fornece uma unificação sintética, uma identidade, pois não pode significar a si mesmo. É a partir da identificação com o traço unário que o sujeito passa a interrogar todos os outros significantes da cadeia, em sua busca de reencontro do

⁸¹ LACAN, Jacques. [1966]. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: _____, *Escritos*. (V. Ribeiro, trad.; pp. 96-103). Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

objeto. É nesse ponto que a prática psicanalítica vai incidir — na direção de retomar a dimensão desejante do sujeito, o que supõe uma desmontagem da identidade social que o situa, mas aprisiona ao olhar do outro.

Consideramos, portanto, que a diversidade das identificações, assim como a base narcísica e de desejo sobre as quais se sustentam, fazem do homem um ser regido ora pela antecipação estruturante, ora pela significação retroativa que o recoloca em posição de saber. Este movimento, próprio da condição desejante, torna sua apreensão de si e do mundo marcada pelo desconhecimento e reconhecimento, mantendo um movimento vivo entre alienação, identidade e desejo, presentes em sua condição de ser. Essa condição não garante que não seja capturado pela identidade, pois pode ser sempre reduzido a um significante não predicativo, mas possibilita que interroge sua pertinência, apoiado na dimensão significativa da linguagem, de modo a ressignificar e transformar a si e ao mundo.

3.2 A HISTÓRIA E A HISTORICIZAÇÃO DO DESEJO: ELEMENTOS DE ARTICULAÇÃO ENTRE SUJEITO E LAÇO SOCIAL

Apresentado em uma mesa redonda em 2003, a convite de Christian Dunker, o trabalho não chegou a ser publicado. Decido incluir nesta tese porque lança uma discussão central neste campo— o lugar da história e da historicização na constituição do sujeito e do laço social. Ele pode situar como operatória para a psicanálise, tanto na clínica como na análise dos fenômenos sociais, a concepção da história como cena ficcional.

O trabalho visa problematizar as relações do sujeito e do laço social através da consideração da variação histórica e ideológica dos referentes fundamentais para a constituição do sujeito. Levar em conta essa variação remete à reflexão sobre a importância da historicização do desejo na constituição do sujeito e sua articulação às suas dimensões imaginária, simbólica e real. Longe de tomar uma dimensão por outra,

pensando a história de modo linear e factual, vamos ponderar acerca das consequências de desconsiderar a história e a historicização na análise e intervenção.

Há muita discordância em relação aos desdobramentos e implicações da importância da história na constituição do sujeito ou, dizendo de modo mais polêmico, a consideração da determinação histórica do sujeito. Trata-se de uma questão a que de regra se responde opondo o sujeito atemporal à dimensão histórica das relações sociais e dizendo que a psicanálise se instala em campo a-histórico.

Tema denso e que não pretendemos esgotar nessa reflexão. Utilizamos como estratégia de demonstração de sua complexidade, a apresentação de duas afirmações contraditórias de Lacan.

No Seminário 11 diz:

Há algo de profundamente mascarado na crítica da história que temos vivido. (referência ao holocausto e nazismo). Afirmo que nenhum sentido de história, fundado nas premissas hegeliano-marxistas, é capaz de dar conta desta ressurgência, pela qual se verifica que a oferenda a deuses obscuros, de um objeto de sacrifícios, é algo a que poucos sujeitos podem deixar de sucumbir, numa captura monstruosa.⁸²

Mas também diz, no seminário *De um Outro ao outro*: “a dimensão histórica, tal qual presente no materialismo histórico me parece estritamente conforme as exigências estruturais⁸³. As afirmações precisam ser situadas na problemática em jogo na discussão. No primeiro trecho Lacan, assim como Benjamin, discute o imponderável ocorrido com a ascensão do nazismo e interroga a noção de história que pode dar conta de debater este fenômeno.

O fato é que esta discussão ou mesmo um percurso dessa questão na obra de Lacan ainda não foi realizado, pouco se discutindo também sobre as implicações da teoria do laço social na análise dos fenômenos sociais e, muito menos, na clínica. A questão envolve a concepção de história, as relações história e estrutura e história e desenvolvimento, a temporalidade lógica ou cronológica, e a relação da história com a

⁸² LACAN, Jacques [1964] *Seminário 11:os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro:Jorge Zahar, 1993. p.6.

⁸³ LACAN, Jacques [1968-69]. *O Seminário. Livro 16. de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

realidade e a verdade. Ainda inclui a universalidade da psicanálise e sua posição epistemológica, entre outras questões espinhosas.

Esse trabalho, introdutório nessa discussão, reuniu os argumentos dos que apresentam a psicanálise como a-histórica, como Melman e Milner e seu contraponto em Chemama, Masotta, Volnovich, Kaufman, para situar o problema.

Charles Melman⁸⁴ diferencia dois tempos diferentes: o tempo factual, que se ordena linearmente e recalca a circularidade, e o tempo da repetição e manutenção do sintoma. Conclui por uma incompatibilidade entre história como um tempo de evolução e progresso, animado por um tempo linear e vetorizado, e o tempo da história individual, da repetição. Realça ainda que, para além das aparentes mudanças, há uma repetição fundadora da história, que a mantém imóvel. Justifica pelo fato de que têm sido preservados os lugares essenciais que fazem o laço social — do Senhor e do escravo — que organizam o sintoma; é a repetição desses lugares que preserva o sintoma a que estamos atados. Para o autor a história começa com o que seria a emergência da figura paterna e apenas repetimos e gozamos esse traumatismo primeiro que fornece consistência ao Outro.

Na mesma direção argumenta Milner⁸⁵, no livro *A obra clara*, onde afirma que a função da teoria dos discursos, desenvolvida desde 1969, é sair do romance histórico para depurar uma teoria do corte e evidenciar as propriedades de um discurso onde heterogeneidade e multiplicidade são intrínsecas. Segundo ele, os discursos não são efeitos de períodos e épocas e não devem ser vistos como uma sequência de emergências históricas. Cita Lacan⁸⁶ que, no Seminário 20, apresenta o corte fora da dimensão cronológica e sucessiva, passível de promover a passagem de um a outro discurso, mas não de criar um evento. Lacan diz ainda: “Toda história a este respeito parece ser falácia, pois homogeneíza. Isto porque não existe transformação interna a um sistema; toda transformação é passagem de um sistema a outro”. A conclusão se impõe a Milner: um corte não é fundamentalmente cronológico e a teoria dos discursos

⁸⁴ MELMAN, Charles. *Sobre uma interrogação de J. Lacan acerca da incompatibilidade entre História e psicanálise*, s/d.

⁸⁵ MILNER, Jean Claude. *A obra clara: Lacan, a ciência e a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p.49.

⁸⁶ LACAN, Jacques [1972-1973] *Seminário 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

é uma anti-história, sendo a sucessão sempre imaginária, ponto em que converge com Melman.

Tomemos outros autores que se debruçam nos mesmos textos, mas tomam o que nos parece outra posição. Kaufman⁸⁷ toma para essa problematização, dois textos de Lacan, *O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada*, de 1955, em que Lacan⁸⁸ afirma que os fundamentos científicos da psicanálise dependem da formalização das dimensões essenciais da experiência que são: a teoria histórica do símbolo, a lógica intersubjetiva e a temporalidade do sujeito. Também cita que Lacan, em 1956, ao falar de Schreber nos oferece, em negativo, com a forclusão do nome do pai, a revelação da mola constitutiva da historicização do sujeito, no surgimento da uma ordem simbólica.

Masotta⁸⁹ aborda o problema em outra face. Para ele a psicanálise se situa mais aquém da questão história x estrutura. Cita Lacan:

Quando se trata de Psicanálise, trata-se de restituir a cadeia simbólica composta por três dimensões: a história de uma vida vivida como história, a sujeição às leis da linguagem responsável pela sobredeterminação e o jogo intersubjetivo por onde a verdade penetra no real⁹⁰.

O eixo do debate se desloca da história na perspectiva estruturalista para o papel que a história tem na cadeia simbólica.

O psicanalista francês Chemama⁹¹ afirma que, seguramente, Lacan não tomava a psicanálise em um campo a-histórico e toma a teoria do discurso, tal qual Melman, para posicionar-se diferentemente. Diz que

O que pode nos dar a *ilusão da permanência (destaque nosso)*, é que sem dúvida os termos indispensáveis para situar o sujeito, sejam em número restrito.

⁸⁷ KAUFMAN, Pierre. *O dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

⁸⁸ LACAN, Jacques. [1945] "Tempo lógico e a asserção de uma certeza antecipada", In: ____ *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

⁸⁹ MASOTTA, Oscar. Introdução à leitura de J. Lacan. São Paulo: Ed. Papirus, 1988.

⁹⁰ LACAN, Jacques [1953] Função e Campo da palavra. In: ____ *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p.24.

⁹¹ CHEMANA, Roland. Um sujeito para o objeto. In: GOLDEMBERG, Ricardo (Org) *Goza: capitalismo, globalização e psicanálise*, 1977. p.23. Disponível em> http://agalma.com.br/wp-content/uploads/2014/09/um_sujeito_objeto_goza.pdf.

No máximo podem se reduzir a quatro: o sujeito, barrado por sua determinação pelo significante (ele fala sem saber o que o anima inconscientemente em seu discurso); *a*, o objeto que causa seu desejo; e os próprios significantes, S1 e S2, ao menos para produzir um efeito de sentido pela diferença entre eles.

Considera que as suas combinações constroem estruturas, discursos e laços sociais diferentes, se concordarmos que o laço social é regido pelo discurso.

Quanto à ilusão de permanência do discurso de mestre, Chemama ⁹², diz que a forma das relações sociais determinadas pelo discurso do mestre representa aquela mais adaptada à constituição do sujeito, tal como o psicanalista o concebe. Argumenta que Lacan sistematizou um paralelo entre a estrutura do sujeito e o que responde a ela no social; que demonstrou que há uma identidade entre o que constitui o sujeito enquanto tal, e a estrutura onde se organiza da maneira mais corrente o assujeitamento social, pois depende do discurso do mestre. Ou seja, por esse argumento podemos dizer que o discurso do mestre não é universal e atemporal, mas a maneira mais corrente do assujeitamento social. A necessidade de formular o discurso do capitalista demonstra que outros laços sociais são possíveis, que não chegamos ao fim da história.

Apesar de a discussão estar apenas delineada, discordamos de que o sujeito possa estar referido somente ao tempo da repetição — o único genuíno, pois cabe considerar a divisão do sujeito, justamente atravessado por ambas as temporalidades, sob o jogo das quais o saber inconsciente é possível de ser articulado. Lacan é claro quando diz que o sujeito não está lá já dado; ele se constitui, ora pela antecipação estruturante, ora pela significação retroativa que o recoloca em posição de saber. O seu movimento, próprio da condição desejante, torna sua apreensão de si e do mundo marcada pelo desconhecimento e reconhecimento e, portanto, tomando sucessiva e concomitantemente alienação e verdade, identidade e desejo, presentes em sua condição de sujeito evanescente.

A dimensão histórica pode ser operatória para a psicanálise, tanto na clínica onde sujeito e laço social se articulam como na análise dos fenômenos sociais que consideram o sujeito. As relações sociais e libidinais constituem-se na circulação de

⁹² CHEMAMA. Obra citada, p. 24.

significantes que, ao transitarem por diferentes lugares, produzem laços sociais específicos, promovem diferentes sintomas e produzem o sujeito e o objeto,. Nessa medida, a análise dos enunciados e da enunciação, presentes na cena social sobre referentes fundamentais da organização social e psíquica, elucidam as representação e atribuição ou destituição de valor, de lugares fálicos, de objeto ou dejetivo, que variam historicamente como, por exemplo, a concepção de criança, paternidade, etc.

Dessa forma, pode-se apontar a dimensão simbólica, imaginária e real da história, que baliza a questão da realidade e da verdade. Nessa dimensão, a questão da verdade é recolocada, ou seja, o que era causa, o trauma, transforma-se em efeito de outro tipo de verdade, não factual, a verdade do desejo. A cena passa a ter outra importância, uma vez que dá acesso ao desejo, desejo que se revela incompatível com a palavra. A narrativa da cena propicia a criação de cenas e imagens que permitem analisar como se estrutura o desejo na dialética da relação com o outro. Falar delas permite a articulação em que o sujeito se inclui.

Logo, a história que nos interessa não são os fatos em si, mas o que encenam como marcas daquilo que não foi representado ou foi encoberto por uma visão imaginária e definitiva, que veda ao sujeito interrogar-se. O que não está dito, recoberto pelo já dito, permite movimentar a cadeia significante para produzir novos sentidos. Assim é a palavra mesma, em seu caráter de testemunho que institui a história. A história não é tomada aqui como fatos e datas, mas como significâncias, como trama de sentido. Os fatos existem enquanto reclamam sentido. É sempre junto da falta de sentido, e pela exigência de preenchimento dessa falta, que se forma o pressentimento daquilo que será a história de cada um e da sociedade ⁸⁹.

Este debate é fundamental uma vez que isolar o privado da vida inconsciente do coletivo da vida política faria a psicanálise correr o risco de se tornar uma religião.

3.3 A PESQUISA PSICANALÍTICA DOS FENÔMENOS SOCIAIS E POLÍTICOS:

METODOLOGIA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA⁹³

Esse trabalho, de 2004, apresenta uma tomada de posição frente a contribuição da pesquisa em psicanálise para desvendar a relação sujeito e fenômenos socioculturais e políticos. A exposição problematiza a psicanálise extramuros ou em extensão e propõe dispositivos de análise para realização desse tipo de pesquisa. Apresentado na Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso) e, em 2001, na 30a Reunião Anual de Psicologia, foi publicado na *Revista mal-estar e subjetividade* em 2004, época de resistência à extensão da psicanálise.

Houve um desvio sistemático em enfrentar as dificuldades e possibilidades da psicanálise extramuros e várias das críticas a ela dirigidas merecem reflexão, uma vez que apontam problemas a serem enfrentados nesse tipo de prática. Nesse artigo concentramo-nos em duas delas. A primeira refere-se à aplicação de concepções teóricas e metodológicas a objetos externos ao campo em que foram criados: o campo das descobertas freudianas. A segunda dificuldade é levantada pelo próprio método, uma vez que a psicanálise freudiana não propõe diretamente um método a que todos os casos poderiam ser submetidos — ele precisa ser criado. Uma das problemáticas mais indicadas no caso da aplicação é a possibilidade de projetar uma identidade indevida entre o individual e o coletivo, que acarretaria uma psicologização dos fenômenos e abstrações generalizantes, indicativas da fragilidade epistemológica dessa área de pesquisa.

Entramos no campo do método e outro grupo de questões se põe em cena tais como: a interpretação do material aplicada a dados que não provêm do inconsciente, visto que não resultam da associação livre. Como consequência, ficaria comprometida a legitimidade da interpretação do material porque realizada fora do enquadre cênico que a legitima e fora do momento oportuno, o tempo que escande as sessões. Por fim, questiona-se seu estatuto como prática da psicanálise, dado que tais pesquisas não

⁹³ ROSA, Miriam Debieux. *Histórias que não se contam: O não dito e a psicanálise com crianças e adolescentes*. 1 ed. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 2000. Vol. 1. 162 p.

engendrariam nenhum efeito ou remanejamento psíquico por parte dos sujeitos envolvidos

As críticas são relevantes e nos convocam a precisar a intervenção nestes campos. Referem-se à impertinência da interpretação fora do tratamento psicanalítico, assim como ao seu distanciamento do inconsciente, põem em dúvida a consistência epistemológica da psicanálise nesse campo.

No primeiro ponto cabe destacar que o método psicanalítico vai do fenômeno ao conceito, e constrói uma metapsicologia não isolada, mas fruto da escuta psicanalítica, que não enfatiza ou prioriza a interpretação ou a teoria por si só, mas integra teoria, prática e pesquisa. A observação dos fenômenos está em interação com a teoria, produzindo o objeto da pesquisa, não dado *a priori*, mas produzido na e pela transferência.

A transferência apresenta-se como instrumento e método não restritos apenas à situação de análise. Ora, tal constatação significa, acima de qualquer consideração, destacar o fato de que o inconsciente está presente como determinante das mais variadas manifestações humanas, culturais e sociais. O sujeito do inconsciente está presente em todo enunciado, recortando qualquer discurso pela enunciação que o transcende. Freud ⁹⁴, no início de sua obra, para distanciar-se do estritamente patológico, desloca-se da abordagem do inconsciente pela via do sintoma para o sonho, e escreve uma *Psicopatologia da vida cotidiana*, mostrando o inconsciente presente nos acontecimentos da vida diária, nos esquecimentos e chistes, presente, portanto, no diálogo comum. Dentro de sua especificidade, consideramos, com Laplanche e Pontalis, que a legitimidade da prática extensiva da interpretação “pode estender-se às produções humanas para as quais não dispõe de associações livres.” ⁹⁵. Isso significa que se pode trabalhar a partir de depoimentos e entrevistas, colhidos em função do tema do pesquisador que, por sua vez, reconstrói sua questão.

Esta é a relação teoria e prática em psicanálise. A prática não tem sabedoria própria — ela suscita idéias, a princípio indeterminadas, por via da construção e do

⁹⁴ FREUD, Sigmund [1901] *A psicopatologia da vida cotidiana*. EDIÇÃO Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. VI, Rio de Janeiro, Imago, 1969.

⁹⁵ LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. *Diccionario de psicoanálisis*. Barcelona, España: Labor, 1971, p. 329.

trabalho do conceito que nunca acaba de se formar, pois, uma vez fixado, despotencializa-se como conceito, conforme nos ensina Lacan⁹⁶. É preciso perguntar se a existência de um conceito é necessária, e de que problema constitui a solução. O conceito deve nascer da necessidade própria da trama a que pertence, sem descuidar, em sua formulação, de como este se firma no solo da teoria selecionado para a investigação; os elementos comuns vão sendo destacados desse material, a fim de constituir a *questão* a ser estudada. Assim, embora a psicanálise seja uma prática voltada para o singular, o trabalho teórico não pode ser dispensado; pelo contrário, a teoria constrói condições de descobrir os fenômenos sem se ater à mera vivência. É nessa relação que é possível construir, ultrapassar o já dito, construção que não se sustenta em uma linearidade e em que teoria e prática não têm autonomia.

Discutimos em seguida o argumento que desqualifica essas pesquisas, já que não promoveriam efeitos no sujeito. Um primeiro ponto a considerar é que pesquisa e intervenção não estão, na psicanálise, em campos distintos. Em pesquisas que envolvem tratamento psicanalítico, a aproximação dos dois termos é evidente. A pesquisa é a escrita do próprio processo, incluindo o pesquisador.

A metodologia da pesquisa no caso de abordar fenômenos sociais, como a imigração forçada ou a delinquência dos adolescentes, inclui o laço do sujeito e o modo como promove alienações ou impasses para o sujeito. Cabe-nos, nesses casos, uma reflexão sobre o modo de condução das entrevistas e a análise dos discursos envolvidos.

Vamos retomar e diferenciar a pesquisa psicanalítica do dispositivo psicanalítico que permite a escuta. A escuta psicanalítica ocorre na transferência, que envolve tanto o sujeito como o psicanalista. Sua condição é construir um lugar situado como campo transferencial. As entrevistas ou situações que o psicanalista vai encontrar supõem que escute desse lugar que rompe as barreiras de um sujeito reduzido a predicados, sujeito psicológico ou sociológico, para resgatar a experiência compartilhada com o outro, escuta como testemunho e resgate da memória, o que supõe as associações ou a construção ficcional, outra ferramenta do tratamento psicanalítico.

⁹⁶ LACAN, Jacques [1969-70]. *O seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

Outro aspecto a considerar, quando a pesquisa se refere à elucidação dos modos de captura do sujeito nas malhas institucionais, é a função do desconhecimento na formação e manutenção do sintoma e de seu gozo. Aponto apenas o que cabe na relação com a realidade social. Diz Zizek⁹⁷: “Ideológica é uma realidade social cuja existência implica o *não conhecimento* de sua essência por parte de seus participantes, ou seja, a sua efetividade implica que os indivíduos não sabem o que fazem”. Ora, se a consistência do sintoma implica o não-conhecimento do que está em jogo da parte do sujeito, o desvelamento pode ter efeito de dissolução. Ou seja, muitas vezes, a própria revelação das ilusões que sustentam os sintomas pode ter efeitos nos mesmos. Ou pode, ao menos, funcionar — como o discurso da histórica — como denúncia da inconsistência desse Grande Outro-organização social.

As dificuldades apontadas levam-nos a refletir sobre o enquadre necessário para produzir teses, descobertas, “invenções” em psicanálise. Ressaltamos que, sem dúvida, o enfrentamento de novos problemas necessita de certa afinação, refinação dos conceitos psicanalíticos. Mas a característica fundamental da pesquisa psicanalítica nos remete, mais do que ao tema, ao modo de formular as questões.

Destacamos dispositivos úteis para a análise da articulação da constituição do sujeito aos laços sociais possíveis em dados grupos sociais: os enunciados e a enunciação presentes na cena social sobre referentes fundamentais da organização social e psíquica; o imaginário dos grupos sociais, que atribuem lugares específicos ao sujeito; a análise das ilusões contemporâneas, referidas ao contexto de organização social atual, regido pelo discurso neoliberal; a escuta do não-dito do discurso sujeitos e a força de determinação dos não-ditos dos enunciados sociais, entre outros.

Além disto, certamente há ainda outros caminhos que promovem deslocamentos substantivos fora do estritamente analítico. Lacan⁹⁸ indica alguns para apreender o não-dito, assim como para trabalhar na clínica. Elucida a presença do não-dito quando afirma que “a verdade pode ser reencontrada: frequentemente já está escrita em Outra parte. Ou seja: – nos monumentos: meu corpo; nos documentos de arquivos:

⁹⁷ ZIZEK, Slavoj (Org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.306.

⁹⁸ LACAN, Jacques. Função e campo da palavra e da linguagem em Psicanálise. In: ____ *Escritos*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1978, vol. I, p.124.

recordações de minha infância; – na evolução semântica: estoque de vocabulário que me é familiar; – nas tradições: que veiculam minha história; – nos rastros: que conservam distorções”.

Por sua vez, Julien⁹⁹ indica que, quando falta a transmissão privada, esta pode instaurar-se no público, ou seja, o resgate e a pesquisa estritamente históricos têm seu efeito subjetivo, favorecendo a transmissão. C. Calligaris¹⁰⁰ aponta dois atalhos: a produção de um discurso político com acento sobre a necessidade de constituição da sociedade civil, que crie condições de convivência que não sejam paranóicas ou narcísicas, e, outro, mais próximo da Psicanálise, que “consiste em levantar o recalque: lembrar a parte de História e Discurso que nós recalcamos, dizê-la – na vida cultural ou deitados no divã.”

Nessa medida, buscamos, dialogando com as críticas apontadas à pesquisa psicanalítica extramuros, indicar alguns aspectos que esta pesquisa pode elucidar, assim como alguns dos dispositivos teóricos e metodológicos possíveis. Ou seja, esperamos ter demonstrado que a psicanálise tem a sua forma específica de pesquisar e intervir nos fenômenos sociais, incluindo o sujeito.

3.4 O MÉTODO NA PESQUISA PSICANALÍTICA DE FENÔMENOS SOCIAIS E POLÍTICOS: A UTILIZAÇÃO DA ENTREVISTA E DA OBSERVAÇÃO¹⁰¹

Novo texto sobre pesquisa foi desenvolvido com Eliane Domingues¹⁰² em 2011, vindo das dificuldades do método ao abordar os jovens do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), no processo do doutorado.

⁹⁹ JULIEN, Philippe. *A feminilidade velada*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 1997.

¹⁰⁰ CALLIGARIS, Contardo. Sociedade e indivíduo. In: FLEIG, Mario (Org). *Psicanálise e sintoma social*. S. Leopoldo: Unisinos, 1993. p.192.

¹⁰¹ ROSA, Miriam Debieux; DOMINGUES, Eliane. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia e Sociedade* (Impresso), v. 22, p. 180-188, 2010.

¹⁰² DOMINGUES, Eliane. *Entre a utopia e o mal-estar. Reflexões psicanalíticas sobre os militantes do MST e seus dilemas*. Tese de Doutorado em Psicologia Social. PUC SP, 2011.

Em diálogo com pesquisadores da psicologia social, reiteramos que a discussão sobre métodos de pesquisa deve ser referida à perspectiva epistemológica e teórica que lhe dá sustentação, uma vez que a teoria, o objeto e o objetivo de pesquisa é que devem definir o método mais adequado.

Partindo desse pressuposto, apresentamos, nesse artigo, algumas das controvérsias que acompanham a temática da pesquisa psicanalítica fora do contexto da clínica tradicional, com ênfase na especificidade que as técnicas chamadas de coleta de dados (entrevista e observação) assumem na pesquisa. Finalizamos com duas recomendações aos que trabalham sob essa perspectiva: a necessidade de atentar para as determinações históricas e sociais dos fenômenos em estudo e o cuidado com a delimitação dos campos.

Por sua vez, a direção para lidar com os eventos sociopolíticos envolve o modo de imbricação teoria-prática próprio da psicanálise, afirma Roudinesco¹⁰³ gerando uma produção diferenciada da sociologia quantitativa e contribuindo com algo mais próximo à crítica social. Nessa direção, a autora destaca três dispositivos para sua crítica da sociedade, distribuídos nos registros do simbólico, imaginário e real: o mito edipiano, como o fundador das sociedades modernas; a função da identificação, como presente na Psicologia das Massas e problema para a formação das sociedades de psicanálise; e, por fim, neste século, o advento do sujeito da ciência, fenômeno fundamental, segundo Lacan, cuja irrupção foi mostrada no nazismo.

Ressaltamos que os princípios norteadores da pesquisa psicanalítica da chamada psicanálise extramuros, aplicada ou em extensão, põem em jogo a constituição de um campo de experiência sustentado epistemologicamente e metodologicamente pela ética da psicanálise.

A psicanálise porta uma dimensão própria de sujeito e de objeto, a qual constitui o seu método específico de pesquisar. Nela, o desejo do pesquisador faz parte da investigação e o objeto da pesquisa não é dado *a priori*, mas sim, produzido na e pela investigação. Pautada pela dimensão do enunciado e da enunciação do discurso, a pesquisa psicanalítica produz conhecimento interceptando a transmissão de dogmas e

¹⁰³ ROUDINESCO, Elisabeth. *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

de idealizações, mediante o contato com uma série de contextos e histórias, acrescido de articulações fora da história oficial.

Exemplificamos a passagem de um campo ao outro e as contribuições da psicanálise para o campo político e social com a troca de correspondência de 1932 entre Einstein e Freud¹⁰⁴ em torno da guerra¹⁰⁵, às vésperas da II Guerra Mundial e da ascensão de Hitler, em 1933: todo o esforço de Freud foi justamente o de substituir a questão filosófica sobre uma política racional pela análise das origens da dominação e leis de submissão.

Dessa forma, a observação, na pesquisa psicanalítica, orientada e em interação com a teoria que a precede, é dirigida à dinâmica psíquica que subjaz ao fenômeno observado. Ora, essa dinâmica é, por hipótese, inacessível à observação: o que se observa são as manifestações dessa dinâmica. Ainda que se montem questionários, que se façam pesquisas com perguntas cuidadosamente escolhidas e previamente testadas, as respostas do sujeito jamais poderão ser verificáveis, por estarem subordinadas ao universo fantasmático. Este, por sua vez, é intimamente ligado aos conteúdos do recalcado próprio a cada ser humano: é no recalcado que se encontra a história das escolhas de objeto, a das pulsões, assim como os caminhos do desejo. Isso significa que, por mais que o sujeito se esforce para responder "objetivamente", os recalcamientos presentes desde o início de sua vida impedem o acesso aos cenários fantasmáticos que alicerçam aquilo que ele está nos comunicando.

O campo "observacional" é construído na interação entre o pesquisador e seu interlocutor, num processo de realimentação mútua (transferência). Estão em jogo a posição em relação ao interlocutor e os laços discursivos que se estabelecem, de modo que as dimensões diante dos ideais e a imagem de si compareçam ao lado da implicação nas ações, nos excessos não reconhecidos. Logo, não há um dado a ser observado, buscado ou revelado — o dado se constrói na relação, relação transferencial, no campo da experiência com o outro.

¹⁰⁴ FREUD, Sigmund. [1933] "Por que a guerra?" In: EDIÇÃO Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, Vol. XXII, Imago Editora, Rio de Janeiro, 1976.

¹⁰⁵ ROSA, Miriam Debieux. *Por que a guerra?* a atualidade do diálogo entre Einstein e Freud. Conferência Guerra e Paz: contribuições da psicanálise e situação do Timor Leste, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2007. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/misc/gp.php>>.

Descoberta na relação analítica, a transferência é um dos postulados básicos da teoria psicanalítica, e qualquer elaboração teórica que se defina como psicanálise deve considerá-la. A transferência não é um fenômeno exclusivo dessa relação e aparece, em maior ou menor intensidade, em todas as relações interpessoais. Na situação de entrevista não é diferente, e a transferência e a contratransferência são os modos de produção de um saber que não estava posto *a priori*.

Na clínica, a escuta do analista implica que este ocupe o lugar de “suposto-saber” sobre o sujeito, “uma estratégia para que o sujeito, supondo que fala para quem sabe sobre ele, fale e possa escutar-se e apropriar-se de seu discurso.”¹⁰⁶ Já em relação à escuta do psicanalista pesquisador, um dificultador pode ser sua resistência, que se manifesta sob a forma de ficar demasiadamente preso à teoria, às suas hipóteses e não atentar para a especificidade da fala do sujeito. Outro aspecto que facilita a resistência pode ser o confronto de lugares sociais diferentes e antagônicos aos do pesquisador, como quando o pesquisado vive situação de exclusão social.

Quando a entrevista é realizada fora do contexto da clínica, uma dificuldade que aparece é que a demanda de saber é do pesquisador, e não do entrevistado. Há uma inversão do modelo, pois é o pesquisador que supõe que o entrevistado saiba algo. Entendemos que a demanda do pesquisador deve ser suficientemente ampla para propiciar que o entrevistado possa formular sua própria questão, que vai redirecionar a pesquisa reformulando o formato inicial.

A chamada *análise dos dados* na pesquisa psicanalítica é transformada na problemática da produção do texto que identifica e realça marcas no discurso, posições, efeitos de sentido.¹⁰⁷ A escrita do caso vai além de uma apreensão circunstancial e momentânea do observado, pois envolve uma construção, a construção do caso metodológico, que transforma os registros daquilo que se apresenta como enigma em um relato, uma narrativa, uma experimentação e teorização de um campo. O caso

¹⁰⁶ ROSA, Miriam Debieux. Uma escuta psicanalítica de jovens de periferia. In:ALTOÉ. Sônia (Org.) *A lei e as leis: direito e psicanálise*. Rio de Janeiro: Revinter, 2006. p.183-194.

¹⁰⁷ Ver discussão no artigo no Capítulo 5: ROSA, Miriam Debieux; MARTINS, Aline Souza; BRAGA, Ana Paula Musatti; TATIT, Isabel. Clínica e política interrogadas pelo ato infracional: a construção do caso. In: MOREIRA, Jacqueline de Oliveira e otrs (Org.).*Diálogos com o campo das medidas socioeducativas: conversando sobre a justiça, o cotidiano do trabalho e o adolescente*. 1ed. São Paulo: CVR, 2013, vol.1. p. 75-82.

revela não só o pesquisado, mas também aquele que escuta e as sinuosidades do campo que transita no limite da fantasia que o suporta e da teoria que o orienta. O caso não se confunde com a história, não é biográfico, mas ficção clínica, lembrando que a ficção estrutura a realidade.

No caso da contribuição da psicanálise ao estudo do campo social e político, não lhe cabe a pretensão de esgotar, por si só, o fenômeno: cabe-lhe esclarecer uma parcela dos seus aspectos, ainda que uma parcela fundamental. Sem pretensão de substituir a análise sociológica, cabe à psicanálise incidir sobre o que escapa a essa análise, isto é, sobre a dimensão inconsciente presente nas práticas sociais.

3.5 TRAUMAS, HERÓIS E RESISTÊNCIAS E PSICANALISTAS¹⁰⁸

Esse tema tem surgido sob várias faces na clínica ampliada, mas foi retomado em conversa com Márcio Gagliato, psicólogo que fez mestrado na PUC, e trabalhou na extensão universitária Psicanálise e Cultura. Márcio foi membro da equipe global de resposta de emergência da CARE, uma das mais antigas agências humanitárias de atuação mundial. Trabalhou na Unidade de Gerenciamento Internacional na África Central e do Leste, como assessor de apoio psicossocial em regiões de conflito como Somália, Sudão, Congo, norte do Quênia, Ruanda, Etiópia e Gaza, com foco em atenção psicossocial a experiências traumáticas. Nas primeiras vezes em que assumiu essa função trocamos e-mail e telefonemas sobre os impasses de sua prática nesses contextos.

Nessas conversas (2008/2009), ele apresenta dúvidas sobre o manejo das angústias de sua equipe de trabalho, fala de relutâncias suas e dessas pessoas quanto a falar da dor e dos traumas sofridos. Os coordenadores da agência humanitária oscilam entre dizer que os agentes que trabalham em agências humanitárias são 'apenas funcionários realizando seu trabalho', e, outras vezes, que estes devem ser

¹⁰⁸ ROSA, Miriam Debieux; GAGLIATO, Márcio. Psicanalistas, heróis e resistências. In: PERDOMO, Maria Cristina; CERRUTI, Marta (Orgs.). *Trauma, Memória e Transmissão: a incidência da política na clínica psicanalítica*. São Paulo: Primavera Editorial, 2011.

“heróis” — sempre questionando se a escuta do sofrimento pode ser um instrumento de trabalho para minorar os danos a essas pessoas que vivem em situações de muita violência.

Apresento a seguir duas cartas de Marcio Gagliato, enviadas por e-mail à nossa equipe da Extensão Universitária Psicanálise e Cultura, que ilustram a situação:

Miriam, Taeco, Sandra, todos... Que saudades!

Quero falar muita, muita coisa, mas não consigo organizar minhas idéias de forma linear. Estive semana passada na Somália, e espero que as fotos falem mais do que eu consigo. Fui através de um vôo semanal da ONU, visitei alguns projetos da agencia humanitária e ainda estou chocado com o que vi. Ainda não foi divulgado abertamente na mídia, mas logo vcs vão ouvir. Nunca a Somália passou por uma situação de absoluto caos e miséria como agora. Visitei um dos imensos campos de refugiados no norte da Somália, a maioria vinda da capital Mogadishu e do centro sul da Somália. Uma história pior do que a outra. O pessoal do escritório central responsável pela Somália e o Sul do Sudão está angustiadíssimo, toda distribuição de comida foi interrompida desde umas duas semanas atrás, quando um líder sheik islã fez ameaça aberta às agências humanitárias. Isso significa que agora, neste exato momento, centenas de milhares de pessoas não têm o que comer...

Estamos com dois casos de sequestro e um assassinato, ambos de funcionários nacionais da nossa agência. A maioria dos incidentes acontece quando vão distribuir alimento nos campos de refugiados. Sabe, meu maior desafio, quero dizer, maior ou não eu não sei, mas um grande desafio é pensar em qualquer intervenção que não seja processual e que seja ao mesmo tempo de alguma maneira efetiva. Algo como o que fizemos na Casa do Migrante...

Oi Miriam e Taeco,

Agora é no Sudão! Hoje foi um daqueles dias difíceis. Como vocês devem ter ouvido falar, Bashir, ditador do Sudão, expulsou 13 organizações humanitárias internacionais de grande porte depois da condenação pelo Tribunal Penal Internacional (TPI). Entre as ONGs expulsas, está a nossa, que atua no Sudão antes mesmo de Bashir tomar o poder em 1988. Da noite para o dia, Bashir anunciou a expulsão de quase todas as agências humanitárias. A nossa faz parte de muitos programas de ajuda imediata em Darfur. Ela é especialmente responsável pela distribuição de água potável, o que no Sudão é um enorme problema. Guerras são travadas pela escassez de água. Ontem chegaram por volta de 20 pessoas da equipe de internacionais que trabalhava no Sudão, pessoas de uns oito países diferentes entre africanos e asiáticos. Foi o primeiro grupo que recebeu autorização para sair do país. Hoje eu propus que seria importante que, antes de iniciar qualquer agenda organizacional com essa equipe, seria fundamental ter certeza de suas condições emocionais. O coordenador dizia que eu estava querendo complicar uma coisa que era simples. Que – são heróis – ninguém estava traumatizado e que se alguém quisesse já sabia que podia me procurar individualmente. Bom, como sou insistente, durante o início da reunião com todos os expulsos do Sudão hoje, aproveitei a deixa da apresentação para dizer umas palavras sobre como essas coisas podem impactar nossas vidas e que talvez fosse interessante, se o grupo quisesse, ter um espaço para conversarmos um pouco sobre isso. A reação foi unânime, todos disseram que queriam/precisavam dessa conversa. O coordenador ficou calado, não podia mais me interromper. Abri, então, à discussão, e convidei cada um a dividir um pouco como tudo isso os afetava...

Meu Deus... Quanto medo, trauma e dor! Eles não foram formalmente ameaçados, mas a ameaça estava lá todo o tempo. Contavam que estavam confinados em seus alojamentos, estavam poucos informados do que estava acontecendo, só viam a enorme movimentação e nervosismo, achavam que poderiam ser mortos a qualquer momento. Contavam sobre as horas de interrogatório a que os militares submeteram alguns, os laptops e dinheiro confiscados. Do medo de dizer qualquer palavra e serem acusados de espionagem. Do choque em ter que deixar tudo para trás (anos de trabalho) e simplesmente fugir. Contavam, chorando, que já estavam cansados de ver crianças raquíticas, e que a situação agora só vai piorar. « Quem cuidará deles? » perguntavam... e até os homens começaram a chorar... E, olhem só, 'homens não choram', principalmente ao redor da cultura islâmico-machista da África. Um deles dizia: «Eu não tenho direito de ficar triste; eu, como internacional, ainda pude sair do país, e, mesmo que eu não tenha mais trabalho, minha situação é melhor que das centenas de colegas sudaneses que ficaram para trás, e ainda, das populações que serão as maiores vítimas». Aí eu intervim, dizendo que isso pode ser também um truque pessoal de negar nosso sofrimento.

Alguém disse que agora está com pensamentos paranóicos, que acha que alguém pode estar ouvindo o que diz. Outro completou: "Estamos numa sala e sei que alguém trancou a porta lá embaixo, logo tive a sensação que estava de novo 'trancafiado', mesmo que soubesse que não era real, pois estou livre em Nairóbi".

Uma e outra pessoa dizia que essa foi a primeira vez que alguém perguntou algo do tipo. Toda essa história com Bashir é política. É um novo massacre que pode estar sendo armado, não precisam apertar o gatilho (o que pode acontecer, uma vez que as agências não estão mais lá para 'olhar'). O jeito sutil de fazer o massacre é talvez essa, mandar embora as ONGs e deixar o povo à deriva da miséria...

Não sei muito bem o que podia fazer com eles, fiz o que fiz. Também não estou convicto sobre como continuar. Acho importante que eles verbalizem as experiências, acho que as pessoas precisam falar das experiências negativas, pois verbalizando, nomeiam, nomeando, processam. Tudo com o suporte do afeto e da escuta atenta.

Mas às vezes sou muito 'trauma orientado', não sei, não sei se vale à pena fazer com que revivam tudo, mas também não quero ir ao mais fácil e simplesmente negar os acontecimentos e

focar ou orientar as conversas em 'soluções' ou 'pensamentos positivos'. – Alguma idéia? Posso tentar ligar para ter um dedo de prosa?

E assim vieram várias indagações, girando em torno de: “Oi Miriam, queria pensar numa ‘linguagem’ ou pergunta que pudesse ajudá-los a falar/processar melhor as vivências traumáticas...”, ou “Queria pedir sua ajuda num processo aqui”, ou “Queria ajuda para pensar a abordagem...”.

Muitas são as questões desses atendimentos e nossa equipe procura desenvolver estratégias, mas a questão volta, às vezes através do coordenador da Unidade Gerencial de Marcio — eles têm que ser fortes, heróis. Ou seja: chorar, falar sobre sofrimento enfraquece?

Essa mesma questão aparecia em nossas intervenções junto a adolescentes da antiga Febem (São Paulo), a imigrantes e a favelados. Um dos adolescentes dessa instituição me explicou, ante minha tentativa de que ele fizesse associações livres: 'Não posso pensar assim, eu tenho que voltar prá lá!'.

Será que tem razão? Interroguei-me, como Márcio. Também os imigrantes clandestinos e refugiados da Casa do Imigrante evitam conversar sobre o que se passa com eles, o sofrimento. E quanto aos analistas, aos agentes humanitários – sofrem? Algumas das pacientes de Freud desenvolveram sintomas histéricos depois de longo período cuidando de familiares doentes. Por outro lado, pondera Freud apud Mezan quanto aos analistas que: “Ninguém que, como eu, conjure os mais selvagens dos demônios semidomesticados que habitam a alma humana pode esperar sair ileso desta tentativa.”¹⁰⁹.

Como resistir? De que heroísmo podemos falar?

3.5.1 Resistências

O termo resistência transita por muitos campos - é tradicional na física, na política e na psicanálise. A lei de resistência da Física diz que toda força suscita uma

¹⁰⁹ MEZAN, Renato. Sigmund Freud, a conquista do proibido. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. p.139.

resistência que se opõe à ação da primeira. Entretanto, não se trata simplesmente de oposição e contradição, mas de dissimetria, contrariedade.

Na política, o termo vem hoje associado à resistência política à opressão.

Correu muita polêmica relativa aos princípios da cidadania e da soberania popular, à manifestação idealista de Rousseau, à manifestação prática de Hobbes, ou os aportes da nova hermenêutica ou à filosofia do materialismo histórico e dialético, que dão um sentido novo e um suporte doutrinário ao trato do assunto.¹¹⁰

Esse autor nos localiza na polêmica do tema, afirmando que o direito à resistência tem sido motivo e matéria de interpretações desde a Idade Média para que se chegasse à etapa atual. A negação do direito à resistência por parte do indivíduo encontrava justificativa política. Entendia-se que o soberano e a soberania não poderiam manter-se, caso cada particular conservasse seu direito de resistir. Legitimidade (do soberano), injustiça (por parte do soberano) e resistência permaneciam solidárias ao mesmo campo político.

O autor afirma que com Hobbes [1588-1679], o soberano é o único representante do Estado e do povo. Ao povo será negado o direito coletivo de resistência, sem que esse direito, entretanto, esteja completamente ausente, pois o termo resistência passa do campo político para o campo jurídico como um dos direitos inalienáveis do indivíduo.

No campo dos direitos materiais e constitucionais da liberdade emergem os princípios da desobediência civil e da resistência política à opressão, exercida, esta última, contra governos tirânicos e arbitrários. Macedo considera que o direito à resistência política não deixa de ser uma forma de desobediência civil. Sua dimensão filosófica é, no entanto, muito mais abrangente do que podemos supor. Trata-se de um direito conectado à ética no campo específico da política. Não compreende tão só uma recusa, no pertinente ao cumprimento de deveres de acento predominantemente jurídico, mas quer significar também uma potência de vontade capaz de criar uma ordem jurídica revolucionária, em substituição aos regimes de tirania e opressão

¹¹⁰ MACEDO Dimas. Prefácio. In: ROCHA, Ronald Fontenele. *Direito Democrático de resistência*. Belo Horizonte: Forum Editora, 2005.

configurados pela situação política anterior. É considerado um Direito Democrático, embora não seja regido por critérios formais, mas unicamente por normas de dimensão substantiva e princípios. Diz Macedo que esse direito

pressupõe o exercício da legitimidade em contraposição à legalidade de matriz totalitária produzida pelo aparelho institucional do Estado tirânico e opressor. Enquanto princípio jurídico e filosófico foi contemporâneo dos povos da idade antiga, ganhou vitalidade indiscutível a partir dos direitos humanos de origem cristã e, em Santo Tomás de Aquino, encontrou a sua formulação doutrinária de maior relevo. Foi restaurado pela filosofia política do liberalismo e pelos movimentos em prol da Justiça Social que tanto abalaram o século precedente. O direito constitucional e democrático de resistência política à opressão vem ganhando, de último, vitalidade impressionante, tanto no plano da resistência política propriamente dita, quanto no plano do discurso filosófico das últimas décadas. Pensadores como Hannah Arendt e Norberto Bobbio, no plano internacional, e Machado Paupério e Celso Lafer, no Brasil, têm visitado o tema e a ele acostado aportes doutrinários de monta.¹¹¹

Concordamos com ele que, essencialmente, a resistência é uma experiência de subjetivação, de autonomia; que a resistência é um combate particular que não afronta o inimigo para infligir uma derrota — o que ela pretende é enfraquecê-lo e fazê-lo bater em retirada. Ela não busca a vitória, mas desarmar o inimigo com suas próprias armas ao desorganizar a guerra que ele havia imposto. Seria o equivalente aos termos da física, à dissimetria, contrariedade?

Apesar da atualidade desse debate, ressoa-nos a voz de Étienne de la Boétie, vinda dos idos de 1571 que aborda, em seu Discurso da Servidão Voluntária, a irracionalidade da servidão, e manifesta espanto e decepção ante perceber que milhões de homens servem miseravelmente curvados, mas dominados e encantados pelo nome de um homem só. Sob tirania, acrescenta, além da falta de vigor na guerra, as pessoas escravizadas perdem também energia para todo o resto, tornam-se covardes e efeminadas; têm o coração abatido e mole e não são capazes de grandes ações. E conclama na mesma direção de Macedo: “Decidi não mais servir e sereis livres; não

¹¹¹ Obra citada, p.2.

pretendo que o empurreis ou sacudais [o tirano], somente não mais o sustentai, e o vereis como um grande colosso, de quem se subtraiu a base, desmanchar-se com seu próprio peso e rebentar-se.”¹¹²

A articulação entre sujeito e política aparece nessas considerações acima. Vejamos na psicanálise.

3.5.2 Resistência em Psicanálise

Na Psicanálise – Freud era afeito a termos vindo da política e da guerra – o verbo usado em alemão para se referir à resistência é *sträuben*, que quer dizer manter-se à distância, assumir atitude de reserva. O termo resistência¹¹³ foi usado por Freud, num primeiro momento, por ocasião de sua autocrítica da hipnose e da sugestão como técnicas de intervenção. Ele reconhecia como legítimas as resistências do paciente ao enfrentar a ‘tirania da sugestão’. A expressão é sugestiva para legitimar a defesa em relação aos excessos diretivos da sugestão. Posteriormente, revela várias faces: a conotação de resistência ao/contra o tratamento analítico transforma-se em defesa — resistência do eu para não traumatizar, não repetir. A resistência é uma força que se contrapõe à força das pulsões e protege o eu do conflito pulsional recalcado, dando-lhe oportunidade de responder à realidade, transformando o desamparo diante do desprazer em um estado tolerável. Dessa forma, torna-se uma face da transferência, possibilitadora da análise.

Por outro lado, percebemos também o caráter condicional da resistência para a análise, quer dizer, sem resistência não há análise. O conteúdo analisável é justamente aquele que está sob os efeitos da resistência. Se o analisante, ao invés de recordar e elaborar repete, ele o faz sob as condições da resistência e é sobre essas mesmas condições que incidirá a interpretação como ‘ferramenta’ do dispositivo analítico, para que então haja psicanálise. É algo paradoxal, porque a resistência é condição da análise, mas também é o que deve ser

¹¹² BOÉTIE, Étienne de la. *Discurso da Servidão Voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.16.

¹¹³ MALISKA, Maurício Eugênio. *Resistência Multifacetada*, 2014. Disponível em: <www.convergenciafreudlacan.org/inove4/php/download.php?id_rel=257>. Acesso em: 30 dezembro 2009.

superado para que o tratamento psicanalítico avance. Consideramos que essa resistência por parte do analisante é estrutural e intrínseca ao tratamento.¹¹⁴

No entanto, vamos ressaltar outra face da resistência que é orientadora para nossas questões. Lacan¹¹⁵ recoloca esse tema afirmando que: “Existe apenas uma resistência, é a resistência do analista”. Maliska¹¹⁶ acrescenta: “Quer dizer, é a essa resistência que somos convocados a falar do nosso lugar de analista. Essa resistência nos angústia, nos deixa sem palavras”. E Lacan alerta: “A boa vontade do analisante não encontra jamais nada pior que a resistência do analista”¹¹⁷. Sendo assim, a resistência à escuta é do analista, pois, para o analisante, é necessário que ele cumpra com a regra fundamental da psicanálise, bastando somente que ele fale tudo o que lhe vem à mente sem censuras. Daí em diante, para que haja análise tem que haver escuta. Ou seja, que o analista ocupe o seu lugar, que deve ser o de escuta. Essa resistência nos aflige, uma vez que diz claramente que o fundamental está na escuta e não nas limitações imaginárias do paciente. Converge com os testemunhos de pessoas que voltam de conflitos relacionados à guerra e a outras situações dramáticas, as quais afirmam não poderem falar, pois não há quem se disponha a escutar.

No presente trabalho abordamos a resistência na interface política e subjetiva, dado que consideramos que está em jogo manter-se à distância, assumir atitude de reserva (*sträuben*) ou, melhor dizendo, marcar uma dissimetria e contrariedade frente às faces obscenas do Outro que se apresenta, em sua violência e poder de opressão, consistente e totalitário.

Quem e como se resiste ao sofrimento?

Para construir um caminho nessa direção recorreremos à Pujó¹¹⁸. Ele nos apresenta a posição de Bettelheim¹¹⁹ que responderia à questão acima da seguinte

¹¹⁴ FREUD, Sigmund (1912/1966). A dinâmica da transferência. In: *Edição Standard das obras completas de Sigmund Freud* (Vol. XII,). Rio de Janeiro: Imago, p.118.

¹¹⁵ LACAN, Jacques (1954-1955/1985). *O Seminário – Livro 2. O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p.287

¹¹⁶ Obra citada, p.2.

¹¹⁷ LACAN, J. (1977). O seminário 24. Edição eletrônica das obras completas de Jacques Lacan. Buenos Aires: RD Ediciones Electrónicas, 2000. CD-ROM, classe 4,1977.

¹¹⁸ PUJÓ, Mario. Trauma e desamparo. In: *Revista Psicoanálisis y el hospital: Clínica do Desamparo*, 17, (9) 29, 2000, p.27.

forma: os políticos e os religiosos. Ele próprio observa nos campos de concentração — como num laboratório — as condições de resistência física e psíquica frente a situações terríveis. As pessoas de classe média que consideravam ser errado estarem ali eram as que primeiro sucumbiam ao desespero, perdendo a razão e a vida. Os religiosos resistiam, suportavam com dignidade. Também suportavam aqueles detidos por razões políticas, cujo castigo era a prova da confirmação de suas idéias e militância.

A explicação, a justificativa, o recurso ao sentido – ainda que insensato- possui uma força vital extraordinária ao exercer uma função de velamento, uma intermediação capaz de irrealizar a desnudez do acontecimento, recortando sua imediatez e resguardando condições de subjetivação.¹²⁰

A questão do traumático está no discurso por desestabilizar as relações de significação em que se ampara o sujeito, e seu processamento passa pela função de velamento em que o acontecimento violento não se confunde com o real, apagando suas dimensões simbólicas e imaginárias, obturando o lugar da fantasia.

Pujó acrescenta que Bettelheim usou outro recurso, além dos políticos e religiosos. Observou os companheiros, a evolução do comportamento humano em situações extremas, como um cientista, objetivando-os e a si mesmo. Posteriormente, construiu uma clínica para autistas e escreveu suas observações. No entanto, tais êxitos parecem não ter sido suficientes, pois houve suspeita de ele ter maltratado as crianças da instituição que criou e, em 1990, autoasfixiou-se, como numa tortura. Como ele, Primo Levi dedicou a vida que lhe restava, após ter sido aprisionado em Auschwitz-Birkenau, a divulgar depoimentos e livros de denúncia sobre a situação que conhecera nos campos. Mas, ao final dessa trajetória, ele também se suicidou, após declarar que somente ao “muçulmano” [figura do morto-vivo] caberia dar testemunho, se um dia este se dispusesse a falar.

O que está em jogo, posto a descoberto, é a potência maligna do traumático, pois, segundo Pujó¹²¹,

¹¹⁹ BETTELHEIM, Bruno. *Coração Informado*. Buenos Aires: Ed. Paz e Terra, 1985.

¹²⁰ PUJÓ, Mario. Obra citada. p. 26.

¹²¹ PUJÓ, Mario. Obra citada. p.27.

nesse retorno fatídico do que ele [Bettelheim] sofreu há um efeito propriamente sinistro: o encontro com **o mesmo**, uma mesmidade sem maior deslocamento nem metaforização, que delata o fracasso de um trabalho de elaboração — ou eventual sublimação — desnudando essa ruidosa e incoercível resistência do trauma à sua tramitação [grifo nosso].

As condições de degradação põem em destaque a necessidade vital de velar o caráter mortificante do impacto pulsional. Este é o ponto: nas guerras, com ou sem nome, trava-se outra guerra silenciosa entre a resistência do sujeito e a resistência do trauma e sua insistência em enlouquecer o sujeito. Não podemos deixar de notar que Pujó enfatiza o sucesso momentâneo da posição cientificista de Bettelheim e, com isto, salva o fato de este último ser psicanalista, mas esta é questão que concerne também aos psicanalistas. Com isto voltamos à questão:

É preciso a estatura de um herói para resistir? O Herói resiste?

O que seria um herói? Uma possibilidade é nomear assim aquele que tem um ideal, morre pela causa — ou seja, dá consentimento para que sua morte possa ser testemunho para futuras gerações —, concebe duas mortes (bios e zoé) e arrisca uma pela outra.

O lugar dos ideais pode, no entanto, dirigir o sujeito ao pior. Para Žižek¹²², em *Arriscar o Impossível*, o herói assume plenamente a função suja e obscena do poder, aquele que diz: “Mãos à obra, alguém tem de fazer o trabalho sujo”. Age por si, sem antecipar consequências. Revela as duas faces da ‘ideologia espontânea’ da globalização contemporânea: de um lado, o pragmatismo utilitário e ocidental e, de outro, o fatalismo oriental.

Certamente não é desse tipo de herói que falamos. Já debatemos como os termos ilusão e ideal parecem se enredar. Freud¹²³ critica as ilusões no texto *O futuro de uma Ilusão*, tomando a religião como parâmetro, pois as considera determinadas por desejos infantis e como compensações à fragilidade humana, ao desamparo em face da morte. Mas as ilusões permitem a construção de um roteiro de realizações, fazendo

¹²² Žižek, Slavoj; Daly, Glyn. *Arriscar o impossível: conversas com Žižek*. São Paulo: Martins Fontes, 2006

¹²³ Freud, Sigmund [1927]. *O futuro de uma ilusão*. In: *EDIÇÃO standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

supor ao sujeito que, no fim, o objeto estará lá, pleno, realizado. Não dizem respeito ao ideal, mas à idealização, processo que envolve o engrandecimento e superestimação do objeto.

O outro problema refere-se ao modo de conceber o ideal do eu, puramente, como a fascinação e alienação a um coletivo. O paradoxo em torno do ideal provém do deslocamento da função do ideal do eu para a função do supereu, instância que escraviza o sujeito com a sua voz, ordenando-o ao gozo, impondo sacrifícios ou assombrando-o com o fracasso.

Diferentemente disso, vemos a importância de esse conceito apontar a demarcação simbólica de uma posição na relação com os outros, indicada por um traço com valor de significante. O ideal do eu, embora fundado narcisicamente e pelo desejo do Outro, traduz-se pela possibilidade de produzir e buscar objetos fálicos e lugares que tomem a forma de ideais que orientam os laços com o Outro: os laços sociais, regidos pela ética de não se deixar ser agido pelo outro, mas sim sustentado pelo desejo e pelas identificações. Dessa forma, não há supressão do laço com o outro, nem escravização a este.

Consideramos que, nesse sentido, a psicanálise aposta num mais além das ilusões, num trabalho de remissão do sujeito à verdade de seu desejo, que o remete a uma historicização de seu desejo, à constatação de sua fantasia fundamental e à consequente abertura para a criação de novos sentidos da existência.

Ressaltamos com esse discurso que a psicanálise comparece, através do sujeito do inconsciente, como modo de resistência à instrumentalização social do gozo.

Lacan¹²⁴ nos oferece outra versão de herói a partir da figura de Antígona e do homem comum. O drama da heroína centra-se no limite que a vida humana não pode transpor por muito tempo. Sua vida não vale a pena — vive da memória intolerável de sua linhagem — não pode suportar depender de quem execra; é inflexível — tem algo de não civilizado, cru. Diz: “É sempre por meio de algum ultrapassamento do limite, um risco, uma aposta que o homem faz a experiência de seu desejo”¹²⁵. Veja-se aqui o

¹²⁴ LACAN, Jacques. (1959-60/1991). *O Seminário. Livro 7.A Ética da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

¹²⁵ Obra citada, p.370.

lugar do risco. Ele continua, dizendo que: “Em cada um de nós há a via traçada para um herói, e é justamente como homem comum que ele a efetiva.”¹²⁶. O que o torna herói se guia por ele passar por todas as paixões onde o homem comum se atrapalha. Nessa medida, um herói não precisa ser heroico para ser herói, mas paga o preço de poder impunemente ser traído por não responder ao outro ou às conveniências do serviço dos bens. Sua diferença com o homem comum é que, para esse, não existe outro bem exceto aquele que virá a pagar o preço do acesso ao desejo. O herói não é solitário e, na dignidade do conflito, arrasta seu parceiro para a zona do entre duas mortes, onde algo é definido e liberado. Através do ato ético o herói libera seu adversário, ou seja, a disputa imaginária cai, perde o sentido.

Nessa discussão migramos do herói ao ato ético. O tema do risco leva para uma direção diferente do tema do sacrifício pelo outro. A ética da psicanálise enfatiza o encontro com o real pulsional, traumático, mas, em contraste com o confronto anteriormente mencionado, constata que o objeto do desejo não existe na realidade. Há luto nesse processo. Não há um sentido estabelecido para a vida. Toca-se aí o lugar do perigo, da maldade, da loucura, da perda do sentido.

Diante desse lugar, em face da potência enlouquecedora do traumático, não se pode estabelecer uma clínica determinada pelo diagnóstico de neurose, psicose ou perversão. A clínica que se pode realizar é a que permite estabelecer um semblante, a recomposição de uma sustentação fantasmática mínima somente possível com um mínimo de consistência para semblantizar o real em uma trama significativa.

A pergunta de Lacan “Agiste conforme o desejo que te habita?”¹²⁷ é questão que se opõe à ética tradicional construída sobre a Moral.

Destacamos que está aí uma dimensão de ato e não apenas de uma intenção. A ética é ato que dá um destino ao excesso. Se o ato for ético — só se saberá a posteriori —, é risco, pois convoca desejo e gozo e faz marca no Outro, inscrição histórica de um desejo. Com essa inscrição, mudam-se as coordenadas simbólicas e imaginárias, rompe-se o continuum da história ao

¹²⁶ Obra citada, p.383.

¹²⁷ LACAN, Jacques [1959-1960]. *Livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991, p.376.

suspender a estrutura simbólica que dá sentido ao ato, para garantir que ela não se reduza a um tempo morto e sem acontecimentos.¹²⁸

Comenta Ferreira¹²⁹ que não é por acaso que Zizek, em *Arriscar o Impossível: conversas com Zizek*, chega ao fim de seu livro referindo-se à ética da psicanálise. Diz que: “É preciso arriscar e decidir [...] Não busque apoio em nenhuma forma de Outro maiúsculo — mesmo que esse Outro maiúsculo seja totalmente vazio. É preciso arriscar o ato sem garantias. Nesse sentido, o fundamento supremo da ética é político.”¹³⁰.

Aqui se subverte a relação que empalidece a política em face da ética ou que inverte onde a ética dá fundamento à política. O autor prossegue dizendo que: “Em Lacan, a ética despolitizada é uma traição ética, porque significa confiança em alguma imagem do grande Outro. Mas o ato lacaniano é, precisamente, o ato em que se presume que não existe grande Outro”¹³¹.

O ato, ainda que seja em palavra, não é inocente, é sempre comprometido, um compromisso, uma responsabilidade pelo ato que deixa sua marca inscrita na cultura. Ato político, porque é modo de resistência à instrumentalização social do gozo. Será que basta frente a ruídos e incoercível resistência do trauma a sua tramitação? É nosso risco e aposta.

¹²⁸ ROSA, Miriam Debieux; CARIGNATO, Taeco Toma; BERTA, Sandra Leticia. Ética e Política: a psicanálise diante da realidade, dos ideais e das violências contemporâneas. *Revista Ágora* (Rio de Janeiro), IX, 35-48, 2006. p.46.

¹²⁹ Ferreira, Paulo. *Resenha. Psyche*, Ano 11, no 21, 2007, p.106-109.

¹³⁰ ZIZEK, Slavoj; DALY, Glyn. (2006). *Arriscar o impossível: conversas com Zizek*. São Paulo: Martins Fontes. 2006. p.14.

¹³¹ Obra citada, p.201.

4 TRAUMA E VIOLÊNCIAS: A DIMENSÃO SÓCIO-POLÍTICA DO SOFRIMENTO E A CLÍNICA DO TRAUMÁTICO NA IMIGRAÇÃO FORÇADA

Destacamos o tema trauma e violências das considerações do Capítulo I deste trabalho — *Clínica psicanalítica em cena de conflito político e cultural: impasses e direções do tratamento* — porque cabem aqui aspectos específicos sobre a articulação entre esses dois termos, que foram ficando claros no decorrer do trabalho com imigrantes e refugiados.

O trabalho com imigrantes e refugiados insere-se na proposta ético-política do Laboratório *Psicanálise e Sociedade*, do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) e do Núcleo de Estudos e Pesquisa *Psicanálise e Política* do Programa de Pós-graduação de Psicologia Social da PUC-SP. Teve o seu início em 2004, a partir do pós-doutorado “História, Clínica e a Cultura em Psicanálise”, de Taeco Toma Carignato e tem sido inscrito na Extensão Universitária do Instituto de Psicologia da USP desde essa época.

Trabalhamos com várias instituições voltadas ao acolhimento dessas pessoas e, no decorrer dos anos, solidificamos uma parceria com a Casa do Migrante, albergue que acolhe migrantes e indivíduos que pleiteiam a condição de refugiados. É uma instituição gerenciada por Padres Scalabrinianos, voltados para essa temática, que atuam em parceria com a Pastoral do Migrante e a Missão Paz, na cidade de São Paulo. O Estado não dispunha, até 2014, de abrigos específicos para essa população.

O trabalho na extensão universitária aborda a experiência de sujeitos afetados diretamente por fatos sociais e políticos que levam à exclusão, segregação e consequente imigração ou exílio do país de origem e a busca de refúgio em país estrangeiro. Seu objetivo é implantar e desenvolver intervenções institucionais, psicossociais e clínicas que se propõem a estabelecer espaços de intervenções com essa população, não apenas visando elaborações singulares e grupais sobre os fenômenos de exclusão e segregação, mas também apontando diferentes

possibilidades de re-constituição de laços sociais, favorecendo os vínculos afetivos e de trabalho. Nesse projeto também pensamos dispositivos em relação a modos de trabalhar em rede: nas instituições jurídicas, nas questões de saúde e saúde mental, e na organização política sobre os direitos do imigrante.

O projeto, sua história e as principais coordenadas do trabalho, estão presentes nos artigos aqui contemplados, mas especialmente no artigo *Migrantes, imigrantes e refugiados: a clínica do traumático*¹³², solicitado pela revista da USP sobre a Extensão Universitária nomeada *Migrantes, imigrantes e refugiados: vulnerabilidade e laço social*, desenvolvida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e centrado na própria extensão. Sua base conceitual e clínica e os fundamentos, ética e clínica psicanalíticos — mais particularmente na articulação entre psicanálise, sociedade e política — foram desenvolvidos no capítulo 1 e estão também neste capítulo.

Nossa experiência permitiu-nos testemunhar, acompanhar e intervir nos diferentes modos de lidar com os impasses desses sujeitos em seu laço social. Invenções ou recuos, caminhos possíveis para alinhar a nova existência à dimensão fantasmática que situa o sujeito e seu lugar de fala. No entanto, pudemos distinguir alguns processos que suspendem as elaborações dos deslocamentos e sofrimentos e exigem práticas específicas. Ressaltamos a angústia, culpa e superação das violências de alguns dos abrigados que atendemos, que vêm de situações de violência aguda em seu país de origem e/ou no percurso e país de chegada.

Quando iniciamos em 2004, a maioria dos imigrantes era latino-americana fugindo da pobreza. Além destes, a Casa do Migrante abrigava os estrangeiros na própria pátria, ou seja, havia um número sempre expressivo de migrantes na casa, vindos de outros estados do Brasil e sob condições de muita pobreza. Chamava à atenção a precariedade da formação escolar e cultural, a falta de referências nas suas tradições e história. A depressão e o alcoolismo são recorrentes, junto com o relato de fracassos dos sonhos profissionais e amorosos. Sua precariedade os faz, nesse contexto, ansiar pelo status de imigrante, principalmente de refugiado.

¹³² ROSA, Miriam Debieux. *Migrantes, Imigrantes e Refugiados: a clínica do traumático*. *Revista de Cultura e Extensão*, v. 7, p. 67-76, 2012.

A violência na imigração fica mascarada por inúmeras questões sociais. A distinção entre imigrantes e refugiados leva a considerar a violência apenas no caso dos refugiados. Segundo o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), para a Convenção de 1951, relativa ao estatuto dos refugiados um refugiado é alguém que, “temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país”.¹³³ Também pode ser concedido o status de refugiado ao cidadão estrangeiro que, devido uma grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar o seu país.

A violência fica relacionada aos refugiados, ao passo que os imigrantes por miséria ou catástrofes naturais são pensados por outros canais jurídicos sem menção à violência sofrida, seja nas razões da saída do país, seja nas violências, exploração e humilhações na chegada ao país. A exclusão social e econômica não é considerada como violação de direitos e não é suficiente para dar o estatuto de refugiado. Para incluir o peso da violência nesses processos optamos em chamá-los de imigração forçada.

A formulação da clínica foi sendo construída e está presente em vários textos que retomam os pontos já firmados para acrescentar outros. Optamos destacar três destes artigos.

Caracterizamos os processos de imigração como o movimento de busca da diversidade, de tornar-se outro, lembrando Lacan¹³⁴, que diz que “só os tolos não erram”, tema trabalhado no artigo *Metáforas do deslocamento: Imigrantes, migrantes e refugiados e a condição errante do desejo*, que abordaremos a seguir. Diferenciamos nos deslocamentos migratórios um tipo de migração que diz respeito à errância, metáfora do excluído que está destinado a vagar sem pouso por imposição do outro. Esse texto, assim como *A elaboração coletiva do trauma: a clínica do traumático* de

¹³³ Convenção sobre o Estatuto do Refugiado de 1951 e Protocolo sobre o Estatuto do Refugiado de 1967, ambos patrocinados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados (ACNUR) .

¹³⁴ LACAN, Jacques. *Seminário 21: os tolos não erram*. Inédito, 1973.

2010¹³⁵ e *Escritas da migração: momento de partir, tempo de esquecer e tempo de contar*¹³⁶, de 2015, foram apresentados e discutidos no âmbito da Rede Interuniversitária de Pesquisas Escritas da Experiência (CNPq), coordenado por Ana Costa e publicados como capítulo dos livros dessa série, o que nos deu oportunidade de apresentar, debater e divulgar nossas ideias.

No segundo artigo desse grupo realçamos a dimensão sócio-política do sofrimento e a transmissão da história, em texto que fala sobre situações de guerra e extrema violência, caso de vários imigrantes que recebemos e mesmo de brasileiros nessa guerra sem nome que vivemos.

No artigo *Imigração forçada: do imaginário traumático às articulações entre desejo e política*, de 2014, que aqui apresentamos, pudemos nomear a dimensão forçada da imigração frente às violências e de suas diferenças e implicações. Recolocamos a dimensão traumática na relação com a violência, diferenciando o imaginário traumático das articulações entre desejo e política e suas consequências na direção da clínica psicanalítica. Apresentamos trabalho nessa direção em 2014, no *Colloque Brésil-France Réfugiés, Ville, Santé Mentale* em Paris, na Université Paris Diderot, inserido no projeto de mesmo nome financiado por PRES Sorbonne Paris Cite, coordenado por Marie-Caroline Saglio-Yatzimirsky (INALCO, EHESS) e por mim, via Laboratório Psicanálise e Sociedade (IP-USP), e no Instituto Vox de Pesquisa em Psicanálise, coordenado por Mauro Mendes Dias. O artigo está no prelo, na *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, de Paris.

¹³⁵ ROSA, Miriam Debieux; BERTA, Sandra Letícia; ALENCAR, Sandra Luiza de Souza. A elaboração coletiva do trauma: a clínica do traumático. In: SCOTTI, Sergio; BERGAMASCHI, Rosi Isabel; LANGE, Mariana; GUIMARÃES, Beatriz; VARGAS, Rômulo Silva Vargas; STOBBE, Rafael; COSTA, Ana (Org.). *Escrita e Psicanálise II*. 1ª Ed, Curitiba: CRV, 2010, vol. 1. p. 15-25.

¹³⁶ ROSA, Miriam Debieux. . *Escritas da migração: momento de partir, tempo de esquecer, tempo de contar*. In: COSTA, Ana Maria (Org.). *Linguagem e Escritas do Corpo*. 1ed., 2015, v. 1, p. 203-2017.

4.1 METÁFORAS DO DESLOCAMENTO: IMIGRANTES, MIGRANTES E REFUGIADOS E A CONDIÇÃO ERRANTE DO DESEJO¹³⁷

Este artigo e o artigo *A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política* foram escritos na mesma época, com a equipe que eu orientava: Taeco Toma Carignato, Sandra Alencar e Sandra Letícia Berta. Taeco Toma Carignato fazia o pós-doutorado “História, clínica e a cultura em Psicanálise”, na USP; Sandra Luzia Alencar¹³⁸ fazia doutorado na PUC-SP e Sandra Berta realizou o mestrado e o doutorado na USP.¹³⁹

A experiência de atendimento a imigrantes, migrantes e refugiados abrigados na Casa do Migrante deu-nos a oportunidade de vivenciar uma experiência radical de estrangeiridade, ligada a imigrantes que chegam sem a documentação ou pessoas ou lugares de acolhimento como referência, sem trabalho e sem domínio da língua, condições que os colocam na ilegalidade que, muitas vezes, é confundida com criminalidade.

Esse artigo levanta coordenadas sobre duas modalidades de imigração, como processo de descoberta da imigração e como errância, que se manifesta nos deslocamentos sucessivos de algumas pessoas da Casa do Migrante que recém-chegados já pensavam no próximo lugar para ir.

Para levantar as coordenadas sobre a função dos deslocamentos, relacionamos o deslocamento enquanto fenômeno migratório territorial com o deslocamento como uma das leis do inconsciente freudiano e sua versão em Lacan, a metonímia.

¹³⁷ ROSA, Miriam Debieux; CARIGNATO, Taeco Toma; BERTA, Sandra Letícia. Metáforas do deslocamento: migrantes, imigrantes e refugiados e a condição errante do desejo. 2006 In: COSTA, Ana, RINALDI, Doris (Org) *Escrita e Psicanálise*. Ed. Companhia de Freud. Editora Companhia de Freud, Rio de Janeiro, 2006.p.371-387.

¹³⁸ ALENCAR, Sandra Luzia de Souza. *A vivência do luto em situações de violência urbana e as ações dos Serviços de Saúde Pública*. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia (Psicologia Social)) – PUC-SP, 2011.

¹³⁹ BERTA, Sandra Letícia. *Um estudo psicanalítico sobre a teoria do trauma e suas consequências na clínica, de Freud a Lacan*. 2007. 0 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), USP, 2007, e BERTA, Sandra Letícia. *Um estudo psicanalítico sobre a teoria do trauma e suas consequências na clínica*. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica), USP, 2011.

Posteriormente, examinamos o peso do lugar de chegada, articulando o processo subjetivo e político da imigração.

A dimensão trágica do migrante encena algo comum a todos, pois todos somos sujeitos exilados, desenraizados de nós mesmos, constituídos pelo desconhecimento enigmático da dimensão inconsciente. Freud, no texto *Moisés e o monoteísmo*¹⁴⁰, de 1939, defende as vicissitudes da errância e do nomadismo do desejo, mostrando que a sua precedência sobre a sedentarização marca o povo judeu. Fuks considera que a experiência da errância se configura como uma metáfora da errância do sujeito pelo deserto da libido¹⁴¹. Ainda aponta que, somente na trama do vivido, pode ser articulada parcialmente essa dimensão de sermos exilados do “país do Outro”. A própria experiência analítica demonstra isso e, por que não dizer, a própria vida.

Não seria descabido dizer que a experiência analítica oferece um espaço aberto ao sujeito para que ele viva a aventura de exilar-se de si, de inventar-se outro, de voltar-se não idêntico. Aventura que se passa no estranho “país do Outro”, ou seja, alhures além do semelhante, do idêntico e do espelho e que faz com que o analisando experimente desterritorializações sucessivas de uma posição subjetiva a outra.¹⁴²

Assim, ser sujeito não é essência, mas movimento, errância, um caminhar incessante em seu pensamento, vida sem repouso, sem medir distâncias, processos presente na dimensão errante do desejo e sua articulação com as leis do inconsciente, o deslocamento ou metonímia.

Especificamos a relação deslocamento/metonímia com os avatares do desejo, desenvolvendo a hipótese de que as dimensões diacrônicas e sincrônicas do discurso, expressas pela metáfora e pela metonímia, demonstram a condição itinerante do desejo

¹⁴⁰ Freud, Sigmund. [1934-39] *Moisés e o monoteísmo*. EDIÇÃO Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de S. Freud (J. Salomão, trad., vol. 23.p. 15-150). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

¹⁴¹ FUKS, Betty Bernardo. *Freud e a judeidade. A vocação do exílio*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2000.

¹⁴² FUKS, Betty. Obra citada. p.85.

em tensão com a ficção do sujeito construída, mas desconstruída e reinventada pelo desejo.

Apesar de inseparável da condição social em que ocorre, refletimos, a partir de uma separação artificial do processo social específico de cada grupo social que emigra, sobre as condições de possibilidade do sujeito como “um ser regido ora pela antecipação estruturante, ora pela significação retroativa que o recoloca em posição de saber. O seu movimento, próprio da condição desejante, torna a apreensão de si e do mundo marcada pelo desconhecimento e reconhecimento e, portanto, tornando sucessiva e concomitante, a alienação e a verdade, a identidade e a subjetividade, presentes em sua condição de ser.”¹⁴³

Nessa bipolarização discursiva, a metonímia mantém o deslizamento significativo do discurso e marca a condição errante e nômade do desejo. Trabalhamos a relação deslocamento e condensação, metonímia e metáfora, para levantar questões sobre os apelos migratórios e identitários, pensados como diversidade de expressão dos sujeitos, como modalidades de trabalho do sujeito na direção do desejo. Ambos são concomitantes e compõem a historicização do sujeito.

Dissociados, os processos podem gerar, de um lado, um movimento contínuo sem ponto de báscula, o que pode resultar no desenraizamento do sujeito; ou, de outro, levar a uma identidade cristalizada alienante que retira o sujeito de sua condição desejante. Ou seja, o sujeito se constitui na alternância entre o movimento metonímico do desejo e a cristalização sintomática em identidades.

Com essa estratégia, pode-se separar o deslocamento territorial e seu potencial inovador das condições contingentes de penúria que são geradas por questões sociais e não são intrínsecas ao processo migratório. Destacamos o momento do deslocamento como de suspensão das certezas simbólicas e imaginárias do Eu. Portanto, a migração pode remeter ao desejo humano, através da cadeia metonímica de associações, de significações e de substituições metonímicas que contornam o desejo do Outro. Nessa direção, pode-se ir ao país do Outro movido pela premência de

¹⁴³ ROSA, Miriam Debieux. A Psicanálise frente à questão da Identidade. *Psicologia e Sociedade*, ABRAPSO, Vol. 10, No 1, 1998. p. 126.

romper com a alienação mortífera e de mudar de lugar subjetivo, desconstruindo ficções do Eu, desencadeando movimentos que possibilitem experimentar outros destinos, novas dimensões da vida.

O risco dessa aventura, especialmente quando politicamente forçada e associada a processos de exclusão e abuso social, é de, como ocorre com alguns dos usuários da Casa do Migrante, dissociar os processos metafóricos e metonímicos. De um lado, erram sem destino; do outro lado, o sujeito circunscrito ao ponto de basta, sem o necessário deslizamento do significante que o identifica a determinados grupos sociais, é o sujeito fortemente alienado a uma identidade nacional ou étnico-religiosa-cultural.

A ameaça da desterritorialização, não necessariamente produzida nas migrações, pode acarretar a constituição de uma territorialidade circunscrita por uma demanda fixa e sem possibilidade de dialetização — nível sincrônico do discurso que alude ao ponto de basta que circunscreve, revela e veda a verdade do sujeito. Muitas vezes, o apego à territorialização aparece imaginariamente, como garantia de pertencimento.

De outro lado, nota-se que certos deslocamentos sucessivos promovem a suspensão da função pacificadora e estabilizadora do eu, produtora de um apoio identitário. Tal suspensão reverte no abrandamento das leis e valores que favoreceriam a dimensão desejante, mas dificultam marcar o lugar de onde podem estabelecer laços com o outro. Além disso, os abalos identificatórios afetam especificamente o eu, seja no registro imaginário (eu ideal), seja no registro simbólico (ideal do eu). Eles podem ser libertários, mas também desorientadores. E facilitam a aceitação do mínimo para a subsistência, dispensados os artifícios narcísicos, que podem tomar forma de conformidade e submissão.

Cabe destacar que, ao falarmos de deslocamento territorial, diferenciamos os processos por sua dimensão de escolha. Embora mais óbvio no caso dos exilados e refugiados, reconhecemos a complexidade da situação na escolha “forçada” dos imigrantes e migrantes que aliam os movimentos do sujeito à expulsão política e social.

Muitos que migram buscam, de certa forma, ampliar horizontes, conquistas, promover deslocamentos psíquicos ou mesmo romper apegos melancólicos a estilos de vida estagnados e superados. Mas é nas migrações forçadas pela violência e miséria, como no caso principalmente dos refugiados ou dos migrantes, que a dimensão do perdido e a dificuldade de se localizar no mundo tomam um lugar primordial e podem promover efeitos de desenraizamento ou de desterritorialização.

Assim, a migração, os atos de errância e nomadismo, não são maldição ou benção, mas uma possibilidade do sujeito que, em seu movimento de exílio, regresso e solidão, pode estabelecer uma abertura radical e primeira ao Outro, anterior a qualquer identidade. Exílio e identidade não andam juntos, pois a verdade do exílio impede toda relação fixa do poder com um indivíduo ou grupo, assim como a unidade-identidade. O olhar do imigrante pode ser perturbador para a cidade. (E se inverte a relação analista-analisando).

É preciso destacar que a imigração é processo que articula motivações sociais, políticas, econômicas e subjetivas. Assim, a relação com a nova terra terá as marcas desses processos. Essa condição de imigrante e de refugiado propicia, sem dúvida — e é o que observamos — toda sorte de manipulações e abusos. A questão política se destaca, pois as pessoas que estão em situação irregular, não documentadas, são levadas a agir respondendo à urgência. Pressionado, desenraizado, o sujeito deixa-se emaranhar nas garras do instantâneo, do reagir em vez do agir. Então o perdido torna-se um obstáculo e se cristaliza, seja numa emissão de documentos, em empregos precários, sejam em casamentos arranjados ou em filhos gerados para legalização, estratégias que supostamente decidiriam a posição do sujeito. No caso dos refugiados, a emissão de um documento situa-o na condição de “protegido”, o que nem sempre corresponde à realidade do fato, pois, na maioria das vezes, o país o recebe, mas não lhe oferece meios para a sobrevivência econômica.

O espaço da Casa do Migrante, então, revela-se como estratégico, social e subjetivamente e se constata que seus usuários se apropriam desse espaço a seu modo. A Casa é um reflexo, em miniatura, dos problemas da globalização. A própria

condição da Casa já aponta uma contradição do Estado, na medida em que ela abriga a condição ilegal de muitos migrantes. No abrigo eles encontram um lugar para ficar, mas, contraditoriamente, não “pertencem” ao lugar.

Nossa proposta é de circular a palavra nesse espaço diferenciado, onde convivem pessoas de línguas, culturas, classes e origens diferentes. O trabalho realizado nesse sentido envolve várias atividades, utilizando-se instrumentos e materiais diversos, destacando-se sempre a ação da palavra.

Assim, nas várias oficinas temáticas realizadas, os temas foram selecionados de acordo com as próprias produções dos usuários da Casa e dos acontecimentos na cidade. Chegada, saída, abrigo, terra natal, canções da terra, cidade, polícia, violência, dialetos, artesanato e outros temas foram abordados por meio de desenhos, pinturas, colagens, música e, na maioria das vezes, por debates em grupo. O objetivo é permitir que os imigrantes, migrantes e refugiados pudessem, pelos relatos pessoais, buscar novos significantes para narrar as suas experiências de deslocamento. Essa é a direção da prática psicanalítica clínico-política, campo epistemológico ético e político que leva em conta as especificidades dos sujeitos e as vicissitudes de suas demandas em contextos de exclusão e violência e que abre inúmeras questões.

4.2 IMIGRAÇÃO FORÇADA: A DIMENSÃO SÓCIO-POLÍTICA DO SOFRIMENTO E A TRANSMISSÃO DA HISTÓRIA¹⁴⁴

Nesse trabalho visamos destacar a dimensão sócio-política do sofrimento, particularmente na situação da imigração forçada por situações de guerra e por violências. Abordamos também a superação da angústia e das violências e a transmissão da experiência vivida aos filhos, assim como as facetas das verdades que estão em jogo na guerra.

¹⁴⁴ ROSA, Miriam Debieux. Imigração forçada: A dimensão sócio-política do sofrimento e a transmissão da história. In: ROSA, Miriam Debieux; CARIGNATO, Taeco Toma; ALENCAR, Sandra Luiza de Souza (Org.) *Política e Desejo: desafios e perspectivas no campo da migração e refúgio*. 1ed. São Paulo: Max Limonad, 2013, vol.1. p. 83-98.

Na direção da complexidade que está em jogo na questão da verdade, constata-se que a violência é, fundamentalmente, fratricida. Não há vencedores na destruição do outro, pois o objeto destruído não lhe é inteiramente externo e a destruição retorna de vários modos, seja sobre o sujeito, seja sobre a comunidade à que pertence, e ressoa por gerações.

A violência destrói a diferença — é monótona e repetitiva. Já o processo de construção da história opera uma dialetização que, ao dar nomes e lugares, constrói história, separa o passado do presente, permite localizar as feridas e elaborar as dores e pode inibir as repetições sintomáticas.

Nesta apresentação vamos focar na situação da imigração forçada por situações de guerra, violências e nas questões que atormentam o imigrante, tais como a angústia e superação das violências e a transmissão da experiência vivida aos filhos, abordando facetas das verdades que estão em jogo na guerra. Nossa estratégia é abordar essas questões pela via de uma produção cultural, como o filme *Incêndios*, dirigido por Denis Villeneuve, e inspirado na peça do mesmo nome do libanês radicado no Canadá, Wadji Mouawad. O filme é hábil em tratar, a partir de uma realidade específica — a Palestina —, questões que transcendem as situadas no filme para evocar inúmeras outras realidades, inclusive aquelas em que se vivem as chamadas guerras sem nome, mas igualmente mortíferas, traçadas contra os ditos estranhos e estrangeiros, seja pela nacionalidade, religião, cultura ou classe social.

Nosso foco nesta apresentação será a questão dos imigrantes e refugiados através do drama da personagem, a sua transformação no processo de guerra e imigração e o impasse em contar sua história aos filhos. A parte da questão que vou visar será pela via da situação do imigrante que, tendo vivido traumas, é forçado a sair de seu país por situações de guerra, violências. Como superá-las? O que transmitir aos filhos? Que verdade está em jogo na guerra?

No filme somos apresentados a muitas facetas de Nawal — a jovem apaixonada por um refugiado, a dor frente ao assassinato do amado pelos irmãos e à separação do filho que lhe é arrancado pela família; a jovem militante que luta com as armas da palavra, na universidade e no jornalismo; a destemida mãe que enfrenta a guerra para

recuperar o filho, a militante guerreira que mata o líder inimigo; a mulher que canta na prisão e enfrenta torturas e estupros, e a imigrante alquebrada, estranha e louca, como se apresenta para os filhos.

Vamos ver passo a passo com se opera essa trama, considerando Lacan, quando diz:

O inconsciente é esse capítulo da minha história marcado por um branco ou ocupado por uma mentira; é o capítulo censurado. E acrescenta: “Mas a verdade pode ser reencontrada: freqüentemente já está escrita em Outra parte. Ou seja: — nos monumentos: meu corpo, isto é, o núcleo histérico da neurose onde o sintoma histérico mostra a estrutura de uma linguagem e se decifra como uma inscrição que, uma vez recolhida, pode, sem perda grave, ser destruída; — nos documentos de arquivos também: e são as recordações de minha infância, impenetráveis como eles, quando eu não conheço a proveniência; — na evolução semântica: e isto responde ao estoque e às acepções do vocabulário que me é particular, assim como ao estilo de minha vida e a meu caráter; — nas tradições também, e mesmo nas lendas que, sob uma forma heroicizada, veiculam minha história; — nos rastros, enfim, que conservam inevitavelmente as distorções, necessárias para emendar o capítulo adulterado nos capítulos que o enquadram, e das quais minha exegese restabelecerá o sentido.”¹⁴⁵

4.2.1 A imigrante, a estranha e seu silêncio

O silêncio é uma constante nos sujeitos que se confrontam com a face obscena do Outro, produto de uma perda do laço identificatório com o semelhante. A violência do outro/semelhante promove um abalo narcísico que lança o sujeito à angústia e ao desamparo, que desarticula seu lugar na história, sua ficção de si mesmo e promove um sem-lugar no discurso. Sem poder dar um contorno simbólico ao acontecimento para situar sua dor e perda, para produzir um sintoma, uma versão dos acontecimentos, o sujeito vê-se impossibilitado de construir uma demanda para um outro/semelhante e se cala.

No filme, o impacto da descoberta da verdade da guerra e do destino de seu filho dá-se em dois tempos — primeiro para Nawal e depois para seus filhos. A trama não

¹⁴⁵ LACAN, Jacques [1953] Função e campo da linguagem em Psicanálise. In: ____ *Escritos I*, Ed. Perspectiva, Rio de Janeiro, 1978, p.124.

finaliza na descoberta — é a descoberta que põe em marcha a trama do filme, promove movimento e reabre toda a cadeia de sentidos para Nawal, até então adormecida na melancolia.

O impacto do encontro de Nawal com o filho/torturador a move para uma tarefa enquanto sujeito amoroso e desejante; tarefa que não pode cumprir sozinha. Convoca seus filhos para resgatar a sua história e a deles próprios, não como uma realidade trágica e mortífera, mas contextualizando os acontecimentos, suas determinações, de tal modo que ficasse evidente o absurdo do ódio e da violência. Desta forma, sua morte não encerra a história, mas abre a esperança de interrupção da corrente de ódio para construir outro destino. Não é a verdade que destrói, ilustra o filme; pelo contrário, possibilita a elaboração. Produz em Nawal a possibilidade de transmissão da sua história e da história do seu país, para além das paixões do ser, como nomeia Lacan¹⁴⁶ — amor, ódio e ignorância.

A ignorância caracteriza-se como um excesso de significado, dando ao conhecido um caráter absoluto como se fosse “a verdade”, inteira, última. Por exemplo, Simon acha que sabe o que se passa com a mãe. Recua em saber da filiação, da história da sua família e do que lhe cabe nela. Aliena-se no conforto de uma filiação imaginária no país estrangeiro. Mas sua história o enlaça de uma ou outra forma, na elaboração, no sintoma ou na repetição. Aqui retomamos o ângulo da transmissão que se opera de outro modo, à revelia do sujeito e sem elaboração. Não dizer tem efeitos para as outras gerações.¹⁴⁷ O não-dito pode, na impossibilidade de articular os saberes, ser expresso em sintomas, angústias ou inibições, ou gerar repetições em ato, repetição desatualizada e fora do contexto. Pode abrir para a ignorância, protagonizada no filme pelo filho Simon, que não quer saber de nada da história da mãe e dele próprio, alienando-se em angústia sem história, na ignorância.

Entre a ignorância e os fatos há outra posição do sujeito frente ao saber. Para construir uma história não basta uma sequência de fatos: trata-se da produção de tramas de significâncias, tramas de sentido. Não se tratava de conhecer a verdade,

¹⁴⁶ LACAN, Jacques. [1972-73] *O Seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

¹⁴⁷ ROSA, Miriam Debieux. *Histórias que não se contam: o não dito na clínica com crianças e adolescentes*. 2ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, vol.1, 2009, 162p.

pura, inteira. No testamento, Nawal já sabia o desfecho da história, onde estava o filho e o torturador. O que ela transmitiu foi o desejo de saber, a condução do sujeito a uma complexidade. Essa é a posição de Jeanne que, a partir do pedido da mãe, procura, não a verdade total, mas atualizar a promessa da mãe, de amor ao filho perdido e, com esse início, traça a sua própria trajetória para encontrar a sua história. Nawal convoca Jeanne que convoca o irmão também pelo voto de amor. Simon vai ao Líbano, de início para buscar a irmã, mas começa sua própria trajetória que lhe exige deslocamentos territoriais e subjetivos, não só conhecimento, mas experiência.

O desejo de saber supõe o insabido, o enigma, a incógnita. Isto exige um percurso, um trabalho: começar sobre o que se sabe e ir atrás das inscrições. Nawal, da impotência da vítima, passa à impossibilidade, o que indica ter assentido ao limite de seu poder — toda a cena histórica está em jogo e não só ela e seu fracasso com o filho e o torturador. Percebe sua própria impossibilidade de dar conta de tudo, seu limite, o que a auxilia a traçar estratégias para seus objetivos. Quando conta com os filhos para dar continuidade à sua história dizemos que se opera uma divisão no sujeito, em Nawal. Ela, que fora quebrada, derrotada, reduzida por inteiro a um objeto degradado do outro — a puta do 72 — , retoma sua posição de um desejo por se fazer. Como sujeito recoloca-se na trama com potência, potência perdida no decorrer de sua trajetória — potência de transmitir, para além dos fatos, um voto de desejo e amor que intercepte a força cega do ódio. Nawal recupera seu endereçamento ao outro e o faz de modo destacado, sem concessões, que não deixa desaparecer as consequências do rastro de ódio — faz duas cartas, ao filho e ao torturador.

Na direção da complexidade que está em jogo na questão da verdade é importante que o nó central da trama tenha sido transmitido por uma equação: $1+1=1$. Nesse desfecho do filme e, ao mesmo tempo, abertura da trama, não há um sentido último: não se trata apenas de que o pai é o irmão ou mesmo que o filho é o torturador. O âmago dessa descoberta está na constatação de que a violência é, fundamentalmente, fraticida. Mais uma vez, a psicanálise ajuda elucidar o processo. Tínhamos uma dicotomia entre pessoas amáveis (filho) e odiosas (torturador) e Nawal apagada em sua possibilidade de dizer. Com a constatação de que ambos são uma

única pessoa, Nawal se reposiciona subjetivamente de vítima para testemunha da história.

O filme “Incêndios” nos convoca a entender que nenhuma tragédia, por mais desgraçada e vil, fica impassível diante do desejo que, em sua dimensão de ato, remete à política e, nesta medida, é capaz de reinventar a história. Aqui, política e psicanálise nos ajudam a entender. Explico: a ambivalência está no cerne do sujeito e da agressividade que habita cada um, ou seja, amor e ódio são dirigidos ao mesmo objeto e o ódio está sempre presente como potencialidade. Outro ponto: o objeto do ódio não é inteiramente externo ao sujeito, é extimo, expressão de Lacan utilizada para evidenciar a condição de algo que é, ao mesmo tempo, externo e íntimo; a impressão de que o outro é inteiramente externo a mim é uma produção paranóica do sujeito.

Há duas consequências: não há vencedores na destruição do outro, pois o objeto destruído não lhe é inteiramente externo, e a destruição retorna de vários modos, como dissemos acima, seja sobre o sujeito ou sobre a comunidade à que pertence, e ressoa por gerações.

Pôr em ato amor, ódio ou destruição é escolha e responsabilidade do sujeito – mas o ultrapassa. Põe em jogo, de um lado, a trama pulsional do sujeito e também a trama política, ideológica ou cultural de uma dada comunidade que sustenta tal ato. Torna-se um fato social, de responsabilidade coletiva.

Nessa direção, não há apego a sentidos imaginários, mas a determinação à descoberta da verdade, da história. A dialetização opera pela presença do enigma e pela determinação do desejo de saber em oposição à certeza opaca própria da ignorância. Veremos que a busca da verdade não traumatiza; pelo contrário, dá nomes e lugares, constrói história, separa o passado do presente, permite localizar as feridas e elaborar as dores — inibe as repetições sintomáticas.

4.3 IMIGRAÇÃO FORÇADA: DO IMAGINÁRIO TRAUMÁTICO ÀS INTERVENÇÕES CLÍNICO-POLÍTICAS¹⁴⁸

Esse trabalho aborda, com os recursos teóricos, clínicos e éticos da psicanálise, estratégias clínico-políticas para as intervenções junto aos sujeitos sob o impacto da imigração forçada, junto a imigrantes e refugiados recém-chegados. A experiência de escuta psicanalítica aqui abordada refere-se à imigração forçada, seja por motivações políticas, étnicas, religiosas, climáticas ou econômicas de refugiados abrigados em albergue da cidade de São Paulo, Brasil.

De início, marcamos uma posição crítica à proliferação da utilização da concepção de trauma, ou diagnósticos psiquiátricos tais como o Stress Pós-Traumático (PST) para caracterizar os imigrantes e refugiados. Sem tempo para nos alongar neste tema, observamos que as intervenções com essa base operam sob o signo imaginário da urgência, na lógica tutelar e moralista do cuidado e na dimensão do controle biopolítico¹⁴⁸.

Nossa crítica enfatiza que a ênfase nos efeitos da violência despolitiza o acontecimento e reduz o sujeito à condição de vítima de violências. Ficam excluídas tanto as dimensões políticas na base dos acontecimentos violentos, como a dimensão de escolha do sujeito nesses acontecimentos e a sua possibilidade de processar e retomar sua posição subjetiva e política, elementos que pensamos fundamentais na intervenção clínica e política junto a essas pessoas.

Entendemos que há especificidades nesse momento e nas intervenções clínicas próprias a ele. Compreender o que está em jogo elucida modos de intervenção que abrangem aqueles que ficam, muitas vezes anos, presos aos processos desse *tempo de partir* com seus efeitos subjetivos, tais como o silenciamento de sua história, a interrupção associativa, a dificuldades no laço social restrito a demandas concretas e pontuais e, muitas vezes, a modos evasivos que os fazem parecer estranhos ou loucos.

¹⁴⁸ ROSA, Miriam Debieux. Immigration forcée : de l'imaginaire traumatique aux interventions clinico-politiques. Prelo. *Nouvelle revue de psychosociologie*, Paris: Editions ERES.

¹⁴⁸ FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. *L'empire du traumatisme*: enquête sur la condition de victime. Paris: Éditions Flammarion, 2011.

Partir da pátria envolve uma escolha seja por fuga da pobreza, de catástrofes ou de perseguição política. As pessoas partem, tendo enfrentado o horror dos abusos de poder, deixando a terra arrasada, mas também sua infância, pessoas queridas, sua história. A hora da partida, a cena, seus motivos e intensidades são partes fundamentais na construção da cena e do relato.

Há um impacto *a posteriori* ao rever a lógica que leva o sujeito a partir, deixando para trás laços afetivos e compromissos pessoais e políticos, sua história, língua e o mundo que o constituiu, para lançar-se em outro lugar, lugar estranho para ele e onde ele é estranho para o outro. Olhar para o que o deixou para trás e suas consequências pode ser, para alguns, um excesso que desestabiliza o sujeito de um lugar no discurso e o lança na dimensão do desamparo.

Essas situações remetem à angústia intensa frente à perda de laços afetivos fundamentais à segurança subjetiva das pessoas, perda esta muitas vezes relacionada à culpa do sobrevivente, experiência descrita pelos sobreviventes do holocausto. Além das dores e humilhações a que são expostos, sobrevivem questões acerca de sua própria ética e culpa relativa ao desfecho dos seus familiares, com dúvidas sobre sua possibilidade de sobreviver enquanto os outros morreram. Crises de angústia, desejo de morte e tentativas de suicídio nos demandam intervenções certas. Nossos manejos visam relançar o sujeito em sua trajetória e história. Como resultado, pudemos testemunhar como alguns passavam a dizer “não posso morrer”, seja para testemunhar o ocorrido, seja para dar andamento à trajetória da família.

Outros casos remetem-nos a abalos psíquicos estruturais e impossibilidades de reorganização. A questão diagnóstica nesses casos não pode ser fechada supondo haver estrutura previamente psicótica que explicasse as dificuldades desses sujeitos, sob pena de desconsideração dos efeitos disruptivos das situações traumáticas. Em outros casos o exílio forçado pela violência, abandono ou miséria lança o sujeito em uma errância sem fim.

É nesse sentido que recorremos a J. Lacan¹⁴⁹ para separar a violência do acontecimento da dimensão traumática do sujeito, para deslocar a questão dos efeitos do acontecimento a fim de indicar a solução imaginária em que o sujeito reduz o acontecimento (saber) à verdade, *a posteriori* do acontecimento. O acontecimento traumático fica configurado como sendo aquele onde a verdade e o saber coincidem univocamente, ou seja, sem separação e sem lugar ao equívoco; nele a contingência do acidente é tomada como verdade, onde se verifica um fechamento da pergunta pela causa. Lacan estabelece a diferença entre o acontecimento traumático e a dimensão do trauma como furo, como “trou”, que articula angústia e desejo, em seu tempo próprio, *a posteriori*. Lá onde não há relação sexual - isso produz *troumatismo* - inventamos um truque para preencher o furo (*trou*) no Real - inventa-se o que se pode.

Por essa razão, temos elementos para pensar a tática e estratégia na intervenção clínica. Com a intervenção, o sujeito pode retomar sua causa e articular angústia e desejo, considerando diferentes tempos para formular uma narrativa e contar uma saga que o situe em sua história e na história da comunidade.

Pensamos que o acontecimento é violento e não traumático. E diante da violência, a psicanálise não pode recuar, mas precisa atentar à especificidade de seu processo nesses casos. O acontecimento violento, além da dor que provoca no sujeito, quer impor a ele sua verdade subjetiva e política. Impõe-se de modo totalitário, pois transforma a contingência na verdade última dos fatos, reduzindo o sujeito a um resto. Nesse registro imaginário saber sobre o acontecimento significaria saber a verdade última dos fatos, sem sujeito.

A violência opera fazendo coincidir a verdade e o saber, sem separação e sem lugar ao equívoco e ao trabalho psíquico do sujeito. Ela incide no sujeito ao fazer imperar o excesso de consistência atribuída ao acontecimento. O traumático faz-se quando o sujeito, diante do desamparo que lhe é constitutivo, ou do “trou”, vazio que o habita, recua nesse embate com a violência obscena do Outro — lança o sujeito no impedimento do esquecimento ou do recalçamento necessário para tomar seu lugar no

¹⁴⁹ LACAN, Jacques [1973-1974] *O Seminário, livro 21: les non-dupes errent*, inédito. Aula de 20 de novembro de 1973.

acontecimento e para a tramitação do trauma. E, muitas vezes, no lugar representação da experiência, no lugar do significante que possibilite apresentar a ausência do Outro sob um véu, apresentam-se imagens, manifestações ao modo da loucura individual ou coletiva¹⁵⁰. Há uma loucura característica desta dor, diferente das psicoses, e expressa pelo estranhamento.

Para sustentar a partida, um trabalho precisa ser realizado. Em tal trabalho, os termos se invertem: a partida é sempre uma escolha – uma escolha forçada por viver, por construir um novo lugar para existir no mundo. Indica um posicionamento frente à vergonha e à culpa pelos crimes cometidos no processo. E sempre há crimes nesse processo de existir na exterioridade do Outro que o constitui. Sem haver-se com a escolha, a ferida aberta não permite reconstrução. Uma escolha desvela publicamente a divisão do sujeito, sua pulsão, sua sexualidade; indica um mais além das identificações sociais, a transgressão das fronteiras culturais – a alteridade que o habita. Nesse processo há um jogo de alienação e separação.

Aqui cabe um breve desenvolvimento sobre alienação e separação, segundo Lacan¹⁵¹. A ignorância — posição de alienação — caracteriza-se como um excesso de significado, dando ao conhecido um caráter absoluto como se fosse “a verdade”, inteira, última. Entre a ignorância e os fatos há outra posição do sujeito frente ao saber. Destacamos a proposta de Lacan a partir da concepção de que, pela alienação, o sujeito se encontra dividido entre o ser e o sentido, situando-se nessa divisão, nessa fenda. É nessa fenda que o sujeito se estrutura. É com o conhecido exemplo “*a bolsa ou a vida*”¹⁵² que o autor formaliza sua definição de alienação. No seio dessa aparente encruzilhada, qualquer escolha (a da bolsa implica a perda das duas, e a da vida implica a escolha de uma vida, sem a bolsa) resulta em perda, não apenas na perda do que não se escolheu, mas numa perda intrínseca à escolha efetuada.

¹⁵⁰ LACAN, Jacques. O Seminário, livro 6. O desejo e sua interpretação. Trad. da Associação Psicanalítica de Porto Alegre a partir do texto estabelecido pela Association Freudienne Internationale, 2002.

¹⁵¹ LACAN, Jacques [1964]. O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise. Tradução M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

¹⁵² _____. [1964]. Obra citada.

A partir da palavra *separação*, Lacan faz uma espécie de jogo de palavras, remetendo a um "engendrar-se", sentido pelo qual a separação promove algum acesso à liberdade, ainda que limitada. Separação supõe desaparecimento — parir-se, partir-se, apagar, esquecer. Evoca uma liberdade, uma vontade de sair, uma vontade de saber o que se é para além daquilo que o Outro possa dizer, para além daquilo inscrito no Outro.

Lacan dá uma bela imagem da separação: "O sujeito vem jogar sua partida"¹⁵³. Contudo, *jogar sua partida* implica apropriar-se das regras e instrumentos do Outro, e isso só se dá a partir da possibilidade do reconhecimento da dívida simbólica que inicialmente nos constitui.

Elementos dessa virada estão presentes nos processos dos exilados por nós acompanhados, como veremos a seguir.

No tempo de partir e esquecer, para poder retomar um caminho, e o longo processo do luto, elaboração e construção da narrativa da vida e história de um sujeito, uma geração ou uma nação, cabem algumas estratégias específicas que envolvem a separação de um tempo da vida para outro, a busca de novas referências ou um novo nome do Pai, como diria Lacan¹⁵⁴.

No primeiro passo, a intervenção pede um tempo, um intervalo, um adiamento e um cuidado possível para o sujeito se situar diante da angústia, um cuidado quase maternal. A proposta do abrigo para imigrantes, a Casa do Migrante, faz um tanto dessa função.

Elementos dessa virada estão presentes nos processos dos refugiados por nós acompanhados. Ivo (nome fictício) de volta ao lar, com o irmão, africanos do Congo, encontraram sua casa, com os pais e outros irmãos, incendiada por rebeldes. Em pânico, os irmãos fogem, cada um em uma direção, para garantir chances de sobrevivência para pelo menos um deles. Ivo vem parar no Brasil. Tem insônia e crises de angústia com as imagens da casa incendiada. Ao contar a sua história consegue destacar qual sofrimento é mais perturbador: não saber o destino ou paradeiro do irmão

¹⁵³ _____. [1964]. Obra citada.

¹⁵⁴ LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 14: a lógica do fantasma*. Seminário inédito, aula de 10/05/67, 1967.

ou não ter como ou onde procurá-lo. Esta localização de um ponto de partida permite uma ação do sujeito. Hassab (nome fictício) quer morrer e tenta se matar. Depois de assassinados seus pais, por questões políticas em Angola, foge e, ao chegar ao Brasil, tem a notícia que as duas irmãs que ficaram no pai também foram assassinadas. Atormentado pela culpa de ter partido, não vê mais sentido em continuar a vida. Relembrando o ideal dos pais, professores, pode recompor-se e dar um destino para si: almeja retomar os estudos. Um homem do Sri Lanka tinha por ideia/ideal “fazer o mundo conhecer” a situação de violação de direitos humanos pela qual passa o seu país. Segundo ele há um tipo de discriminação que se traduz por toda sorte de violências e abusos, até homicídios cometidos pela população e pelas forças armadas do país, contra os “Tamil”, uma minoria linguística.

Nesses casos, menos do que contar, contar-se e transmitir, testemunhamos a torção da posição de vítimas do Outro, forçados a uma fuga, torturados pela culpa e vergonha, para a posição de escolha pela vida em detrimento do sentido. Não se trata de conhecer a verdade, pura, inteira. O desejo de saber supõe o insabido, o enigma, a incógnita. Isso exige um percurso, um trabalho. Começar sobre o que se sabe. E ir atrás das inscrições. Algo de separação opera para o sujeito reinventar uma trajetória e poder jogar sua partida. Algo partiu-se, pariu-se.

A escuta do processo de escolher a partida ou fuga imposta do país, momento produzido fora da transferência, interroga-nos sobre o que cabe ao analista, levando em consideração que esse momento foi produzido em função do excesso de consistência do Outro, que produz um silêncio mortífero, que pode ser vivido por uma vida inteira.

Há uma clínica possível quando pensamos que o traumático do sujeito está em seu retorno ao acontecimento, no detalhe que o capturou para além da violência e do gozo do outro. Desse modo é possível despotencializar a violência para retomar o lugar de sujeito na cena.

Nessa medida, e considerando os tempos desse trabalho, particularmente o tempo de esquecer, ofertamos nossa escuta com características peculiares, tal como a de comparecer ao território, psíquico e geográfico, em que circula o sujeito ainda impossibilitado de processar uma demanda ao outro. Por isso, um dos dispositivos será

escutá-los na própria moradia do sujeito, na Casa do Migrante, e literalmente provocar, com nossa presença e abordagem, o laço social.

A partir destas considerações pode-se conceber um trabalho clínico que possibilite a construção da posição de testemunha, transmissora da cultura, como diz Hassoun¹⁵⁵, que componha a trama ficcional pela elaboração não-toda do luto impossível de significar, na transformação do trauma em experiência compartilhada. Este é o tema do capítulo do livro *Escritas da migração: momento de partir, tempo de esquecer, tempo de contar*¹⁵⁶, que indica os elementos que movem e promovem o tempo de contar uma saga que situe o sujeito em sua história e na história da comunidade.

Algumas dimensões estão presentes nas várias narrativas: o endereçamento, a posição enunciativa, a referência às perdas, uma escolha, uma partida, um esquecimento, o reconhecimento e seus rastros, um tempo *a posteriori*, um elemento disparador da narrativa. Indicamos diferentes tempos para o sujeito formular uma narrativa e contar uma saga que o situe em sua história e na história da comunidade.

Pensamos nesse registro em três tempos: o momento de partir, tempo de esquecer e tempo de contar. Cada tempo evoca um modo diferenciado de registro da presença, acolhimento e escuta. A narrativa tem um tempo diferente da dimensão do acontecimento em andamento — contar antecipado pode fixar, enrijecer e estagnar um desenrolar de acontecimentos sem sentido, que só depois terão sua significação. As narrativas inicialmente enfocam a partida — geralmente forçada — e as escolhas que se processaram e só depois, na própria transmissão, serão ressignificadas.

Os desafios são muitos e as táticas e os dispositivos de intervenção precisam ser inventados a cada caso. Destacamos: dificuldades de expressão em língua não materna; a intervenção em que as questões de desigualdade somam-se às das diferenças culturais, produzindo estranhamentos e dificuldades de lado a lado; a intervenção em campo multidisciplinar em situação de extrema carência dos direitos

¹⁵⁵ HASSOUN, Jacques. *Los contrabandistas de la memoria*. Col. Inconsciente Y Cultura. Buenos Aires: Ediciones de la Flor S. R. L. , 1996.

¹⁵⁶ ROSA, Miriam Debieux. *Escritas da migração: momento de partir, tempo de esquecer, tempo de contar*. In: COSTA, Ana; RINALDI, Doris (Org.) *Linguagem e escritas do corpo*. 1ed, Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2014, vol. 1. p. 203-2017.

humanos e sociais; a intervenção em campo não típico das práticas de psicologia/psicanálise; o desconhecimento das práticas da psicologia e psicanálise por parte de vários refugiados; questões de gênero intervindo na abordagem psicológica; as demandas objetivas e urgentes, e a posição de desconfiança quanto a qualquer laço.

À desconfiança, fruto da situação política de onde vieram e às reais perseguições, soma-se e/ou confunde-se com a desorganização subjetiva decorrente das violências e migração forçada, além do estranhamento cultural quanto ao lugar do psicólogo/psicanalista; os cuidados para não patologizar processos sociais ou desprezar cuidados psíquicos necessários.

Insistimos com nossa presença. Para nós, saúde mental não é especialidade, é um direito e condição de luta pela cidadania. Os encaminhamentos para atendimento psicanalítico, psiquiátrico ou outros são parte do nosso trabalho, que pretende ser mais abrangente.

Nossa presença permite dar oportunidade aos abrigados de organizar uma narrativa sobre sua história, sobre os motivos de sua saída do país, e de refletir sobre como os processos políticos sociais e subjetivos os enredam numa trama difícil de se situarem. A ênfase está na dialetização das demandas, no manejo da angústia e do luto para a construção de narrativas, e na produção de laços sociais, apesar das diferenças culturais e das violências vividas.

5. VITIMIZAÇÃO, IMPLICAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO DO SUJEITO E DO CAMPO SOCIAL

Em práticas clínico-políticas que levam em conta os contextos produtores de laços sociais violentos, algumas diretrizes precisam ser retomadas. Posicionamentos sobre a vitimização, implicação e responsabilização são questões que perpassam os trabalhos junto a adolescentes em conflito com a lei. As intervenções que visam à implicação e responsabilidade do sujeito e do campo social enfrentam, na tática clínica, a problemática relativa aos discursos que o regem. Desta feita, nesses textos há um diálogo da psicanálise com o discurso jurídico e mesmo um enfrentamento da judicialização do conflito de modo a contribuir na formulação de novos discursos para as políticas públicas. Embora escritos a partir de experiências clínicas com adolescentes, elucidam aspectos da direção do tratamento em outros contextos de violências.

O processo de vitimização é tema do primeiro artigo deste capítulo. *Em busca de novas abordagens para a violência de gênero: a desconstrução da vítima*, que aborda a questão via violência de gênero. Baseada na experiência e na dissertação de mestrado de Marta Cerruti, primeira autora do artigo, traz elementos para as práticas clínicas que operam nesses contextos e para as políticas públicas no tema.

A Profa. Dra. Maria Cristina G. Vicentin, coordenadora do Núcleo de Lógicas institucionais e coletivas do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP, tem um consistente percurso de intervenção e produção acadêmica no campo da infância e da adolescência, particularmente na interface com o direito, no que se refere à adolescência em conflito com a lei. Com a sua experiência e em parceria com o Núcleo Psicanálise e Política e o Laboratório Psicanálise e Sociedade (IP-USP), coordenados por mim, temos nos posicionado em relação à fronteira entre subjetividade e direito, este aqui entendido como o conjunto discursivo que norteia as práticas jurídicas instituídas e vigentes num dado momento histórico. Também temos

contribuído para a formulação de parâmetros ético-políticos no tocante às intervenções no *campo psi-jurídico*, sejam clínicas sejam políticas. Várias pesquisas e diversos artigos com a temática adolescente foram escritos nessa parceria, mas destaquei estes para compor no tema desse trabalho.

Essa equipe, afinada na direção ético-política, integrou uma experiência de implantação da justiça restaurativa em São Paulo. Nessa experiência pautada na responsabilidade individual e comunitária frente às situações de rompimento do pacto social, aposta-se na restauração do pacto via circulação da palavra entre os envolvidos. O artigo *Da rivalidade à responsabilidade: reflexões sobre a justiça restaurativa a partir da psicanálise*, escrito em colaboração com Marta Cerruti, é fruto do deste trabalho. Nele, abordamos a possibilidade de ultrapassar uma posição de rivalidade para outra relação com o semelhante que lhe permita resgatar uma posição desejante, analisando cenas de intervenção junto a adolescentes em conflito como a lei.

Da pesquisa com a justiça restaurativa os múltiplos sentidos do conceito de responsabilidade vão ficando evidentes, e outra pesquisa é desenvolvida na direção do conceito, nos diversos campos, principalmente o jurídico, na psicanálise e em Foucault. A temática da responsabilidade e responsabilização destacou-se como central para avançar na interlocução psicologia/psicanálise e direito. A mesma equipe, coordenada por Maria Cristina Vicentin e por mim, com a estreita colaboração de Adriana Borghi, Ana Lucia Catão, Marta Cerruti e outros integrantes, trabalhou na pesquisa *Responsabilidade e responsabilização: diálogos entre psicologia, psicanálise e Sistema de Justiça Juvenil*, financiado pelo CNPq de 2010 a 2013. Os artigos que seguem aqui são fruto dessa pesquisa. Junto com Sergio Prudente, que desenvolvia doutorado sobre vergonha e sua diferença com a culpa, escrevemos dois artigos. O artigo *Responsabiliz(AÇÃO): a responsabilidade do sujeito e o dever jurídico* foi publicado em 2014 no número especial da revista IBICCRIM por nós organizada que traz um conjunto interdisciplinar de textos sobre responsabilidade. *À guisa de uma compreensão psicanalítica sobre a responsabilidade* foi aceito para publicação na Revista Ágora. Nesses dois textos debatemos o estatuto da responsabilização, da implicação e do assentimento subjetivo nos contextos violentos onde se trata muito mais de um

rompimento com esse discurso do que com a adesão/implicação nele, como veremos a seguir.

5.1 EM BUSCA DE NOVAS ABORDAGENS PARA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A DESCONSTRUÇÃO DA VÍTIMA

Esse artigo¹⁵⁸, de 2008, encabeçado por Marta Cerruti, e do qual sou co-autora, parte do exame crítico dos fundamentos das políticas públicas de assistência ao fenômeno da violência entre homens e mulheres no ambiente doméstico, sobretudo naquilo que se refere às mulheres. Esse exame indica que tais políticas abordam o fenômeno pela via do discurso jurídico, com base em uma concepção de que há uma relação binária agressor/vítima claramente delineada, na qual a mulher é tida como vítima fraca e vulnerável, carente de proteção e merecedora de uma assistência jurídica específica.

O interesse desse tema estende-se para outras situações de violência e fundamenta a contextualização da vitimização tanto do ponto de vista da política pública como das práticas clínico-políticas

Esse artigo demonstra o processo da construção da vítima sob dois ângulos. De um lado aborda, com os instrumentos da psicanálise, a posição subjetiva, especialmente através dos conceitos de eu, narcisismo, masoquismo fundamental e implicação subjetiva. Trata a questão de modo a elucidar identidades imaginárias, ambivalências e feridas narcísicas cotejadas com as contribuições lacanianas que permitem que se compreenda o caráter imaginário da posição da vítima.

De outro lado, examina o modo pelo qual o discurso jurídico articula-se à dimensão subjetiva, contribuindo para a vitimização. Consideramos necessário ressaltar o quanto a resignação a uma condição vitimada, acompanhada de uma proteção dos dispositivos judiciais que reforça uma posição maniqueísta, pode acarretar justamente uma situação da qual as mulheres procuram sair: a de serem tratadas com objeto. É verdade que é o corpo da mulher que padece, mas sua vitimização, de forma

¹⁵⁸ CERRUTI, Marta Quaglia; ROSA, Miriam Debieux. Em busca de novas abordagens para a violência de gênero: a desconstrução da vítima. *Revista Mal-Estar e Subjetividade* (Impresso), v. 8, p. 1047-1076, 2008.

paradoxal, é o que a aprisiona a uma queixa infinita. O que nos parece relevante enfatizar é o equívoco presente na tentativa de reduzir a dor do sujeito a uma condição vitimizada, pois tal atitude pode vir a cooperar para a emergência de um sujeito que, fixado e enrijecido em uma posição, acaba por ficar apartado de qualquer implicação com sua própria narrativa. Identificamos como a fixidez em uma cena de caráter acusatório, presente no discurso vitimado das mulheres, impede também que o companheiro seja reconhecido como parceiro, falível e também siderado pelos acontecimentos.

A posição de vítima pode ser entendida como uma exaltação narcísica do eu, uma tentativa de preservar um projeto soberano do eu. E é sob esse ponto de vista, na figuração obscena e fascinante da vítima, que podemos articular os desígnios do ideal do eu como operador permanente do masoquismo primordial que carrega todas as suas terríveis consequências: recusa à cura e compulsão à repetição, ou, mais especificamente no caso desta reflexão, a monotonia discursiva do relato de uma cena

A narrativa da cena, e sua incessante repetição, têm o intuito de reunir mais e mais fatos que efetivamente denunciem a deslealdade do outro, levando-nos a inferir que a vítima carrega um valor já antecipado e garantido pelo Outro. Tal adesão a um discurso que se repete cada vez que a cena é relatada e que, por sua repetição, indica se tratar de uma eterna demanda de reconhecimento, parece configurar-se como uma tentativa de confirmar a existência de um bem natural, capaz de reencontrar uma harmonia perdida.

A relação das mulheres com as cenas que relatam parece obedecer a essa lógica que oscila entre, de um lado, a posição de se fazer objeto submetendo-se ao homem — ancoradas em sua integridade moral e sacrifícios em nome do amor, ou ainda na dedicação incondicional aos filhos — e, de outro, uma posição adversarial e ressentida que pretende punir e eliminar quem lhes causou tanto mal. Nessa posição, as mulheres demandam reconhecimento de uma identidade que, marcada pelo ressentimento, obscurece os movimentos desejantes, a implicação subjetiva de cada um na historicização dos acontecimentos, bem como perpetua uma posição de assujeitamento.

O risco, aqui, é que a condição de vítima leve o sujeito a buscar uma proteção absoluta, obedecendo à gramática do narcisismo primário. Busca essa que Freud¹⁵⁹ condensa na construção da fantasia “bate-se em uma criança”, na qual o filho se assujeita à imagem do pai soberano em nome da garantia ilusória de ser mais amado que os irmãos.

Em síntese, tanto a concepção freudiana, de que o eu é uma projeção da superfície do corpo, como a lacaniana, de que o eu é uma imagem especular, tal como uma miragem, revelam a radicalidade do campo fictício que o enunciado “eu sou isso” comporta. Nesse sentido, o eu não pode ser considerado o lugar da verdade do sujeito.

O que vai se delineando é, em termos da fantasia inconsciente, uma forma de satisfação pulsional paradoxal. A partir do entendimento de sua condição estruturante podemos compreender como o gozo masoquista opera uma forte resistência ao processo analítico, tal como descrito por Freud sob a denominação de “reação terapêutica negativa”. Analogamente, podemos evocar o apego da vítima ao seu sofrimento, suas reiteradas acusações e queixas contra quem a fez sofrer e sua relação monótona com a queixa, como uma expressão dessa resistência.

Cabe ressaltar que o fenômeno do masoquismo, em sua condição constituinte e estruturante, refere-se a uma modalidade de relação que o sujeito irá estabelecer com o outro, uma vez que o masoquismo se inscreve no cerne da constituição do campo fantasístico no qual o sujeito irá operar suas relações.

Se, como dissemos, o masoquismo revela sua condição de estrutura pelo fato de o sujeito ceder diante da antecendência do simbólico, algo bastante valioso ficará perdido se considerarmos o fenômeno da violência entre homens e mulheres como sempre circunscrito a uma modalidade patológica perversa. Destarte, deslocamos a banalização de tomar o ato de apanhar como masoquismo, no sentido popular do termo, para focar no discurso sobre o ato: o discurso da vítima como alienante e perversor da condição desejante.

¹⁵⁹ FREUD, Sigmund. [1919]. Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. EDIÇÃO standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol.17. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

Noutro ponto na compreensão psicanalítica de como se pode considerar a construção da vítima sob a perspectiva subjetiva, temos a radicalidade do questionamento que a psicanálise realiza quanto à solidez do conceito de identidade. A concepção da realidade psíquica implica o deslocamento de um ser naturalizado para um ser de desejo, motor de toda afetividade humana. Daí o risco da tentativa de definir uma identidade específica de vítima às mulheres, estabelecendo um discurso socialmente compartilhado, discurso esse que limita em muito a capacidade de ação das mulheres que vêm sofrendo violência.

O discurso jurídico, por ser normativo, trabalha sempre com categorias pré-existentes e se operacionaliza a partir de um saber sobre o sujeito já de antemão inscrito em seu próprio código. Trata-se de um saber que procura ordenar aquilo que se apresenta como puro não senso. Ao trabalhar com a categoria do *dever-ser*, o campo jurídico estabelece normas. É um discurso normativo, tal qual nos aponta Foucault¹⁶⁰, por ter como princípio a noção de que aquele que se afasta da norma instituída deverá receber uma sanção, cujo intuito é fazê-lo retornar ao interior da norma.

A adesão a um saber já produzido (as certezas do Outro do Direito) torna opacas as possíveis produções de saber do sujeito e o confina ao beco escuro da repetição e ao gozo masoquista. Uma configuração tal que leva os operadores da lei a poderem se acreditar aptos a fornecer condições que podem promover a sutura de um sujeito estruturalmente dividido. É justamente essa armadilha que pode ser advertida pela psicanálise, pois para ela trata-se da busca de uma resposta impossível.

Isso nos leva a pensar que o apelo à lei, a depender da escuta oferecida, mostra duas saídas possíveis: ou a adesão a um discurso jurídico incondicional, no qual o sujeito do desejo se perde, pois a oferta de uma resposta possível à dor de existir — no caso, o nome “vítima” — aparta o sujeito de sua condição desejante, bem como o afasta de qualquer possibilidade de se separar de uma solução fantasmática repetitiva, limitada e previsível; ou o caminho que a psicanálise abre, e que tem como base um saber que não é mais que suposto.

¹⁶⁰ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

Diante dessas considerações perguntamo-nos: quais são as possibilidades para que o laço com o outro se instale de maneira alteritária, e não referido ao assujeitamento acrítico? A resposta certamente se refere a uma questão ética: não assumir um discurso em que o sujeito seja colocado como vítima passiva do que lhe fizeram e que a lei soberana irá reparar, fixando-o eternamente nesse laço alienante. O sujeito deve ser convocado a se responsabilizar por seu desejo, desbancando o sujeito suposto saber do discurso jurídico e assumindo a falta, o vazio no qual supunha haver um saber do Outro.

A proposta segundo a qual cada cena relatada pode ser escutada em sua função significante, ou seja, pela relação que essa cena tem com outras cenas, e não presa a uma única possibilidade de significação, abre brecha para que se possa produzir a dúvida onde só havia a certeza. E esta é uma escuta que pode permitir que a mulher se interroque nos pontos em que, presa na dimensão imaginária da vítima, supunha tudo saber.

Em suma, trata-se de instaurar a dúvida no campo das certezas que regem a vida imaginária. A psicanálise nos adverte de que a demanda de amor, a demanda de um olhar soberano e protetor, acaba por se revelar uma forma de sucumbir à repetição, descortinando os efeitos deletérios do masoquismo originário. É necessário, então, partir em busca de uma prática na qual a palavra possa circular, criando campo para uma constante construção e reconstrução de uma narrativa individual, através da interrogação sobre o lugar que se ocupa na cartografia de poderes que modulam o laço social.

A assimetria entre as exigências de emancipação da mulher e a oferta de um serviço de assistência que lhe confere uma posição vitimizada é um dos campos nos quais a psicanálise pode e deve se pronunciar. Isso não se traduz em pregar que apenas a psicanálise está habilitada a enfrentar a questão da violência entre homens e mulheres. Tampouco corresponde a pregar a exclusão das vias jurídicas. Trata-se, isto sim, de enfatizar a importância de que seja realizado um trabalho interdisciplinar.

Nesse sentido, a psicanálise pode ser parceira dos operadores jurídicos, sustentando a definição de um sujeito marcado pela falta, falta essa que o define em

sua condição desejante. E também alertando para os riscos da pretensão de suturar essa falta com modos uniformizados de resposta, questionando a eficácia de políticas públicas que conferem à mulher uma posição vitimizada.

5.2 DA RIVALIDADE À RESPONSABILIDADE: REFLEXÕES SOBRE A JUSTIÇA RESTAURATIVA A PARTIR DA PSICANÁLISE¹⁶¹

Esse artigo do título acima também foi escrito a quatro mãos com Marta Cerruti, a partir da prática clínica com adolescentes em conflito com a lei.

Várias modalidades de intervenção têm incluído as relações horizontais que apostam na circulação da palavra como condição de inscrição de uma distância capaz de aproximar e produzir um laço com o outro. Elas têm incluído a dimensão coletiva de elaboração do trauma e as relações horizontais como interessantes ao sujeito e ao laço com uma pólis menos privatizada.

Nossa estratégia foi pela apresentação de duas cenas de intervenção junto a adolescentes em conflito com a lei, uma das quais com adolescentes cumprindo medida sócio-educativa e outra em processo de justiça restaurativa. Tiramos consequências dessa análise no que se refere à possibilidade e às condições da horizontalidade nas relações, particularmente em intervenções junto a adolescentes em conflito com a lei, tendo em vista a responsabilidade como uma construção que se opera no encontro com o outro. Nossa proposta foi encaminhar a discussão tendo em conta que, se a responsabilidade é algo que se constrói no encontro, a importância do outro deve ser mais bem entendida. Há, então, que se considerar o lugar do semelhante na estrutura de um sujeito, lugar esse mais além de ele ser um possível rival.

Sabemos que o sujeito se inscreve em uma topologia que não possui interior nem exterior, e que o que determina a representação de um sujeito em cada contexto é a maneira como o outro o reconhece ou não, o legitima ou não. Isso porque o

¹⁶¹ ROSA, Miriam Debieux; CERRUTI, Marta Quaglia. Da rivalidade à responsabilidade: reflexões sobre a justiça restaurativa a partir da psicanálise. *Psicologia USP* (Impresso), v. 25, p. 13-19, 2014.

desamparo estrutural do homem supõe uma relação de dependência desde o princípio. A existência do outro, seus cuidados e sua voz, são condições necessárias, pois é por meio de tais cuidados que a demanda de amor pode vir a engendrar o objeto de desejo. Lacan aponta no seminário *De um Outro ao Outro*, que “o próximo é a eminência intolerável do gozo.”¹⁶². O que está em pauta nessa suposição é o suporte de uma presença que tanto pode ser obstáculo como viabilizadora, impedimento ou passagem para a sobrevivência do bem comum.

Nesse trabalho contemplamos as funções do outro, ao abordarmos a relação com o semelhante destacando os elementos levantados por Lacan em Hamlet, e demonstrando que é para além da rivalidade com o semelhante que entra em jogo a realização do desejo de Hamlet.

Hamlet nos dá um exemplo de como é possível que ocorra o reconhecimento do si mesmo, passando pelo outro especular, a fim de reencontrar, de reconstituir o objeto causa de seu desejo. No *Seminário 6, O desejo e sua interpretação*, de Lacan¹⁶³, o desejo irá se originar no mesmo lugar onde o sujeito vive a experiência do desamparo. A hipótese que Lacan sustenta ao longo desse Seminário é que o drama de Hamlet estabelece as conexões entre a constituição do objeto e o luto, no qual o luto opera como uma manifestação do desejo que permite, ao fim e ao cabo, a realização de um ato.

Tomando a cena do cemitério, vemos o jogo identificatório nela presente: se a relação do sujeito ao campo do Outro começa pelo registro imaginário entre o *eu* e o *eu ideal*, esse eixo imaginário inicial ressalta, num primeiro tempo, o valor fálico, a identificação ao falo como uma exigência narcísica do sujeito.

Somente num segundo tempo o sujeito contorna o campo do Outro, seu enigma, tentando assim conquistar um sentido, um nome que lhe daria a chave de seu ser de gozo, o que ele teria sido como objeto no desejo desse Outro, inaugurando a passagem do eu ideal para ideal do eu. Processa-se o luto de uma imagem, de um corpo, de um tipo de laço.

¹⁶² LACAN, Jacques.[1968-69] *O Seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2008, p.219.

¹⁶³ LACAN, Jacques.[1958-59]. *O Seminário, livro 6: o desejo e sua interpretação* Publicação não comercial. Circulação interna da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2002.

Para responder ao luto, é preciso passar pelo processo imaginário, especular e rival, num corpo-a-corpo, numa relação dual, para poder fazer um verdadeiro trabalho de simbolização do luto. Tal simbolização supõe a castração, que situa o sujeito em sua posição de ser falante, sua posição na linguagem, no universo da palavra. Esse processo só é possível com o trabalho do luto. A cena restaurativa apresentada lembra o que aponta Lacan em seu texto: ao mesmo tempo na miragem do outro e através desse outro, no caso Laerte, Hamlet poderá se reencontrar diante de seu desejo, de seu drama subjetivo e humano. Por seu ato e suas palavras, ele nasce finalmente como homem que carrega em si o drama do desejo.¹⁶⁴

Como vimos através do exemplo de Hamlet, o que está em jogo é a construção do outro fictício, construído pelo sujeito em suas contingências com os demais personagens de sua história, uma construção necessária para que se encontre a via do desejo, um desejo que se inscreva no impossível, no real.

Vejamos as cenas.

Cena 1. Adolescentes e seus semelhantes.

Final de ano, último encontro de um grupo de Adolescentes – com idade entre 14 a 16 anos – em medida sócio educativa, de prestação de Serviços à Comunidade. O grupo inicia com três participantes. Os outros vão chegando atrasados, alguns faltam, outros já não compareciam há um tempo. A conversa começa entrecortada, entremeada de silêncios e vazios, como sempre ocorre.

Nando cochila, Leo chega dizendo que se atrasou porque foi ajudar um amigo, e pergunta: como se pode ajudar, como fazer? Tem que bater? Foi procurar o amigo sumido nas biqueiras. Valdo comenta que seus irmãos mais velhos estão nessa também, mas que “não estou nem vendo, sabem o que estão fazendo”. Nando diz que já fumou, ou melhor, é maconheiro e volta a cochilar. A conversa dispersa mais e é proposto que façam alguns desenhos. Um integrante desenha o grupo e ri, dizendo ser a família 155 (referência ao código de roubo). Comentam que Pri não veio, não cumpriu a medida (socioeducativa).

¹⁶⁴ LACAN. Jacques. Obra citada, p.73.

Nando de forma displicente comenta que um amigo morreu de overdose – cheirou 14 gramas, “será que era muito?”. O burburinho cessa. A psicóloga diz: Seu amigo morreu! Ele se assusta e diz que estava com o amigo na hora, que tentou reanimá-lo. O clima pesado paralisa todos. Vanda chora. Carlos diz que quer parar – a mãe morreu de overdose. A psicóloga, angustiada, comenta como é difícil perder pessoas importantes da vida deles.

Cena 2. Assalto com arma de brinquedo e o círculo restaurativo.

O adolescente, acompanhado por outro rapaz, assalta uma joalheria a mão armada.. O adolescente participou de um círculo restaurativo, que contou com a presença de sua mãe, de sua madrasta, sua irmã e a facilitadora. A ausência do pai foi justificada pelo fato de ele ser caminhoneiro. O proprietário da joalheria escreve uma carta ao adolescente, que foi lida durante o círculo. Sua mãe chorou ao escutá-la e relatou sua experiência quando foi assaltada ressaltando o medo que sentiu depois e a sua sensação de insegurança quando via alguém que se parecia com o assaltante. O adolescente também relatou que a funcionária o viu em um ponto de ônibus e pareceu estar em choque. Essa situação parece ter comovido muito o jovem que afirma ter se sentido como algo que não era humano naquele momento. Conta que nunca mais gostaria de ser visto daquela maneira.

O proprietário da loja assaltada justifica a sua participação na Justiça Restaurativa, mediante a escrita da carta, pois seu filho adolescente já se beneficiara dela por uma briga na escola. Quando o comunicaram sobre a proposta da Justiça Restaurativa depois do assalto, ele sentiu que não tinha como falar não: “Pelo menos na roda em que meu filho participou foi uma experiência muito positiva. Quanto ao assalto, me propuseram a roda, e eu aceitei na hora, acho que foi muito bom”. A funcionária, que estava presente durante o assalto, recusou-se a participar dizendo que desejava apenas seguir sua vida.

A função do semelhante em cena

Cena 1

A primeira cena é composta por um grupo de adolescentes instados pela lei a responder por seus delitos. A medida *prestação de serviço*, neste caso, foi substituída por uma proposta de trabalho em que poderiam ter um lugar de fala. E isso com o intuito de que construíssem uma narrativa que possibilitasse um efeito de apropriação de cada um frente às suas ações para construção de perspectivas para outras saídas. O trabalho foi permeado por forte hostilidade da parte dos funcionários da instituição em relação aos adolescentes, chamados ironicamente de “anjos”. Da parte dos jovens o que se observou em relação ao trabalho desenvolvido foi ora envolvimento, ora desânimo. Nos grupos, devido a dificuldades de estabelecerem elos entre si, por vários momentos o objeto destacado por seu valor identitário foi a maconha, como também os atos transgressores à lei e ao que chamavam de *família 155*, referindo-se aos grupos que se unem para roubar como família (155 é o código penal para furto).

Na cena aqui relatada surge outra possibilidade de laço, de intervir: quando o outro, o amigo, está errado ou em risco. É nesse intervalo entre eu e o outro que pode ocorrer a inscrição de uma distância que torna possível a experiência do *próximo*, na qual não se vê nem abandono, nem invasão. Podemos ver a entrada de um rudimento de constituição de um ideal do eu – ajudar/proteger o amigo – que tem uma função apaziguadora, capaz de inscrever a distância necessária a uma assunção afetiva do próximo.

No entanto, a fragilidade do laço rompe-se diante do vazio, do sem sentido e da indiferença gerada pela morte do amigo e, por identificação, sua própria morte. O desamparo em sua absoluta crueza desata as tentativas de inscrição e abre o fosso da falta de significantes que possam representar o lugar de dejetos, lugar esse a que esses jovens e suas famílias são lançados em um destino trágico.

Apesar deste impacto, destacamos que os relatos da relação de cada um com as drogas, bem como a cena da morte do amigo, retiram os participantes de sua sonolência. Surge um voto de confiança no laço com a psicóloga, que não ocupa ali um braço da punição, mas procura testemunhar as tentativas de elaboração de todos.

Talvez por isso Carlos lance um voto de desejo – parar com as drogas – e de construir outro destino, diferente do da mãe, que morreu de overdose. A droga perde o valor de objeto identitário, oferecendo oportunidade para que seu valor se desloque dando voz a um valor narcísico até então ausente.

Podemos dizer que algo do drama de Hamlet se operou, pois o objeto (o eu/narcísico e o outro) foi constituído após ter sofrido, num primeiro tempo, uma negligência como objeto de amor, permitindo assim ao sujeito fazer um luto do objeto perdido, e abrindo-lhe o caminho em direção ao desejo. O luto permite ao sujeito constituir um novo objeto de amor e de desejo, a partir da introjeção desse objeto, enquanto objeto perdido. O furo da perda no real apela para o significante da falta, o *falo*, e o mobiliza. Esse significante vem como suplemento à ausência no Outro, marcando a impossibilidade de responder ao seu apelo, à sua demanda.

O problema neste caso é que esse significante deveria apresentar-se como o *falo sob o véu*, pois é por sua perda, e o conseqüente trabalho do luto, que ocorre um questionamento do sujeito, e que suas referências são reconstruídas. Neste caso a crueza e a ausência do falo sob o véu, assim como a ausência de um suporte discursivo para efetuar outra passagem, do campo narcísico ao campo do desejo – podem situar o processo de elaboração reduzido apenas ao campo das imaginário.

Cena 2

À diferença da primeira cena, a cena 2 apresenta um campo em que o semelhante é diversificado e compõe diferentes lugares discursivos. Nela estão presentes sujeitos de várias faixas etárias: as figuras familiares, a vítima e o ofensor convidados a vir e assumir novas posições, a intermediação em nome da lei da facilitadora, a instituição judicial.

O ponto de partida é a cena do assalto: nela, o apoio fálico (a arma) é “de brinquedo”, evidenciando sua máscara imaginária. O objeto cobiçado é um objeto exteriorizado, concreto e detém todo o valor extraído do sujeito (os objetos roubados), o que torna opacos todos os outros elementos da cena, as “vítimas”. Há duas vias de restituição nessa cena: a carta endereçada como “de um pai para um filho” e o olhar da

funcionária para o jovem, um olhar que não o identifica ao humano –cena que, por sua vez, reaparece no discurso da mãe sobre o medo desencadeado de um assalto sofrido por ela. Nos dois pontos há um retorno do seu ato sobre si mesmo.

Destacamos a importância do modo como o dono da loja endereça-se ao jovem na carta. Apesar do prejuízo financeiro, ele concordou em participar, pois seu próprio filho já fora beneficiado com esse procedimento. Temos aqui uma operação singular: o dono da loja foi convocado como vítima, mas respondeu a essa convocação como pai que tem uma mensagem a transmitir. Sua carta fala de sua história, semelhante a do jovem, e testemunha como alguém destituído pode, com esforço, vir a construir algo, relançando a promessa fálica ao adolescente. Além disso, opera um deslocamento do valor do objeto roubado para o valor da imagem do sujeito: o objeto é tratado como presença e ausência, como algo que se conquista e que se perde, tecendo um percurso que vai de seu valor imaginário em direção ao seu valor simbólico, uma vez que o foco é o destino do sujeito. A leitura da carta marca uma presença como texto, e não como uma presença real, o que mostra que, mesmo na ausência do seu pai, é possível que o desejo se sustente.

A leitura da carta comove a mãe do jovem, que começa a chorar por se identificar com a vítima do assalto: como já havia passado por isso sabia do medo e da impotência que a imagem do assaltante/filho provoca. Outra perda se apresenta no choro da mãe, uma perda relativa à representação social do filho, agora um assaltante. Diante do relato de sua mãe, o adolescente se recorda do olhar da caixa da joalheria em um encontro casual: aos olhos dela, ele não era humano. Desse confronto surge no adolescente uma posição – nunca mais gostaria de ser visto daquela maneira, revelando um claro movimento desidentificatório com a posição de assaltante.

Podemos pensar no jogo identificatório presente nessa cena: se a relação do sujeito ao campo do Outro começa pelo registro imaginário entre o *eu* e o *eu ideal*, esse eixo imaginário inicial ressalta, num primeiro tempo, o valor fálico, a identificação ao falo como uma exigência narcísica do sujeito. Somente num segundo tempo o sujeito contorna o campo do Outro, seu enigma, tentando assim conquistar um sentido, um

nome que lhe daria a chave de seu ser de gozo, o que ele teria sido como objeto no desejo desse Outro, inaugurando a passagem do eu ideal para ideal do eu. Processa-se o luto de uma imagem, de um corpo, de um tipo de laço.

Para responder ao luto, é preciso passar pelo processo imaginário, especular e rival, num corpo-a-corpo, numa relação dual, para poder fazer um verdadeiro trabalho de simbolização do luto. E tal simbolização supõe a castração, que situa o sujeito em sua posição de ser falante, sua posição na linguagem, no universo da palavra. A questão do luto toma seu valor primeiramente pelo imaginário, o luto do corpo, de sua imagem, do que falta a esse corpo biológico, para passar em seguida ao luto do corpo pulsional, o que traz a possibilidade da linguagem.

A Cena Restaurativa, no processo especular entre o adolescente, seu pai e o dono da loja e entre ele, sua mãe e a moça assustada com o assaltante, pode ter possibilitado que o objeto negligenciado tenha reencontrado o caminho do seu desejo, depois de ter reconstituído o objeto. Esse processo só é possível com o trabalho do luto. O que está colocado nessa cena restaurativa lembra o que aponta

Nas duas cenas vemos como a situação de grupo, seja coordenada por uma psicóloga, seja na justiça restaurativa, pode promover deslocamentos importantes para elaboração do luto da imagem fálica. No entanto, na cena restaurativa, a presença de protagonistas que jogam com as funções parentais e lugares passíveis de representar o falo e a castração no campo social podem ter produzido apoios identificatórios mais substantivos. Comparando as duas cenas, vemos que a ausência desses apoios pode desembocar em desamparo e angústia, ao passo que sua presença pode reativar as marcas da castração e articular as instâncias eu ideal e ideal do eu.

Trata-se, portanto, de um jogo dinâmico entre horizontalidade e verticalidade. Retornando a nossa questão, vemos que, em Hamlet, a cena do cemitério está inserida noutra cena, referente ao assassinato do pai, à perda das referências da Lei e da castração. O semelhante tem sua função, mas essa não é única para constituir a modalidade de laço que Lacan assinala: “com sentimentos da ordem do respeito,

realiza (-se) toda uma assunção afetiva do próximo.”¹⁶⁵.O desvendamento e a implicação na cena, tanto dos pares como da referência de todos à Lei, é o que permite reposicionar o sujeito adolescente no seu processo.

Quando e se esse compromisso não se estabelece não há formato algum que provoque e sustente uma possibilidade de responsabilização. Assim, podemos concluir que não se trata de priorizar uma ou outra ferramenta de trabalho, mas sim de sustentar o compromisso com a responsabilização coletiva.

5.3 RESPONSABILIZAÇÃO: UMA COMPREENSÃO PSICANALÍTICA SOBRE A RESPONSABILIDADE E SUA INTERFACE COM O DEVER JURÍDICO

A temática da responsabilidade e responsabilização destacou-se como central para avançar tanto na direção do tratamento como na interlocução psicologia/psicanálise e direito. Os dois artigos contemplados nesse item foram escritos no âmbito da pesquisa *Responsabilidade e responsabilização: diálogos entre psicologia, psicanálise e Sistema de Justiça Juvenil*, financiado pelo CNPq em vigência de 2010 a 2013, e pertencem esse conjunto de textos. Foram unificados por terem sido realizados ao mesmo tempo e a partir da mesma base conceitual, embora respondam a diferentes interlocutores. O primeiro, *Responsabiliz (AÇÃO): a responsabilidade do sujeito e o dever jurídico*¹⁶⁶, foi escrito com Sergio Prudente, e dialoga com o campo jurídico estabelecendo balizas para o debate sobre a adolescência em conflito com a lei. O segundo artigo, *À guisa de uma compreensão psicanalítica sobre a responsabilidade*¹⁶⁷, com a autoria principal de Sergio Prudente, propõe uma teoria da responsabilidade a partir da teoria do tempo lógico de Jacques Lacan.

¹⁶⁵ LACAN, Jacques [1948]. A agressividade em psicanálise. In: _____ *Escritos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1998, pp.104-126.

¹⁶⁶ ROSA, Miriam. Debieux; PRUDENTE, Sergio Eduardo Lima. Responsabiliz(ação): o sujeito entre a responsabilidade e o dever jurídico. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, No. 109, p. 75-90, 2014.

¹⁶⁷ PRUDENTE, Sergio Eduardo Lima; ROSA, MIRIAM DEBIEUX (2014): À guisa de uma compreensão psicanalítica sobre a responsabilidade. *Revista Ágora*; prelo, 2014.

O percurso desenvolvido no campo da infância e da adolescência, particularmente no que se refere à adolescência em conflito com a lei, convoca-nos a reposicionar a fronteira entre subjetividade e direito, aqui entendido como o conjunto discursivo que norteia as práticas jurídicas instituídas e vigentes num dado momento histórico, e a contribuir para a formulação de parâmetros ético-políticos no tocante às intervenções no *campo psi-jurídico*.

Pretendemos relançar a noção de responsabilidade sob a perspectiva psicanalítica para indicar outras formas de conceber a condução das políticas para os jovens, uma vez que a responsabilização do adolescente autor de ato infracional nas práticas de atendimento socioeducativo baseia-se, muitas vezes na polarização obediência/desobediência, quando a responsabilidade é apreendida muitas vezes como uma *qualidade* intrínseca ao sujeito, que ele pode ou não possuir.

Sob essa visão, esse artigo sustenta que responsabilidade não significa assentimento passivo à ordenação social, nem a culpabilização automática por ter transgredido os chamados deveres do cidadão. Debate a disjunção entre responsabilidade e culpa desenvolvida por Lacan¹⁶⁸ e permite dar pistas para a disjunção entre o dever jurídico e a responsabilização pelas ações geradas no campo social.

A responsabilidade tem lugar entre as exigências da cultura e o campo particular e singular em que o sujeito nela se inscreve. O texto de Freud *O Mal-Estar na Civilização*¹⁶⁹ trabalha o caráter contratualista da noção de civilização com várias nuances. Uma delas, a mais destacada comumente, é a dimensão de subordinação das disposições pessoais a uma normatização da cultura. A perda de parcela da felicidade para pertencer à civilização gera um campo de tensão — mal-estar — na relação entre a família, o Estado e a sociedade, onde tomam relevo as regras sociais e o particular das disposições individuais no campo das ações humanas. Assim, a ênfase sobre cumprir o contrato social recai sobre o indivíduo em obediência à lei que comparece como seu limite (ordem superegoica que aciona a culpa individual). Já a diretriz de

¹⁶⁸ LACAN, J. [1950] Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: ____ *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

¹⁶⁹ FREUD, Sigmund [1930] O mal-estar na civilização. EDIÇÃO Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol.XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1972.

colocar-se no lugar do outro, como medida da ação, pode ou poderia ser exercida também por outrem sobre si, modo aproximativo da construção de uma moral intersubjetiva.

No ponto em que estamos, a responsabilidade permanece como sensor interno e ameaçador, submisso a uma lei exterior ou na ordem do exercício intersubjetivo de reconhecimento da alteridade como semelhante. É a partir dessa condição que pode ser sustentado um acordo para contenção de excessos, tal como podemos entender a primeira parte do pacto baseado nos excessos do pai e do crime contra o pai, descritos no texto *Totem e Tabu*¹⁷⁰, sobre a horda ou a proibição do incesto.

Mas há outro ponto. A passagem de um poder caracterizado pela força bruta do indivíduo passa a ser agora generalizado para um poder da comunidade. Portanto, se há uma parcela de responsabilidade de cada um, há também a responsabilidade da comunidade sobre os acontecimentos que a constituem.

No entanto, a força justificada por ser em prol da comunidade se efetiva de modo mais idealizado do que efetivo na história das comunidades e da constituição de suas leis. E não se pode ser ingênuo em atribuir (ou confundir) o poder da comunidade, exercido através de suas leis, com a ética ou a justiça. A civilização não estende a valoração ético/moral sobre seus imperativos de deveres para o sujeito e pode ser violenta com os membros da comunidade — esse é o alerta de Freud.

Dessa forma, a responsabilidade está diretamente ligada não somente à ação que obedece ou questiona a lei, mas à própria construção da lei, a partir de um pacto em que o lugar do excesso não será ocupado e o gozo igualmente distribuído. Somente se observados esses princípios é que a lei pode ser vista como uma referência à alteridade. Caso contrário, a observância à lei seria puramente o interesse de coibir para conservar uma normativa social e universalizada, para coibir qualquer crítica, contradição ou transformação social.

Consideramos que, nessa direção, a observância à lei decorre da compatibilidade do sujeito com a versão de civilização que se apresenta como norma

¹⁷⁰ FREUD, Sigmund [1913-14]. *Totem e tabu*. EDIÇÃO Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1972.

ou lei geral que a sustenta, como da possibilidade de sustentar e dar direção para o mal-estar vivido em primeiro plano como culpa .

Por outro lado, o processo civilizatório, embora já instituído, supõe uma aquiescência, um assentimento que passa pela inserção e experiência de cada sujeito no campo sócio-político específico.

Vamos trabalhar os dois pontos: culpa e assentimento subjetivo.

5.3.1 Responsabilidade e culpa: construindo disjunções

Há em Freud uma disjunção entre culpa e responsabilidade a partir de dois pontos. O primeiro refere-se à dimensão de imperativo categórico do superego, ligado à obediência abstrata à norma e à moral social, independente da apreciação do sujeito, ou seja, independente da sua responsabilidade e da anterioridade da culpa em relação ao crime.

A culpa acompanha as formulações de Freud que destacam o sentimento de culpa como o mais importante problema no desenvolvimento da civilização para, em seguida, mostrar a culpa a partir das diversas faces desde a sua constituição, até o sentimento inconsciente de culpa. O sentimento de culpa, engendrado pela ação que o superego exerce sobre o eu formando a consciência moral, é constituinte de um sujeito. Nesse sentido, esse sentimento está intrinsecamente relacionado à angústia frente às exigências do superego, o que situa as manifestações da consciência moral como provenientes do complexo de Édipo e, mais amplamente, da moral social. A consciência moral ativa no sujeito pode então tornar-se dura, cruel, inclemente contra o próprio Eu pelo qual ela zela. O recurso à Kant feito por Freud, e retomado por Lacan como gozo do Outro — o imperativo categórico — de forma internalizada no sujeito, gera implicações. Assim, obedecer ou desobedecer à norma supõe a adesão a critérios genéricos que prescindem do *pathos* do sujeito.

A implicação deve ser cuidadosamente abordada, pois aqui encontramos, no avesso da dimensão jurídica, um fundamento para o crime. Quando nos guiamos pela

indicação de Freud de que o sentimento inconsciente de culpa incita à obediência a ponto de mortificar o sujeito, esse sentimento não é fruto do cometimento de um crime, mas o antecede e, desta forma, a própria culpa pode ser responsável pelo ato criminoso!

Decorre destas colocações uma importante consequência para o tema desse artigo: aderir à lei não é condição suficiente para garantir a responsabilidade do sujeito pela ação, assim como a sua desobediência não implica no inverso, ou seja, que o sujeito não se responsabilizou, pois pode estar referido a outra versão de lei/norma.

Assim, há uma enorme diferença em considerar o supereu como parceiro do gozo ou considerá-lo como uma instância que veicula uma lei capaz de organizar a subjetividade. Devemos estar advertidos de que nem sempre a lei é reguladora e que o gozo se infiltra também na lei. Tal questão nos remete ao posicionamento sobre o assentimento subjetivo.

5.3.2 Responsabilidade e assentimento subjetivo

Tendo em vista a ética, retomamos as observações anteriores de Lacan em *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia*:

Toda sociedade, por fim, manifesta a relação do crime com a lei através de castigos cuja realização, sejam quais forem suas modalidades, exige um assentimento subjetivo [. .] Esse assentimento subjetivo é necessário à própria significação da punição. As crenças mediante as quais essa punição se motiva no indivíduo, assim como as instituições pelas quais ela passa ao ato no grupo, permitem-nos definir numa dada sociedade aquilo que designamos, na nossa, pelo termo responsabilidade.¹⁷¹

Seguindo essa proposição de Lacan, a eficácia da punição se define pela responsabilidade, isto é, a relação do crime com a lei exige a aceitação dessa lei como verdade para sustentação do campo social. Temos, então, a lei universalizada e

¹⁷¹ LACAN, Jacques [1950] *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia*. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

determinando formas de castigos como resposta à infração. Assim, a responsabilidade assume um caráter universal no que tange às normas sociais, deixando recalcado o caráter conflituoso e contratual das leis.

Desse modo, temos alguns pontos a considerar. O assentimento subjetivo refere-se ao pacto coletivo de fundação da civilização, a ser sancionado a todos e não às normas específicas de uma sociedade. Diante da falta de garantia da distinção entre civilização e normas de uma sociedade, constatável na história das várias sociedades, a responsabilidade deve cuidar de distinguir dois planos: de um lado, a manutenção do estado de cultura e, de outro, a aquiescência à manutenção de um funcionamento social específico. Sem essa distinção a qual não interessa os modos de gestão ressaltar, fica-se congelado a um modo acrítico e sócio/politicamente conservador em que qualquer transgressão à ordem social e política pode ser tomada como crime, ideologizando o campo de tensões e conflitos, e obliterando o mal-estar constituinte e necessário em prol de um suposto bem-estar¹⁷².

Retomamos os dois campos essenciais e articulados para a discussão sobre a responsabilidade: o campo da lei, remetido à política e à gestão social, e o campo do sujeito frente ao pacto social que lhe é proposto. O mero exercício da lei sem consideração ao pacto social refere-se ao que Freud demonstra sobre a violência instituída e sem responsabilização em nome de valores coletivos, ou supostamente coletivos, pois, muitas vezes são impostos sem a manutenção do pacto social que lhe daria legitimidade. Ou seja, temos aqui a condição para a constituição da responsabilidade — o exercício intersubjetivo de reconhecimento e da consideração da alteridade do lado do sujeito para o campo social e do campo social para com o sujeito.

Devidamente prevenidos das separações apontadas acima, devemos buscar entender ao que Lacan se refere como assentimento subjetivo. Antes de mais nada, cabe perguntar sobre qual verdade o sujeito aceita ou com a qual entra em acordo, e como esse acordo se articula com a ética de “não ceder em seu desejo”.

¹⁷² ROSA, Miriam Debieux; CARIGNATO, Taeco Toma; BERTA, Sandra Letícia. Ética e Política: a psicanálise diante da realidade, dos ideais e das violências contemporâneas. *Ágora* (PPGTP/UFRJ), Vol. 9, p. 35-48, 2006.

Considerando que é ao ordenamento civilizatório, enquanto ordem simbólica, que o sujeito deve assentir, esboçamos um breve caminho rumo ao assentimento que visa ultrapassar a dualidade culpa ou inocência.

Tal processo passa necessariamente por uma lógica de reconhecimento do Outro circunscrevendo uma resposta no discurso, em que esse sujeito pode perder e compartilhar parte do gozo ao qual renunciou na castração.

Em *O estádio do espelho como formador da função do Eu*¹⁷³, Lacan destaca vários níveis de reconhecimento: o transitivismo, a tríade eu-outro-objeto em que o sujeito se identifica a uma ordem simbólica e o momento em que o sujeito pode se reconhecer como Outro (para si e para o outro), no momento que integra simbolicamente a imagem do outro. É nesse ponto que pode se situar a responsabilidade no nível intersubjetivo, pois é na referência simbólica que o campo da linguagem antecede o sujeito e permite que ele advenha como desejante. Mas também é nesse ponto que se desencadeia a rivalidade imaginária na qual o sujeito, muitas vezes, se precipita na busca de um lugar de existência individual, demandando uma liberdade impossível da ordem simbólica, elemento gerador de impasses frente ao assentimento à lei.

Outra forma de demanda de reconhecimento ao Outro é a do sujeito do assentimento subjetivo: o sujeito deixa de se identificar apenas pela captação de imagem e passa a uma relação com a alteridade perpassada de sentidos sustentados por significantes. Como efeito, agora o sujeito é uma fala, um falante e, como consequência, tem sua condição para si mesmo em questão. Diante disso, o sujeito estará sempre a mercê da resposta do Outro, da resposta que responderá o *Che vuoi?* esperando o reconhecimento do Outro para ser um sujeito desejante.

Temos dois desdobramentos interessantes para pensar a responsabilidade:

- i) Uma noção de responsabilidade baseada em uma relação causa/efeito — dada no sujeito do discurso científico e jurídico, por uma redução do sujeito ao seu ato infracional/irresponsável. Por essa via, temos uma desresponsabilização do

¹⁷³ LACAN, Jacques [1949[1936] *O estádio do espelho como formador da função do eu*. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

sujeito, pois há sempre um desvio ou um mal — genético, sociológico, moral, espiritual — que o determina. Sua resposta ao ato já é, de entrada, eliminada, pois já existe uma resposta *a priori* para os seus atos, como uma metalinguagem da verdade que se sobrepõe. Somando-se à dualidade culpa/inocência que institui a relação entre vítima e ofensor, tão cara à linguagem jurídica, temos agora um sujeito que, quando culpado/condenado, é transformado numa espécie de objeto desumanizado que opera uma negação interna dentro do sistema simbólico, transformando-se em objeto de gozo do Outro operador dessa ordem. Identificar-se a esse objeto é, muitas vezes, a via possível de laço social para esse sujeito fazer-se ver, obter um contorno diante do olhar do Outro. Essa é uma maneira de se tentar uma apreensão de si e do outro (semelhante) como objetos de uma dialética identificatória cuja síntese é problemática.

ii) A via pela qual há a possibilidade de subscrever o sujeito em uma transformação (assentimento subjetivo), em detrimento da busca da pureza objetiva do ato transgressor. Aqui temos em mente a inversão da relação que coloca o sujeito como efeito, colocando-o como causa, segundo Lacan¹⁷⁴. Assim, falar de responsabilidade é também falar de sua causa, é assumir sua própria causalidade. É nesse sentido que podemos falar de uma responsabilidade pelo próprio desejo, em não ceder de seu desejo — como no caso de Antígona.

Esse ponto ultrapassa necessariamente a demanda de reconhecimento do Outro possibilitando uma resposta efetiva e singular do sujeito. O assentimento não se dá pela lógica do reconhecimento.

É preciso haver um ato de assentimento ao nada e a instauração de um lugar vazio, quando então a morte passa a sustentar a vida. Só a certeza do fim possibilita suportar esta história. O lugar vazio no Outro não enuncia a lei. Cabe, pois, ao sujeito, enunciá-la e tomá-la como esteio que determina o lugar do gozo¹⁷⁵.

¹⁷⁴ LACAN, Jacques [1966] “A Ciência e a verdade”, in *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

¹⁷⁵ ROSA, Miriam Debieux; CARIGNATO, Taeco Toma; BERTA, Sandra Leticia. Ética e Política: a psicanálise diante da realidade, dos ideais e das violências contemporâneas. *Ágora* (PPGTP/UFRJ), v. 9, p. 35-48, 2006.

Desse modo, ao ver de Julien, “cada um, cada uma, é responsável por seu inconsciente e pela Lei que nele se articula. [...] É esse o móbil de nossa interrogação sobre a Lei: de fato: longe de ser uma simples negação privativa, ela deve ser uma borda que sirva de apoio.”¹⁷⁶

Lembremos que assentimento é estar de acordo, geralmente com uma decisão, com a decisão do próprio ato dada na separação do Outro. Ou seja, um ato/decisão que apesar de estar no campo do Outro, não se dá na relação com seu reconhecimento.

Pensamos aqui o assentimento como um ato em que o sujeito se responsabiliza por uma “escolha forçada” que não opera de acordo com o campo do Outro, mas segundo o campo do gozo. É nesse campo que podemos pensar em uma noção de responsabilidade que não esteja alienada ao campo do reconhecimento e da juspositividade da lei.

Lacan lembra, no Seminário *Mais ainda*¹⁷⁷, que um dos sentidos do gozo é o sentido jurídico do usufruto. Desse modo ele observa que, no campo jurídico, ao se reconhecer o gozo, tenta-se dizer sobre sua verdade e regrá-lo — sentido de cuja legitimidade não discordamos. No entanto, ao tomarmos a posição da psicanálise, atentamos para a dimensão do ato onde sua verdade é não-toda, no ponto onde é o sujeito que surge como resposta ao que falta e recorta o simbólico.

O que tentamos aqui segue a mesma proposta que a psicanálise se esforça para marcar como diferença, de uma dimensão sobretudo humana, no que comumente é visto como desumano. O ato transgressor motivado pela *desmesura* (perda da personalidade) ou pelo cálculo de um juízo não implica uma diferença onde a perda da humanidade se coloca como medida.

Ou seja, se há uma relação ético/moral que une a responsabilidade com o caráter humano, isso não significa dizer que esse caráter se perde na irresponsabilidade. No que foge do que se reconhece como humano, como medida do

¹⁷⁶ JULIEN, Philippe. O estranho gozo do próximo: ética e psicanálise. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1996.

¹⁷⁷ LACAN, Jacques [1972-73] O *Seminário*, livro 20: mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

outro através de si mesmo ou do semelhante, nos campos de saber científico, moral e jurídico, há também um resíduo que nos constitui, nos move e nos transforma na direção de uma resposta singular na cultura.

5.3.3 Responsabilidade e a adolescência em conflito com a lei

Destacamos que, se os impasses do sujeito frente à lei e à cultura estão presentes a qualquer tempo, na adolescência vemos colocarem-se questões e problematizações agudas no tocante à construção do laço social, em relação à qual a discussão sobre a responsabilização e seus desdobramentos, no que tange aos modos de socializar/educar, carrega inúmeros desafios.

Em contraposição à apresentação dos conflitos protagonizados pelos jovens como barbárie e horror, a produção do medo, até a constituição do discurso da periculosidade e da patologia dos jovens¹⁷⁸, faz-se fundamental encontrarmos outros ângulos analíticos que abram novos espaços de reflexão, que nos permitam pensar algumas relações entre processos políticos, sociais e subjetivos que atravessam as vidas cotidianas dos adolescentes.

Nesse texto, buscamos devolver a complexidade da noção de responsabilidade que não pode ficar somente circunscrita na dimensão de assentimento ao discurso jurídico. Manter o foco nela nos remete à dimensão humana da transformação, presente nos processos de cumprimento e descumprimento da lei e construção e destruição de um modo de vida. Esse é o cerne da mudança do sujeito e do campo social. Portanto, é uma dimensão que deve ser incluída também na abordagem do campo do direito. É especialmente nesse âmbito que temos grandes possibilidades de pensar um sistema de justiça que acolha a peculiaridade da adolescência. Para isso, precisamos ampliar também a disponibilidade do sistema de justiça de correr riscos e aumentar sua

¹⁷⁸ ROSA, Miriam Debieux; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. *Revista Psicologia Política* (Impresso), v. 10, p. 107-124, 2010.

margem de responsabilização quanto ao tipo de pacto social que propõe para os adolescentes.

5.3.4 Uma teoria da responsabilidade a partir da teoria do tempo lógico de Jacques Lacan

A responsabilidade como ato, até a própria convocação do termo como tal, põe ênfase na responsabilidade articulada a modos que o sujeito escolhe de responder à lei, o que remete ao assentimento subjetivo e ao tempo lógico. Daí propor uma teoria da responsabilidade a partir da teoria do tempo lógico de Jacques Lacan.

Vamos salientar duas dimensões da responsabilidade. A primeira diz respeito ao campo do saber, e aqui incluímos seus desdobramentos na forma de semblantes que constituem, por exemplo, os saberes jurídicos, médicos, moral, etc. Propomos que a responsabilidade, tal como entendida nessas dimensões, está situada no nível de subjetivação do “tempo para compreender” do tempo lógico proposto pela leitura de Lacan.

A segunda aponta para uma responsabilidade no ato que inclui o traço do sujeito, ou seja, onde o que está em jogo é a dimensão da verdade e não do saber. Indicamos que essa concepção de responsabilidade se dá no “momento de concluir”, em um tempo lógico que, como tal, não pode ser tomado em uma cronologia.

É justamente nesse momento que apontamos para uma dimensão singular da responsabilidade, ou seja, que leva em conta a marca faltante de um objeto, desse resíduo fugidio que, articulado ao universal da linguagem, nos coloca diante de um real do qual tentamos nos defender com os semblantes dos saberes. Portanto, ao seguirmos a pista de Lacan a respeito do assentimento subjetivo, apontamos para uma responsabilização que leva em conta, sobretudo, o sujeito dividido.

Aqui temos as duas noções de responsabilidade apontadas anteriormente e agora situadas na dimensão do tempo lógico: uma noção de responsabilidade diante de uma relação causa/efeito — dada no sujeito da ciência, de uma redução do sujeito ao seu ato infracional/irresponsável — e a via do assentimento subjetivo, em que a relação

causa/efeito que opera é a de uma resposta —sintoma —ao real. Esta última é articulada ao terceiro tempo lógico — momento de concluir —, à certeza (de sua causa) antecipada.

É preciso dizer que, no segundo tempo lógico, estamos falando ainda de uma lógica de reconhecimento em que o desejo é desejo do Outro. Assim, falar de responsabilização é também falar de sua causa; é assumir sua própria causalidade. Isso coloca duas dimensões para esse sujeito, a sincrônica e a diacrônica, na medida em que temos uma historicidade do desejo e sua particularização na história dos desejos desejados.

A subjetivação da causa ocorre no momento de concluir, em um momento lógico específico, todavia, cronologicamente incalculável. Assim, o que vem após, na dimensão de verdade do ato, verifica-se antes mesmo de sua verificação. Ou seja, é no espaço entre a verdade e a certeza antecipada que há a dimensão temporal da pressa. No momento de concluir o sujeito se deixa preceder nessa conclusão por seus semelhantes.

Na dimensão do ato, existe uma antecipação em relação ao saber da compreensão, do juízo. Estamos falando, então, de um ato que não se dá pela preleção do pensamento, mas de um ato que é o próprio juízo. Portanto, o momento de concluir, o da certeza antecipada, é o momento em que há uma singularidade do sujeito onde ele se responsabiliza por uma ação em que de fato ele se coloca como tal. É um ato de liberdade que passa pelo Outro, que prescinde desse Outro e que opera na separação desse Outro.

Talvez Antígona seja o paradigma da responsabilização do ato na obra de Lacan — engendra um ato que põe em xeque todas as imposições às quais estava submetida. Se, de um lado, temos a lei da *pólis*, do outro temos a lei parental, que segue e determina rituais fúnebres ligados aos deuses. Ante isso, Antígona faz ato e efetiva sua singularidade em um campo onde não há saber, mas há sua verdade.

O campo aqui referido é o da ética do desejo em tensão com a dimensão contratual, assim como há tensão entre as dimensões universais, particulares e singulares, ou entre o desejo e leis, aspectos da divisão do sujeito e inapreensíveis de

antemão até mesmo pelo próprio sujeito. Só na dimensão *a posteriori* seu ato será significado, bem como suas implicações singulares, sociais e políticas. Sob essa perspectiva, três dimensões se colocam articuladas à resposta do sujeito, a saber: a dimensão universal (na forma do reconhecimento), a dimensão particular (na forma do reconhecimento do reconhecimento) e a singular, momento em que o sujeito se responsabiliza por uma ação. É um ato de liberdade que passa pelo Outro, que prescinde desse Outro e que opera na separação desse Outro.

O ensino de Lacan desloca-se da direção da obediência à lei superegoica para a direção de uma assunção ética do sujeito em relação a seu desejo e implicações para si e para o outro. Diz Lacan em *A ciência e a verdade*: “Por nossa posição de sujeito sempre somos responsáveis.”¹⁷⁹

A noção de responsabilidade e de responsabilização, com as ferramentas da psicanálise, focaliza a responsabilização em registro distinto da culpa ou da punição, a tensão entre responsabilização individual e coletiva, a responsabilização à revelia da captura na lógica do indivíduo.

Entendemos responsabilidade como o compromisso do sujeito e do campo social com as leis construídas para gerir o campo social, assim como com as respostas à lei. Já a responsabilização refere-se ao exercício ético/político de posicionar-se no laço social sustentando um pacto que garante não só a contenção de excessos, mas também um lugar para a alteridade e diferença.

Devemos estar advertidos de que nem sempre a lei é reguladora e que o gozo se infiltra também na lei. Retomando afirmação anterior, pensamos que a distorção promovida nos discursos totalitários potencializa e faz coincidir o ideal do eu com o objeto de gozo, dando a ele uma solidez estática que fascina e, aliada ao supereu, paralisa os processos criativos e desresponsabiliza o sujeito da apreciação própria e de seu compromisso. Isso homologa o sujeito que se sacrifica a custo do sofrimento, com o perigo de se colocar como instrumento do gozo do Outro.¹⁸⁰

¹⁷⁹ LACAN, Jacques [1966]. *A Ciência e a verdade*. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

¹⁸⁰ ROSA, Miriam Debieux; CARIGNATO, Taeco Toma; BERTA, Sandra Letícia. Ética e Política: a psicanálise diante da realidade, dos ideais e das violências contemporâneas. *Ágora* (PPGTP/UFRJ), Vol. 9, p. 35-48, 2006, p.45.

Dessa forma, a psicanálise aborda a responsabilidade para além do discurso jurídico, pois esta comparece, através do sujeito do inconsciente, como modo de resistência à instrumentalização social do gozo.

5.4 CLÍNICA E POLÍTICA INTERROGADAS PELO ATO INFRACIONAL: A CONSTRUÇÃO DO CASO¹⁸¹

O capítulo de livro com o título acima veio de um convite de suas organizadoras, Andréa Máris Campos Guerra, Jacqueline de Oliveira Moreira e Juliana Marcondes Pedrosa de Souza, para participação em um evento em Belo Horizonte que apresentava casos e seus impasses, seguidos de comentários e debates. Desse evento foi publicado o livro *Diálogos com o campo das medidas socioeducativas: conversando sobre a justiça, o cotidiano do trabalho e o adolescente*, em 2013. O caso foi discutido pelas pessoas que compuseram o artigo: Ana Paula Musati Braga, Aline Souza Martins e Isabel Tatit.

O texto põe em destaque a posição do analista a partir daquilo que efetivamente o faz analista — sua implicação com a clínica em seus inúmeros desdobramentos, desafios e impasses. Escrever a clínica é um ato no sentido psicanalítico do termo, pois põe em jogo um trabalho na transferência, endereçado e comprometido com uma práxis a ser compartilhada, articulada com elementos singulares de um tempo e lugar que, visitados, permitem a transmissão de um desejo e a manutenção da vitalidade e atualidade de sua prática. Fomos convidadas e acolhemos esse endereçamento para relançar seus efeitos, mais um passo na transmissão da psicanálise.

O caso “*Falando pelos muros: um recorte de acontecimento do caso Shake*”, descrito por Poliana Rocha Tavares, convoca muitas reflexões e desafios em especial pelas circunstâncias particulares que nada lembram a tradição psicanalítica — trata-se de uma escuta clínica em um contexto institucional ligado à Justiça, de um adolescente

¹⁸¹ ROSA, Miriam Debieux; MARTINS, Aline Souza; BRAGA, Ana Paula Musati; TATIT, Isabel. Clínica e política interrogadas pelo ato infracional: a construção do caso. In: MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; GUERRA, Andréa Campos; SOUZA, Juliana (Org.). *Diálogos com o campo das medidas socioeducativas: conversando sobre a justiça, o cotidiano do trabalho e o adolescente*. 1a ed. São Paulo: CVR, 2013, v. 1, p. 75-82.

em medida sócio-educativa. A cena psicanalítica depara-se com a cena sócio-política, aparentemente distante nos consultórios, e é posta à prova pelos atravessamentos diretos que põem em cheque a possibilidade de sustentação do trabalho analítico. Inúmeros são os pontos de reflexão: adolescência, uso e tráfico de drogas, o território com suas condições socioeconômicas e desigualdades, o discurso jurídico, o ato infracional e a oferta do atendimento psicanalítico sem demanda prévia.

A interrogação que nos foi formulada refere-se a um traço em particular do caso:

Num certo dia Shake chegou antes do horário agendado para o atendimento, indo à sala para procurar as técnicas de referência. Chegando lá [...] o adolescente decidiu aguardar a técnica de referência de sua outra medida. Enquanto aguardava começou a escrever nas paredes do prédio com uma caneta hidrocor. Ao chegar para fazer o atendimento, a técnica da LA (liberdade assistida) se deparou com Shake escrevendo na parede e o chamou para conversar, sem saber que ele já tinha feito escritas em todo o segundo andar do prédio.

Os impasses aqui encontrados denotam a dimensão clínico-política da prática psicanalítica que relança as demandas institucionais, em geral focadas naqueles indivíduos que desorganizam ou atacam as normas institucionais. Como *psicanálise implicada* na escuta dos sujeitos situados precariamente no campo social, permite desconstruir os modos como são capturados e enredados pela maquinaria do poder e intervém nos laços sociais que atualizam os processos de exclusão em curso.

Abordamos nesse artigo o caso clínico como construção que inclui o analista, instigado em seu desejo na escuta do caso — sem escuta não há caso —, e permite situar, numa escrita, mais do que uma história, uma posição para o sujeito na ficção fantasmática. O caso revela não só o analisando, mas também aquele que escuta e as sinuosidades do campo que transita.

Podemos dizer que a construção do caso se dá em torno da queda do sentido e da produção de um *enigma* para o analista, que o interroga sobre o caso e a partir do qual se produz uma narrativa — ficcional. Destacamos três aspectos constituintes e enodados na construção do caso clínico, dando realce a três termos: a marca do caso, sua construção e sua transmissão por uma escrita.

Falando pelos muros nos confronta com o que se inscreve e faz marca e com o

que não cessa de não se inscrever no sujeito e no laço social e, simultaneamente, com os impasses do analista na instituição, particularmente diante do atravessamento entre o público e subjetivo, entre a cena psíquica e social, especialmente na adolescência.

A marca desse caso aponta o quanto o espaço analítico não está restrito às *paredes internas* da sala aonde o paciente é atendido. Também indica modalidades da transferência — o atendimento de Shake não se dá somente na relação com o analista que o atende, nem ocorre isento do atravessamento institucional; consideramos que Shake escreve nas paredes, em espaço que é *fora* do atendimento, mas *dentro* do serviço.

O mal-estar que Shake traz para dentro da instituição que trabalha com adolescentes infratores, no *dentro-fora* da sala de atendimento, diz das duas dimensões presentes no campo transferencial e no campo social. De um lado, a concepção de cada um desses jovens obedece a uma trama que os envolve tanto do ponto de vista subjetivo e pulsional quanto político e social.

Quando a cena social e pública é convocada, quando a angústia e o desejo de inscrição atravessam os territórios público e privado, comparece outra modalidade de inscrição: a do discurso social em relação ao seu ato, ou seja, seu mal-estar foi inscrito como um ato infracional. Trava-se, então, um embate, mediado pela psicanalista, entre a distinção do espaço de elaboração do ato e o preço a pagar pela inscrição no laço social. Ao ser chamada por Shake a testemunhar seus rabiscos, a analista pode legitimar seu lugar êxtimo, em vez de colocá-lo à margem: vale marcar que o lugar êxtimo a que nos referimos é o lugar êxtimo do caso. O êxtimo, conforme formulado por Lacan¹⁸², como interior excluído, o que *de fora* revela o que de mais íntimo há no interior. Do lado do adolescente, se o discurso na sessão era de responsabilização, havia um impasse a ultrapassar — em seu cálculo de gozo faltou o reconhecimento do outro como parte do reconhecimento de si —. Ou seja, faltou considerar os efeitos do seu ato e de seu excesso no outro e no discurso, o que se processaria no tempo de compreender. Nesse sentido, a aposta na responsabilização como processo em andamento se manteve e exigiu dele um ato de assentimento subjetivo à presença do

¹⁸² LACAN, Jacques [1959-60]. *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

Outro. Pôde-se sustentar a posição de manter esse lugar de extimidade, que aborda o melhor sentido de ambos os termos: clínico e político.

Espera, angústia e a escrita nos muros carecterizam esse caso. Em sua construção, podemos supor que Shake se desgarrou do lugar de “infrator” e se deparou com novas insígnias do campo social quando defrontado com a notícia da gravidez da namorada e seu aniversário de 18 anos. Esse processo não se dá sem angústia, uma vez que o sujeito se confronta com os limites do real, com o furo do sentido quando, por exemplo, não se encaixa mais numa identidade que o define por inteiro, tal como “Shake, o infrator”. Espera e angústia são dois termos que se articulam. A expectativa ansiosa pode produzir a sensação de urgência que elimina o tempo de compreender e precipita o tempo de concluir, nossa hipótese para esse caso. Lacan¹⁸³ propõe no texto *O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada* três tempos nos processos de decisão: instante de ver, tempo de compreender, momento de concluir. Vamos nos limitar neste contexto ao tempo de compreender — que nos parece importante, pois diz do tempo de colocar-se no ponto de vista do outro. Possibilitar a abertura para que o sujeito possa inscrever algo da sua singularidade na instituição faz parte da função do analista que se propõe a trabalhar nesses espaços.

Os muros não falam, mas os escritos na instituição viabilizam que os sujeitos falem por meio deles. A linguagem, os predicados, o discurso com que o sujeito é falado pelo Outro têm menos o caráter preditivo e mais o caráter construtivo. Isso quer dizer que a maneira com que se fala desses adolescentes, a instituição a qual estão referidos, contribui para a construção de como eles se mostrarão para a sociedade.

Entendemos, como já dito, que foi importante na intervenção clínico política da instituição a leitura da escrita na parede, que revelava mais do que uma “infração”: era uma tentativa de falar dessa experiência subjetiva e particular. Nesse sentido, houve uma prática ético-política que propiciou a escuta e indicou um lugar discursivo que possibilita ao jovem uma posição de fala e nova posição no campo social.

A possibilidade de incluir o ato de Shake na escuta provoca uma inversão no imaginário social acerca desses adolescentes, abrindo espaço para a construção de

¹⁸³ LACAN, J. [1945]. O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 508.

apostas e saídas singulares — aposta do analista e saída do adolescente, saída que representa um novo e particular fazer com a instituição, com a linguagem e com os muros que se impõem entre os jovens e um tipo de laço social.